

CPFL Energias Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 8º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
CPFL Energias Renováveis S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Energias Renováveis S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CPFL Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos

(Notas explicativas 4.14 e 24.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros, que são a base para reconhecimento do valor recuperável dos créditos tributários e ao fato de qualquer mudança nas metodologias e premissas para a determinação dessas estimativas poder impactar de forma relevante o valor desses ativos e, conseqüentemente, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises quanto à probabilidade da existência de lucros tributáveis futuros. Com o suporte de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas e das metodologias utilizadas pela Companhia na projeção de lucros tributáveis futuros, especialmente as relativas ao crescimento econômico projetado, volume e preço de venda de energia e as taxas de desconto e comparamos com dados disponíveis no mercado. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos fiscais diferidos, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração



do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes



existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017			31/12/2018	31/12/2017		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	109.252	264.022	876.571	950.215	Fornecedores	14	56.364	70.359	75.318	301.853
Aplicações financeiras	6.1	75.025	-	75.025	127.333	Empréstimos e financiamentos	15	174.291	275.604	476.262	733.591
Títulos e valores mobiliários		10	-	10	10	Debêntures	16	285.931	262.764	343.731	525.513
Dividendos a receber	10.1	191.974	160.502	-	-	Empréstimos com controladas e controladora	10	216.699	575.275	105.082	-
Contas a receber de clientes	7	63.634	70.168	232.520	369.851	Dividendos propostos e a pagar	10.1	-	3.624	3.994	12.206
Adiantamentos a fornecedores		215	514	2.601	31.634	Contas a pagar de aquisições	27.2	7.598	6.926	7.598	6.926
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	22.653	11	42.148	26.680	Obrigações trabalhistas		8.746	8.184	8.865	8.270
Outros impostos a recuperar	8	35.453	10.791	67.561	42.850	Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	28.398	29.872
Outros créditos		29.389	24.338	34.384	75.071	Outros impostos a pagar		9.536	4.778	21.647	23.779
Total do ativo circulante		527.605	530.346	1.330.820	1.623.644	Adiantamentos de clientes	17	71.514	92	211.264	211.235
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais	19	566	253	13.712	13.351	Provisão para custos socioambientais	18	-	-	22.489	16.140
Aplicações financeiras vinculadas	6.2	88.259	-	506.019	586.841	Outros passivos		86.455	11.720	91.473	87.613
Contas a receber de clientes	7	37.749	-	158.826	-	Total do passivo circulante		917.134	1.219.326	1.396.121	1.956.998
Outros créditos	9	-	-	53.277	65.614	NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.2	-	-	-	696	Fornecedores	14	-	-	113.853	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	1.638	-	1.907	1.660	Empréstimos e financiamentos	15	789.382	565.718	3.291.027	3.471.648
Outros impostos a recuperar	8	-	-	3.530	4.008	Debêntures	16	1.251.672	1.194.384	1.447.814	1.780.056
Empréstimos a receber		7.046	5.887	10.223	8.612	Empréstimos com controladas e controladora	10	1.079.689	697.978	302.647	-
Investimentos em controladas	11	6.391.465	7.454.271	-	-	Adiantamentos de clientes	17	15	50	48.639	21.613
Imobilizado	12	797.053	23.274	7.454.584	7.700.204	Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos	18	29.235	-	110.261	107.814
Intangível	13	925.037	11.406	2.642.958	2.851.372	Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	19	1.999	2.014	26.151	35.733
Total do ativo não circulante		8.248.813	7.495.091	10.845.036	11.232.358	Adiantamento para futuro aumento de capital	10	300.000	300.000	300.000	300.000
TOTAL DO ATIVO						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		8.776.418	8.025.437	12.175.856	12.856.002	Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.2	259.493	13.518	885.743	1.041.505
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital integralizado					
						Reservas de capital					
						Reservas de lucros					
						Ajuste de avaliação patrimonial					
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores					
						Participação de não controladores					
						Total do patrimônio líquido					
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						8.776.418					
						8.025.437					
						12.175.856					
						12.856.002					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	149.432	125.145	1.936.318	1.959.084
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	22	(110.090)	(126.281)	(982.751)	(1.006.628)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		<u>39.342</u>	<u>(1.136)</u>	<u>953.567</u>	<u>952.456</u>
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	22	(197.231)	(135.996)	(210.262)	(192.537)
Resultado de equivalência patrimonial	11	494.423	469.092	-	-
Amortização do direito de exploração	13 e 22	(14.717)	-	(157.649)	(155.323)
Total		<u>282.475</u>	<u>333.096</u>	<u>(367.911)</u>	<u>(347.860)</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS E IMPOSTOS		<u>321.817</u>	<u>331.960</u>	<u>585.656</u>	<u>604.596</u>
Receitas financeiras	23	17.755	25.741	131.695	137.746
Despesas financeiras	23	(345.702)	(349.302)	(635.820)	(648.571)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(6.130)</u>	<u>8.399</u>	<u>81.531</u>	<u>93.771</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	24	-	-	(117.791)	(122.352)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	24	115.394	3.085	155.066	48.227
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>109.264</u>	<u>11.484</u>	<u>118.806</u>	<u>19.646</u>
Atribuível aos acionistas controladores		109.264	11.484	109.264	11.484
Atribuível a participações de não controladores		-	-	9.542	8.162
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO					
Básico (R\$ por ação)	20.h	-	-	0,22	0,02
Diluído (R\$ por ação)	20.h	-	-	0,19	(0,02)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	109.264	11.484	118.806	19.646
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>109.264</u>	<u>11.484</u>	<u>118.806</u>	<u>19.646</u>
Atribuível aos acionistas controladores	109.264	11.484	109.264	11.484
Atribuível a participações de não controladores	-	-	9.542	8.162

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital integralizado	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de capital		Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação de não controladores	Total
			Ágio na subscrição de ações	Pagamento baseado em ações	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros/ Reforço de capital de giro					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	3.390.870	300.000	592.138	1.305	-	-	-	40.275	-	4.324.588	113.218	4.437.806
Aumento de capital de não controladores em 24 de abril de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	6
Aumento de capital de não controladores em 15 de maio de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Aumento de capital de não controladores em 21 de agosto de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	6
Aumento de capital de não controladores em 28 de novembro de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(3.777)	3.777	-	-	-
Reclassificação para passivo não circulante	-	(300.000)	-	-	-	-	-	-	-	(300.000)	-	(300.000)
Dividendos distribuídos a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.866)	(14.866)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	11.484	11.484	8.162	19.646
Destinação do resultado:												
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	763	-	-	-	(763)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.624)	(3.624)	-	(3.624)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	10.874	-	(10.874)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	3.390.870	-	592.138	1.305	763	-	10.874	36.498	-	4.032.448	106.530	4.138.978
Aumento de capital de minoritário em 09 de abril de 2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	8
Aumento de capital de minoritário em 28 de maio de 2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7
Aumento de capital de minoritário em 20 de agosto de 2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	15
Aumento de capital de minoritário em 26 de novembro de 2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	786	786
Aumento de capital - realizado em 19 de outubro de 2018	7.178	-	-	-	-	-	-	-	-	7.178	-	7.178
Deságio na compra de participação de minoritários de controlada	-	-	(1.096)	-	-	-	-	-	-	(1.096)	-	(1.096)
Realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(3.745)	3.745	-	-	-
Dividendos deliberados a minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.511)	(13.511)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	109.264	109.264	9.542	118.806
Destinação do resultado:												
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	5.650	-	-	-	(5.650)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	26.840	-	-	(26.840)	-	-	-
Constituição de reserva para reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	-	80.519	-	(80.519)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	3.398.048	-	591.042	1.305	6.413	26.840	91.393	32.753	-	4.147.794	103.377	4.251.171

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
RECEITAS				
Vendas de energia	167.377	139.067	2.036.453	2.058.034
Outras receitas	110	35	7.949	9.238
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	7
Receitas relativas à construção de ativos próprios	24.937	13.662	245.386	724.731
	<u>192.424</u>	<u>152.764</u>	<u>2.289.788</u>	<u>2.792.010</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUI ICMS E IPI)				
Custos de compra de energia e encargos de uso do sistema	(96.742)	(130.818)	(340.065)	(352.178)
Materiais	(19.614)	(1.969)	(106.371)	(482.975)
Serviços de terceiros	(46.980)	(50.365)	(329.642)	(391.437)
Outros custos operacionais	(78.291)	(18.107)	(83.884)	(68.906)
	<u>(49.203)</u>	<u>(48.495)</u>	<u>1.429.826</u>	<u>1.496.514</u>
Depreciação e amortização	(37.028)	(6.972)	(623.107)	(617.018)
	<u>(86.231)</u>	<u>(55.467)</u>	<u>806.719</u>	<u>879.496</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO PELA COMPANHIA				
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	494.423	469.092	-	-
Receitas financeiras	18.621	26.987	135.980	153.091
	<u>426.813</u>	<u>440.612</u>	<u>942.699</u>	<u>1.032.587</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR				
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>(426.813)</u>	<u>(440.612)</u>	<u>(942.699)</u>	<u>(1.032.587)</u>
Remuneração direta	(36.480)	(50.437)	(65.158)	(61.070)
Benefícios	(14.040)	(12.343)	(14.942)	(15.996)
FGTS	(5.713)	(524)	(5.802)	(5.902)
Empregados	<u>(56.233)</u>	<u>(63.304)</u>	<u>(85.902)</u>	<u>(82.968)</u>
Federais	81.605	(14.638)	(73.017)	(211.668)
Estatuais	(14)	-	(1.626)	(2)
Tributos	<u>81.591</u>	<u>(14.638)</u>	<u>(74.643)</u>	<u>(211.670)</u>
Juros	(336.523)	(347.360)	(634.271)	(690.204)
Aluguéis/condomínios	(6.384)	(3.826)	(29.077)	(28.099)
Remuneração de capitais de terceiros	<u>(342.907)</u>	<u>(351.186)</u>	<u>(663.348)</u>	<u>(718.303)</u>
Lucro do exercício	<u>109.264</u>	<u>11.484</u>	<u>118.806</u>	<u>19.646</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	(6.130)	8.399	81.531	93.771
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) antes dos impostos com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	37.028	6.972	623.107	617.018
Baixa de ativo imobilizado	188	432	4.732	5.761
Baixa de ativo não circulante	73.621	-	57.350	16.244
Baixa de ativo intangível	7	(116)	673	(288)
Provisão para baixa de investimento	-	9.073	-	-
Redução ao valor recuperável dos ativos	-	-	-	20.438
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(7)
Equivalência patrimonial	(494.423)	(469.092)	-	-
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	915	1.049	(8.571)	1.067
Ajuste a valor presente da provisão socioambientais e desmobilização de ativos	795	-	9.245	6.781
Provisão socioambiental	-	-	-	3.641
Rendimento de aplicações	(6.249)	-	(43.377)	(57.801)
Atualização monetária	745	9.674	(1.244)	71.160
Juros sobre empréstimos com pessoas ligadas	108.548	103.401	17.069	-
Juros sobre empréstimos com não controladores	(745)	116	(1.126)	253
Ajuste a valor presente - Baldin Bioenergia S.A.	-	-	(6.367)	(6.749)
Encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures e atualização monetária	189.349	222.061	506.812	529.284
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	2.190	(59.387)	(21.495)	(96.471)
Depósitos judiciais	(301)	(14)	1.024	(666)
Outros créditos	13.080	(12.425)	66.120	(8.236)
Impostos a recuperar	(3.708)	(6.506)	(34.664)	15.341
Adiantamentos a fornecedores	299	(461)	29.033	(25.322)
Dividendos recebidos	435.293	270.142	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(19.618)	51.395	(168.783)	117.982
Adiantamentos de clientes	(29.066)	(72)	81.689	162.073
Obrigações tributárias	(5.094)	2.301	(19.073)	(32.676)
Obrigações trabalhistas	562	713	595	799
Pagamento de custos socioambientais	-	-	(2.133)	(2.992)
Pagamento de contingências trabalhistas, tributárias e cíveis	(1.015)	(81)	(1.559)	(893)
Outros passivos	1.082	720	3.860	(4.199)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	297.353	138.294	1.174.448	1.425.313
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(102.303)	(87.888)
Juros pagos	(191.513)	(207.851)	(509.526)	(501.048)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	105.840	(69.557)	562.619	836.377
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de participação de não controladores	(1.096)	-	(1.096)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(402.345)	(317.030)	-	16
Redução de capital em controladas	230.742	21.322	-	-
Incorporação de investimento em controladas	373.746	-	-	-
Caixa adquirido com a incorporação	52.336	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	439
Aplicações financeiras	-	-	(372.127)	(166.110)
Resgates de aplicações financeiras	120.394	-	431.966	130.693
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	(178.066)	(163.740)
Resgates de aplicações financeiras vinculadas	3.589	-	289.450	93.715
Aquisição de imobilizado	(14.963)	(9.495)	(212.750)	(642.114)
Aquisição de intangível	(9.974)	(4.167)	(10.235)	(4.167)
Empréstimos a receber	(414)	97	(926)	202
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	352.015	(309.273)	(53.784)	(751.066)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação de empréstimos e financiamentos, e debêntures - líquido dos custos de captação	150.910	386.693	484.426	619.757
Pagamento de empréstimos e financiamentos, e debêntures	(681.676)	(212.758)	(1.444.277)	(645.992)
Pagamento de contas a pagar de aquisições	-	(2.514)	-	(2.514)
Aumento de capital líquido de gastos na emissão de ações	7.178	-	7.994	-
Captação de dívidas com pessoas ligadas	9.707	96.664	390.660	-
Pagamento de dívidas com pessoas ligadas	(95.120)	(26.423)	-	-
Dividendos pagos	(3.624)	-	(21.282)	(15.329)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(612.625)	241.662	(582.479)	(44.078)
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO (A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(154.770)	(137.168)	(73.644)	41.233
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	264.022	401.190	950.215	908.982
No fim do exercício	109.252	264.022	876.571	950.215
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(154.770)	(137.168)	(73.644)	41.233

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.ANOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº1.184, no município de São Paulo - SP, constituída com o objetivo de atuar como holding e explorar empreendimentos de geração de energia elétrica, tem como principais atividades, conforme determinado em seu objeto social:

- a) Investimento no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis.
- b) Identificação e desenvolvimento de potenciais de geração de energia e exploração dos referidos potenciais, incluindo a geração de energia elétrica.
- c) Comercialização de energia elétrica, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

- Reestruturação societária ocorrida no segundo semestre de 2018

1º passo

Em 1º de agosto de 2018, os acionistas da CPFL Renováveis aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da controlada direta: SIIF Energies do Brasil Ltda. e das controladas indiretas: SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda.; Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A. e Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A. nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação e dos Laudos de Avaliação, também aprovados na referida data. Com essa incorporação, a CPFL Renováveis (controladora) passou a ter a atividade de geração de energia, decorrente dos empreendimentos incorporados da Eólica Icaraizinho e Eólica Formosa e, conseqüentemente, as SPEs Eólica Paracuru e SIIF Cinco passaram a ser controladas diretas da CPFL Renováveis.

As variações patrimoniais das controladas incorporadas verificadas entre a data do Laudo de Avaliação (30 de abril de 2018) e a data da efetiva incorporação (1º de agosto de 2018) foram, durante referido período, refletidas nas próprias incorporadas, sendo transferidas, absorvidas e registradas pela incorporadora unicamente na data da efetiva aprovação da incorporação.

Apresentamos abaixo o balanço patrimonial “combinado”, com os saldos contábeis de ativos e passivos incorporados em 1º de agosto de 2018 na controladora:

<u>ATIVOS</u>		<u>PASSIVOS</u>	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	2.797	Fornecedores	2.851
Contas a receber de clientes	17.166	Empréstimos e financiamentos	6.769
Dividendos a receber	13.936	Debêntures	36.188
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	412	Empréstimos com controladas	2.809
Impostos a recuperar	14.088	Dividendos a pagar	29.530
Outros créditos	6.112	Imposto de renda e contribuição social a pagar	650
Total do ativo circulante	<u>54.511</u>	Outros impostos a pagar	2.443
		Adiantamentos de clientes	65.090
		Outros passivos	1.076
		Total do passivo circulante	<u>147.406</u>
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
Aplicações financeiras vinculadas	44.174	Empréstimos e financiamentos	60.202
Impostos a recuperar	1.638	Debêntures	335.393
Impostos diferidos	1.110	Provisão para custos socioambientais e	
Empréstimos a receber	309.573	desmobilização de ativos	17.433
Investimentos	295.821	Total do passivo não circulante	<u>413.028</u>
Imobilizado	444.813		
Intangível	5.453		
Total do ativo não circulante	<u>1.102.582</u>		

Adicionalmente, os valores contabilizados como Investimento na controladora, decorrentes da combinação de negócios realizada na aquisição das SPEs Eólica Icaraizinho e Eólica Formosa em exercícios anteriores, que correspondiam ao direito de exploração e impostos diferidos passivos R\$393.186, despesas diferidas (R\$2.729) e a menos valia do imobilizado (R\$66.584), foram reclassificados para o Intangível, Impostos Diferidos Passivos e Imobilizado, respectivamente.

2º passo

Em 30 de novembro de 2018 (com efeitos a partir de 1º de dezembro de 2018), os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da controlada direta: T-15 Energia S.A.; e das controladas indiretas: PCH Participações S.A.; BVP S.A. e BVP Geradora de Energia S.A. nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação e dos Laudos de Avaliação, também aprovados na referida data. Das companhias incorporadas somente a BVP Geradora era operacional, as demais companhias eram holdings. Com essa incorporação a CPFL Renováveis passou a ter participação direta nas seguintes SPEs: Mohini Energia S.A., Chimay Energia S.A., Jayaditya Energia S.A. e Sul Centrais Energia S.A., anteriormente, controladas da T-15 Energia.

As variações patrimoniais das controladas incorporadas verificadas entre a data do Laudo de Avaliação (31 de julho de 2018) e a data da efetiva incorporação (1º de dezembro de 2018) foram, durante referido período, refletidas nas próprias incorporadas, sendo transferidas, absorvidas e registradas pela incorporadora unicamente na data da efetiva aprovação da incorporação.

Apresentamos abaixo o balanço patrimonial “combinado”, com os saldos contábeis de ativos e passivos incorporados em 1º de dezembro de 2018 na controladora:

<u>ATIVOS</u>		<u>PASSIVOS</u>	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	49.539	Fornecedores	2.772
Aplicações financeiras	195.490	Empréstimos e financiamentos	40.880
Títulos e valores mobiliários	10	Dividendos a pagar	259.163
Contas a receber de clientes	16.239	Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.210
Dividendos a receber	232.033	Outros impostos a pagar	5.549
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9.874	Adiantamentos de clientes	35.363
Impostos a recuperar	17.363	Outros passivos	79
Outros créditos	12.019	Total do passivo circulante	<u>345.016</u>
Total do ativo circulante	<u>532.567</u>		
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
Aplicações financeiras vinculadas	42.883	Empréstimos e financiamentos	256.304
Impostos diferidos	330	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	152.720
Outros créditos	9.629	Impostos diferidos	266.400
Empréstimos a receber	100.400	Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos	<u>11.007</u>
Investimentos	2.016.514	Total do passivo não circulante	<u>686.431</u>
Imobilizado	479.131		
Intangível	17.240		
Total do ativo não circulante	<u>2.666.127</u>		

Adicionalmente, os valores contabilizados como Investimentos na PCH Participações S.A. e na BVP S.A., decorrentes da combinação de negócios realizada na aquisição da BVP S.A. e da BVP Geradora S.A., respectivamente, em exercícios anteriores, que correspondiam a direito de exploração e impostos diferidos passivos R\$523.550, direito sobre contrato de venda de energia (R\$15.564), despesa diferida (R\$16), a menos valia do imobilizado (R\$113.403) e juros capitalizados R\$34.619, foram reclassificados para o Intangível e Impostos Diferidos Passivos e Imobilizado, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2018 os principais impactos das incorporações no resultado da controladora foram os acréscimos na receita bruta no montante de R\$100.278 e em custos e despesas no montante de R\$29.693.

- Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou nas informações contábeis individuais e consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R\$389.529 e R\$65.301, respectivamente. Na controladora e no consolidado, o equacionamento do capital de giro no exercício de 2019 será alcançado mediante novas captações que estão em início de negociação, em adição, na controladora o equacionamento também se dará por recebimentos de suas controladas diretas e indiretas decorrentes, principalmente, de resultados acumulados.

- Participações societárias

A maior parte das controladas diretas e indiretas foram constituídas ou adquiridas com o propósito específico de implantar e explorar o potencial de pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”), usinas termelétricas movidas à biomassa, parques eólicos e projeto de geração de energia solar, conforme descrito nas notas explicativas nº 1.1 a nº 1.4.

1.1. Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas possuíam as seguintes concessões e autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico:

<u>PCHs</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)</u>
Alto Irani	1	Res.587	29/10/2002	30 anos	21,0
Americana	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	30,0
Andorinhas	1	Des.1990	30/11/2005	Indeterminado **	0,5
Arvoredo	1	Res.606	05/11/2002	30 anos	13,0
Barra da Paciência	1	Res.348	17/12/1999	30 anos	23,0
Boa Vista 2	1	Portaria 502	06/11/2015	35 anos	29,9
Buritis	1	Contrato de Concessão n°014	19/11/1997	30 anos***	0,8
Capão Preto	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos***	4,3
Chibarro	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos***	2,6
Cocais Grande	1	Res.349	22/12/1999	30 anos	10,0
Corrente Grande	1	Res.17	14/01/2000	30 anos	14,0
Diamante	1	Portaria 475	13/11/1997	30 anos***	4,2
Dourados	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	10,8
Eloy Chaves	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	19,0
Esmeril	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	5,0
Figueirópolis	1	Res.198	04/05/2004	30 anos	19,4
Gavião Peixoto	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos***	4,8
Guaporé	1	Res.1987	30/11/2005	Indeterminado **	0,7
Jaguari	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	11,8
Lençóis	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos***	1,7
Ludesa	1	Res.705	17/12/2002	30 anos	30,0
Mata Velha	1	Res.262	16/05/2002	30 anos	24,0
Monjolinho	1	Contrato de Concessão n°014	19/11/1997	30 anos***	0,6
Ninho da Água	1	Res.370	29/12/1999	30 anos	10,0
Novo Horizonte	1	Res.652	26/11/2002	30 anos	23,0
Paíol	1	Res.406	06/08/2002	30 anos	20,0
Pinhal	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	6,8
Pirapó	1	Des.1989	30/11/2005	Indeterminado **	0,8
Plano Alto	1	Res.607	07/11/2002	30 anos	16,0
Saltinho	1	Disp.1988	30/11/2005	Indeterminado **	0,8
Salto Góes	1	Res.2510	10/08/2010	30 anos	20,0
Salto Grande	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos***	4,6
Santa Luzia	1	Portaria 352	20/12/2007	35 anos	28,5
Santana	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos***	4,3
São Gonçalo	1	Res.13	13/01/2000	30 anos	11,0
São Joaquim	1	Contrato de Concessão n°015	19/11/1997	30 anos	8,1
Socorro	1	Contrato de Concessão n°014	19/11/1997	30 anos***	1,0
Três Saltos	1	Contrato de Concessão n°014	19/11/1997	30 anos***	0,6
Varginha	1	Res.355	22/12/1999	30 anos	9,0
Várzea Alegre	1	Res.367	29/12/1999	30 anos	7,5
Subtotal					453,1
Lucia Cherobim	2	Em andamento *	-	-	28,0
Santa Luzia Alto	3	Despacho n°934	19/04/2016	35 anos	0,8
Penedo	4	Em andamento *	-	-	17,0
Tombo	4	Em andamento *	-	-	16,0
Subtotal					33,0
Total					514,9

* Resolução autorizativa em processo de obtenção.

** Potenciais hidrelétricos iguais ou inferiores a 5,0 MW estão dispensados de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas ser registrados junto à ANEEL.

*** Ao término do contrato de concessão ou da autorização o registro vigorará por prazo indeterminado.

(1) - Operação

(2) - Construção

(3) - Em desenvolvimento

(4) - Em início de desistência do projeto

As autorizações dos projetos hidrelétricos Cachoeira Grande e Santa Cruz, não estão sendo mais apresentadas em decorrência da desistência dos mesmos, ocorrida no segundo trimestre de 2018. Não foram reconhecidos efeitos contábeis no exercício, tendo em vista que os mesmos já tinham sido realizados em exercícios anteriores.

Os prazos das autorizações e concessões são contados a partir da data da assinatura dos respectivos contratos.

1.2. Projetos de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas possuíam as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial eólico:

Projetos Eólicos	Status	Res.original	Data	Prazo	Capacidade de instalada (MW)
Atlântica I	1	Portaria 134	25/02/2011	35 anos	30,0
Atlântica II	1	Portaria 148	03/03/2011	35 anos	30,0
Atlântica IV	1	Portaria 147	03/03/2011	35 anos	30,0
Atlântica V	1	Portaria 168	21/03/2011	35 anos	30,0
BVP Geradora	1	Res.093	07/03/2003	30 anos	50,0
Campo dos Ventos I	1	Res.3967	26/03/2013	30 anos	25,2
Campo dos Ventos II	1	Portaria 257	18/04/2011	35 anos	30,0
Campo dos Ventos III	1	Res.3968	26/03/2013	30 anos	25,2
Campo dos Ventos V	1	Res.3969	27/03/2013	30 anos	25,2
Canoa Quebrada	1	Res.680	10/12/2002	30 anos	57,0
Canoa Quebrada (Rosa dos Ventos)	1	REA 329	18/06/2002	30 anos	10,5
Costa Branca	1	Portaria 585	11/10/2011	35 anos	20,7
Enacel	1	Res.625	12/11/2002	30 anos	31,5
Eurus I	1	PRT 264	19/04/2011	35 anos	30,0
Eurus III	1	PRT 266	27/04/2011	35 anos	30,0
Eurus VI	1	Portaria 749	24/08/2010	35 anos	8,0
Foz do Rio Choró	1	Res.306	04/06/2002	30 anos	25,2
Icaraizinho	1	Res.454	27/08/2002	30 anos	54,6
Juremas	1	Portaria 556	27/09/2011	35 anos	16,1
Lagoa do Mato	1	REA 340	25/06/2002	30 anos	3,2
Macacos	1	Portaria 557	27/09/2011	35 anos	20,7
Morro dos Ventos I	1	PRT 664	27/07/2010	35 anos	28,8
Morro dos Ventos II	1	PRT 373	12/06/2012	35 anos	29,1
Morro dos Ventos III	1	PRT 685	04/08/2010	35 anos	28,8
Morro dos Ventos IV	1	PRT 686	04/08/2010	35 anos	28,8
Morro dos Ventos IX	1	PRT 665	27/07/2010	35 anos	30,0
Morro dos Ventos VI	1	PRT 663	27/07/2010	35 anos	28,8
Paracuru	1	Res.460	27/08/2002	30 anos	25,2
Pedra Cheirosa I	1	REA 387/2014	04/08/2014	35 anos	25,2
Pedra Cheirosa II	1	REA 359/2014	23/07/2014	35 anos	23,1
Pedra Preta	1	Portaria 564	11/10/2011	35 anos	20,7
Praia Formosa	1	Res.307	04/06/2002	30 anos	105,0
Santa Clara I	1	Portaria 609	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara II	1	Portaria 683	04/08/2010	35 anos	30,0
Santa Clara III	1	Portaria 610	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara IV	1	Portaria 672	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara V	1	Portaria 838	08/10/2010	35 anos	30,0
Santa Clara VI	1	Portaria 670	29/07/2010	35 anos	30,0
São Domingos	1	REA 5074	03/03/2015	30 anos	25,2
Taíba Albatroz	1	Res.778	23/12/2002	30 anos	16,5
Ventos de São Benedito	1	REA 4563	25/02/2014	30 anos	29,4
Santa Mônica	1	REA 4592	18/03/2014	30 anos	29,4
Santa Úrsula	1	REA 4591	18/03/2014	30 anos	27,3
Ventos de Santo Dimas	1	REA 4562	25/02/2014	30 anos	29,4
Ventos de São Martinho	1	REA 4572	11/03/2014	30 anos	14,7
Subtotal					1.308,5
Costa das Dunas	2	Em andamento *	-	-	23,1
Farol de Touros	2	Em andamento *	-	-	21,0
Figueira Branca	2	Em andamento *	-	-	10,5
Gameleira	2	Em andamento *	-	-	14,7
Subtotal					69,3
Baixa Verde	3	Em andamento *	-	-	12,6
Cajueiro	3	Em andamento *	-	-	27,3
Iraúna I	3	Em andamento *	-	-	29,4
Iraúna II	3	Em andamento *	-	-	29,4
Iraúna IX	3	Em andamento *	-	-	29,4
Iraúna X	3	Em andamento *	-	-	29,4
Iraúna XI	3	Em andamento *	-	-	29,4
Iraúna XII	3	Em andamento *	-	-	29,4
Subtotal					216,3
Total					1.594,1

* Resolução autorizativa em processo de obtenção.

- (1) - Operação
- (2) - Construção
- (3) - Em desenvolvimento

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da assinatura das autorizações.

1.3. Projetos de geração à biomassa

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas possuíam as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração de energia movida a biomassa:

<u>Projeto Biomassa</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)</u>
Alvorada	1	Res.3714	29/10/2012	30 anos	50,0
Baía Formosa	1	Res.259	14/05/2002	30 anos	40,0
Baldin	1	Res.2106	22/09/2009	30 anos	45,0
Bio Ester	1	Res.117	20/05/1999	30 anos	40,0
Buriti	1	Res.2643	07/12/2010	30 anos	50,0
Coopcana	1	Res.3328	07/02/2012	30 anos	50,0
Ipê	1	Res.2375	27/04/2010	30 anos	25,0
Pedra	1	Prt.129	24/02/2011	35 anos	70,0
Total					370,0

(1) - Operação

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da assinatura das autorizações.

1.4. Projetos de geração de energia solar

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e sua controlada possuíam a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração do potencial solar:

<u>Projeto Solar</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)</u>
Solar 1	1	Of.ANEEL n°961/2012	29/10/2012	Indeterminado*	1,1
Total					1,1

* Usina com capacidade reduzida, dispensada de outorga, devendo apenas ser registrado na ANEEL.

(1) - Operação

1.5. Sazonalidade

A receita operacional e os custos de geração das PCHs, dos parques eólicos e das usinas termelétricas movidas a biomassa sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

- A menor velocidade média dos ventos faz com que os parques eólicos apresentem menores volumes de geração no 1º semestre;
- A safra da cana de açúcar na região Sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro. Já a safra da região Nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior;

- Dado que o reconhecimento das receitas das usinas eólicas e de algumas usinas de biomassa seguem a geração efetiva dessas usinas, observa-se que, de forma geral, o primeiro semestre do ano seja um período com menores receitas do que o segundo semestre para esses ativos; e
- O período de chuvas favorece a geração das PCHs das regiões Sudeste e Centro-Oeste no 1º e 4º trimestres, enquanto no Sul, o período de chuvas favorece a geração no 2º e 3º trimestres.

Além disto, os efeitos na contabilização das receitas das PCHs são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada, a qual é registrada na CCEE. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada por uma tarifa denominada “Tarifa de Energia de Otimização” - TEO, que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será mensalmente contabilizada para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, este efeito é definido como GSF (“Generation Scaling Factor”). Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas não possuíam nenhuma usina fora do MRE.

(i) OPA por alienação de controle da CPFL Energias Renováveis S.A.

Em continuidade ao processo da Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA), a Companhia divulgou no período de 1º de janeiro de 2018 a 22 de outubro de 2018, Fatos Relevantes que informaram aos seus acionistas e ao mercado em geral as tratativas entre a State Grid Brazil Power Participações S.A. (“State Grid Brazil”), a Comissão de Valores Mobiliários – representada pela Superintendência de Registro de Valores Mobiliários – SER e por seu Colegiado e determinados acionistas, e por fim, o arquivamento do Edital de Oferta Pública de Aquisição de Ações Ordinárias da Companhia.

O Fato Relevante, datado de 26 de novembro de 2018, informa que como resultado do Leilão, a State Grid Brazil adquiriu 243.771.824 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 48,39% do capital social. As ações ordinárias foram adquiridas pelo preço unitário de R\$ 16,85 (R\$ 14,60, com data-base de 23 de janeiro de 2017, atualizado pela Selic), totalizando o valor de R\$ 4,1 bilhões. A liquidação financeira do Leilão ocorreu no dia 29 de novembro de 2018 e, em seguida, State Grid Brazil e CPFL Geração de Energia S.A. (controlada indiretamente pela State Grid Brazil), passaram a deter, em conjunto, 503.520.623 ações ordinárias de emissão da Companhia, que equivalem aproximadamente a 99,94% do capital social total da Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 11 de março de 2019.

a) Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas *IFRS* e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram preparadas em conformidade às normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia e suas controladas também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio são mensurados pelo valor justo.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia e suas controladas faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia e suas controladas revisa as

estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Imobilizado (nota explicativa nº 12) – aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Intangível (nota explicativa nº 13) - principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisões para custos socioambientais e desmobilização de ativos (nota explicativa nº 18) - reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (nota explicativa nº 19) reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 24.2) - principais premissas em relação aos valores recuperáveis referentes ao prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e do intangível de Direito de Exploração; e
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 25.2) - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e) Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas considerando somente um segmento operacional, o de geração e comercialização de energia elétrica gerada e comprada por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia e suas controladas, uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos, como o ambiente regulatório, são os mesmos para os diversos tipos de usinas (biomassa, solar, eólica e pequenas centrais hidrelétricas). Adicionalmente, não existe controle separado para nenhuma usina. É desta forma que a Administração e o Conselho de Administração da Companhia e suas controladas avaliam a performance das usinas e alocam os recursos necessários.

f) Demonstração do valor adicionado

A Companhia e suas controladas elaboraram as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas e como informação suplementar às demonstrações financeiras em *International Financial Reporting Standards - IFRS*, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

3. BASE DE CONSOLIDAÇÃO E INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as demonstrações da CPFL Renováveis e suas controladas abaixo relacionadas:

Empresas	Forma de Consolidação	Participação - %		Empresas	Forma de Consolidação	Participação - %	
		Direta	Indireta			Direta	Indireta
Aiuruoca	Integral	-	100%	Mata Velha	Integral	-	100%
Alto Irani	Integral	100%	-	Mohini	Integral	100%	-
Arvoredo	Integral	-	100%	Morro dos Ventos I	Integral	-	100%
Atlântica I	Integral	100%	-	Morro dos Ventos II	Integral	-	100%
Atlântica II	Integral	100%	-	Morro dos Ventos III	Integral	-	100%
Atlântica IV	Integral	100%	-	Morro dos Ventos IV	Integral	-	100%
Atlântica V	Integral	100%	-	Morro dos Ventos IX	Integral	-	100%
Baixa Verde	Integral	95%	-	Morro dos Ventos VI	Integral	-	100%
Barra da Paciência	Integral	-	100%	Navegantes	Integral	95%	-
Bio Alvorada	Integral	100%	-	Ninho da Águia	Integral	-	100%
Bio Buriti	Integral	100%	-	Novo Horizonte	Integral	-	100%
Bio Coopcana	Integral	100%	-	Paiol	Integral	-	100%
Bio Ester	Integral	100%	-	PCH Holding	Integral	100%	-
Bio Formosa	Integral	100%	-	PCH Holding 2	Integral	100%	-
Bio Ipê	Integral	100%	-	Pedra Cheirosa I	Integral	100%	-
Bio Pedra	Integral	100%	-	Pedra Cheirosa II	Integral	100%	-
Bioenergia	Integral	100%	-	Pedra Preta	Integral	-	95%
Boa Vista 2	Integral	100%	-	Penedo	Integral	100%	-
Cachoeira Grande	Integral	100%	-	Plano Alto	Integral	100%	-
Cajueiro	Integral	95%	-	Rosa dos Ventos	Integral	100%	-
Campo dos Ventos I	Integral	-	100%	Salto Góes	Integral	100%	-
Campo dos Ventos II	Integral	-	100%	Santa Clara I	Integral	100%	-
Campo dos Ventos III	Integral	-	100%	Santa Clara II	Integral	100%	-
Campo dos Ventos V	Integral	-	100%	Santa Clara III	Integral	100%	-
Cherobim	Integral	-	96%	Santa Clara IV	Integral	100%	-
Chimay	Integral	100%	-	Santa Clara V	Integral	100%	-
Cocais Grande	Integral	-	100%	Santa Clara VI	Integral	100%	-
Corrente Grande	Integral	-	100%	Santa Cruz	Integral	100%	-
Costa Branca	Integral	-	95%	Santa Luzia	Integral	-	100%
Costa das Dunas	Integral	90%	-	Santa Mônica	Integral	-	100%
DESA Eólicas	Integral	-	100%	Santa Úrsula	Integral	-	100%
Desa PCH II	Integral	-	94%	São Benedito	Integral	-	100%
Dobrevê Energia	Integral	100%	-	São Domingos	Integral	-	100%
Eólica Holding	Integral	100%	-	São Gonçalo	Integral	-	100%
Eólica Paracuru	Integral	100%	-	SIIF Cinco	Integral	100%	-
DESA Eurus I	Integral	-	100%	Solar 1	Integral	100%	-
DESA Eurus III	Integral	-	100%	Sul Centrais Elétricas	Integral	100%	-
Eurus VI	Integral	100%	-	Tombo	Integral	100%	-
Farol de Touros	Integral	90%	-	Turbina 16	Integral	100%	-
Figueira Branca	Integral	100%	-	Turbina 17	Integral	100%	-
Figueirópolis	Integral	-	100%	Varginha	Integral	-	100%
Gameleira	Integral	100%	-	Varginha - DESA	Integral	-	94%
Jayaditya	Integral	100%	-	Várzea Alegre	Integral	-	100%
Juremas	Integral	-	95%	Ventos de Santo Dimas	Integral	-	100%
Ludesa	Integral	-	60%	Ventos de São Martinho	Integral	-	100%
Macacos	Integral	-	95%	WF1 Holding	Integral	-	100%

Veja maiores detalhes sobre a movimentação de controladas na nota explicativa nº 1.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

- d) Os valores das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido consolidado são de R\$103.377 em 31 de dezembro de 2018 (R\$106.530 em 31 de dezembro de 2017).

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas em 1º de janeiro de 2018 descritas na nota explicativa 4.16.

4.1. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas as combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

As participações dos acionistas não controladores, que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia e de suas controladas no caso de liquidação, são mensuradas com base no valor justo das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

4.2. Instrumentos financeiros

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado.

	Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia e suas controladas não possuem ativos financeiros classificados nessa categoria.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia e suas controladas não possuem ativos financeiros classificados nessa categoria.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Valor justo por meio do resultado (VJR): Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

– como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;

– os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

– como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

– a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados nessa categoria.
- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 25.1.

4.3. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

4.4. Benefícios a empregados

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

- Plano de pagamento baseado em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados e outros provedores de serviços similares é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta que registrou o benefício aos empregados.

- Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente, quando realizadas, são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

- Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia e suas controladas em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do exercício.

4.5. Arrendamentos

No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente.

Os arrendamentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos e/ou recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas e/ou receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos, nos quais se contemplem não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendatárias, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendadora, o investimento é inicialmente reconhecido pelos custos incorridos na construção e/ou aquisição do bem.

Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas no resultado do exercício durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento e/ou passivo existente.

A Companhia e suas controladas participam de transações de arrendamento operacionais relacionados ao uso de terrenos dos parques eólicos.

4.6. Adiantamento para futuro aumento de capital

Adiantamentos de recursos recebidos da controladora e destinados a aporte de capital que são concedidos em caráter irrevogável. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando a quantidade de ações a serem emitidas não é conhecida. Em contra partida, os na controladora também são reconhecidos pelo valor justo, classificados como ativo não circulante e apresentados na rubrica de Investimento.

4.7. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios

econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas médias anuais variáveis de 1% a 19%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador. Os ativos estão sendo depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da concessão e/ou autorização, quando, então, são depreciados por este prazo.

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”.

4.8. Provisões para custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das PCHs ou das eólicas, a Companhia e suas controladas obtém todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia e suas controladas provisionam os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros das controladas durante a fase de construção e operação das usinas em operação.

4.9. Provisões para desmobilização de ativos

Aplicável às controladas que exploram parques eólicos que, nos contratos de arrendamento do terreno onde instalados, assumiram obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

4.10. Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, direito de exploração de concessões, software e servidão.

- Direito de Exploração de concessões e autorizações.

Conforme determinado na Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, os direitos de autorização de exploração são

classificados no balanço patrimonial da controladora na rubrica Investimentos, enquanto no balanço patrimonial consolidado são classificados na rubrica Intangível.

A Administração da Companhia e suas controladas não esperam que o valor alocado como direito de exploração dessas aquisições seja dedutível para fins fiscais e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre os valores alocados e as bases fiscais destes ativos.

- Outros ativos intangíveis

São ativos adquiridos pela Companhia e suas controladas, com vidas úteis finitas, mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

4.11. Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

- *Ativos financeiros*

A Companhia e suas controladas consideravam evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada. Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizavam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável foi calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão.

Quando a Companhia e as controladas consideraram que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado.

- *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, são

revidos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

4.12. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

4.13. Reconhecimento de receita

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

4.14. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido, na combinação de negócios, ou na conta de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido reconhecidos líquidos desses efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas controladas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas controladas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

4.15. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício, considerando os efeitos dilutivos e de instrumentos conversíveis em ações (vide nota explicativa nº 20(h)).

4.16. Novas normas e interpretações vigentes adotadas

A Companhia e suas controladas aplicaram inicialmente o CPC 47/IFRS15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º. de janeiro de 2018 e optaram pela adoção prospectiva, como segue:

a) CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O efeito da aplicação inicial dessa norma na Companhia e suas controladas é atribuído, principalmente, a classificação dos ativos e passivos financeiros.

O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

- Classificação e mensuração de Ativos e Passivos Financeiros

O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros e altera a nomenclatura de OPF – Outros passivos financeiros para SCA - mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38/IAS 39 para ativos financeiros: MAV - mantidos até o vencimento, ER - empréstimos e recebíveis e DPV- disponíveis para venda.

Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: MCA - a custo amortizado; VJORA - ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e VJR - ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Segue abaixo resumo da classificação dos principais instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e a posição após a adoção do CPC 48/IFRS 9:

	Classificação CPC 38/IAS 39		Classificação CPC 48/IFRS 9	
	31/12/2017		31/12/2018	
	Categoria	Mensuração *	Categoria	Mensuração *
Principais Ativos				
Aplicações financeiras	VJR	VJ	VJR	VJ
Títulos e Valores Mobiliários	VJR	VJ	VJR	VJ
Aplicações financeiras vinculadas	ER	CA	MCA	CA
Contas a receber de clientes	ER	CA	MCA	CA
Partes relacionadas**	ER	CA	MCA	CA
Outros créditos	ER	CA	MCA	CA
Principais Passivos				
Partes relacionadas**	OPF	CA	SCA	CA
Fornecedores	OPF	CA	SCA	CA

Empréstimos e financiamentos	OPF	CA	SCA	CA
Debêntures	OPF	CA	SCA	CA
Adiantamentos de clientes	OPF	CA	SCA	CA
Outros passivos	OPF	CA	SCA	CA

* VJ – valor justo

* CA – custo amortizado

** Referem-se a contas a receber de clientes; dividendos a receber; empréstimos a receber; outros créditos; fornecedores; dividendos a pagar; empréstimos a pagar e outros passivos.

Não houve efeitos financeiros relevantes decorrentes da nova classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas decorrente da adoção do CPC 48/IFRS 9.

b) CPC 47/IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece que a receita deve representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços à clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Pelos novos requerimentos do CPC 47/IFRS 15, a receita somente pode ser reconhecida quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

A adoção do CPC 47/IFRS 15 pela Companhia e suas controladas, a partir de 1º de janeiro de 2018, não gerou nenhuma alteração no reconhecimento da receita dos contratos de venda de energia, bem como, nenhum efeito financeiro nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.17. Novas normas e interpretações não vigentes e não adotadas

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. A Companhia não adotou as normas novas ou revisadas a seguir:

a) IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos

Emitida em 13 de janeiro de 2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil para os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do IAS 17 / CPC 06 (R1), incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia e suas controladas avaliaram o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos de suas usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Por esses apresentarem remuneração variável ao arrendador, a IFRS 16 não é aplicável à esses contratos, para os demais contratos, a adoção da IFRS 16 não causou impactos materiais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas.

b) IFRIC 23 / ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Emitida em maio de 2017, surge com o intuito de esclarecer a contabilização de posições fiscais que poderão não ser aceitas pelas autoridades fiscais relativos às matérias de IRPJ e CSLL. Em linhas gerais, o principal ponto de análise da interpretação refere-se à probabilidade de aceitação do Fisco sobre o tratamento fiscal escolhido pela companhia.

A IFRS 23 / ICPC 22 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia e suas controladas avaliaram a interpretação preliminarmente e não esperam impactos materiais na adoção desta interpretação.

c) Melhorias Anuais às IFRS / Ciclo 2015 - 2017

Anualmente, o IASB discute e decide sobre as melhorias propostas para as IFRS, conforme são levantadas ao longo do ano. Em 12 de dezembro de 2017 foram publicadas medidas referentes ao ciclo 2015-2017, com início a partir de 1º de janeiro de 2019:

IFRS 3 Combinações de Negócios e IFRS 11 Negócios em Conjunto - esclarece que quando uma entidade obtém o controle de um negócio que é uma operação em conjunto, ela remensura interesses anteriormente mantidos naquele negócio. Sobre a IFRS 11, esclarece que quando uma entidade obtém o controle conjunto de um negócio que é uma operação conjunta, a entidade não repassa as participações anteriormente detidas naquele negócio.

IAS 12 Imposto de Renda - esclarece os requisitos sobre as exigências dos efeitos do reconhecimento do imposto de renda de dividendos referentes as transações ou eventos que geraram lucros a distribuir.

IAS 23 Custos de Empréstimos - esclarece que se qualquer empréstimo permanecer em aberto após o ativo relacionado estar disponível para uso ou venda, esse empréstimo torna-

se parte dos recursos que uma entidade toma emprestado geralmente ao calcular a taxa de capitalização sobre empréstimos em geral.

Com base em avaliação preliminar, a Administração da Companhia e suas controladas acreditam que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldos de caixa e bancos	4.988	19.079	59.622	71.058
Aplicações financeiras:				
Certificado de depósitos bancários (a)	1.019	-	5.464	2.360
Fundos de investimento (b)	103.245	244.943	805.366	874.540
Operações compromissadas em debêntures (a)	-	-	6.119	2.257
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>109.252</u>	<u>264.022</u>	<u>876.571</u>	<u>950.215</u>

- (a) Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures compromissadas, e são remunerados a taxas médias equivalentes a 72,04% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, na data do balanço (95,24 % em 31 de dezembro de 2017).
- (b) Representam valores aplicados no Fundo Atlântica, o qual foi constituído em setembro de 2012 e tem como característica aplicações pós-fixadas lastreadas no CDI, substancialmente em CDBs, letras financeiras, títulos públicos federais e, debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte e fundos de investimentos de baixo risco e alta liquidez. A taxa de remuneração deste fundo é 98,23% do CDI na data do balanço (101,53% em 31 de dezembro de 2017).

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

6.1. Aplicações financeiras

<u>Agente financeiro</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Indexador</u>	<u>Remuneração*</u>	Controladora	
					<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
BNB	Fundo aberto	indeterminado	diversos	93,44%	<u>75.025</u>	<u>-</u>
					<u>75.025</u>	<u>-</u>
<u>Agente financeiro</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Indexador</u>	<u>Remuneração*</u>	Consolidado	
					<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
BNB	Fundo aberto	indeterminado	diversos	59,23%	-	78.648
BNB	Fundo aberto	indeterminado	diversos	93,44%	<u>75.025</u>	<u>48.685</u>
					<u>75.025</u>	<u>127.333</u>

* Remuneração média na data base, tendo como referência o depósito interbancário – DI

Representam os valores aplicados nos Fundos Abertos BNB FI Curto Prazo Automático e BNB FI Curto Prazo Institucional. Os fundos têm como característica aplicações em títulos federais e/ou operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

6.2. Aplicações financeiras vinculadas

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração*	Controladora	
					31/12/2018	31/12/2017
BNB	CDB	Indefinido	Diversos	99,00%	88.259	-
					88.259	-
Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração*	Consolidado	
					31/12/2018	31/12/2017
Banco do Brasil	Fundo aberto	Indefinido	Diversos	83,41%	5.136	5.678
BNB	LFTs	Indefinido	Diversos	99,00%	61.804	58.148
BNB	Fundo aberto e CDB	Indefinido	Diversos	90,02%	59.828	42.622
Bradesco	(FIC) Federal	Indefinido	Diversos	99,05%	36.016	37.342
Citibank	Fundo Citi Cash Blue	Indefinido	Diversos	93,05%	6.455	6.835
Itaú	Fundo Soberano	Indefinido	Diversos	97,51%	325.410	434.298
Itaú	CDB/Op. Compromissada	Diversos	DI	90,00%	1.187	1.563
Bradesco	Fundo Atlânticas	Indefinido	Diversos	98,23%	10.183	355
					506.019	586.841

* Remuneração média na data base, tendo como referência o depósito interbancário – DI

Referem-se, basicamente, a contas reserva constituídas nas controladas, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2018, as garantias estavam 100% integralizadas, com exceção das contas referente a controlada Ludesa, que possuía 86% das garantias integralizadas e sem prazo limite para constituição total e da controlada Boa Vista 2, que ainda não possuía garantias integralizadas, com prazo limite para constituição até 15 de novembro de 2019.

Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são designados como mensurado ao custo amortizado .

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Concessionárias e permissionárias	61.969	20.095	167.115	183.347
Operações realizadas na CCEE	39.414	50.073	224.231	186.504
Total	<u>101.383</u>	<u>70.168</u>	<u>391.346</u>	<u>369.851</u>
Ativo circulante	63.634	70.168	232.520	369.851
Ativo não circulante	37.749	-	158.826	-
	<u>101.383</u>	<u>70.168</u>	<u>391.346</u>	<u>369.851</u>

Operações realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem, principalmente, saldos em aberto consequentes da situação temporária da CCEE em função de liminares judiciais (liminares) de geradoras, devido ao cenário hidrológico e seus impactos financeiros para as contratações no mercado livre. As controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

Composição do contas a receber por tipo de contrato:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
CCEAR*	-	-	46.441	29.559
CER**	-	-	53.287	65.151
Mercado Livre	58.669	70.168	220.265	189.811
PROINFA	42.714	-	71.353	85.330
Total	<u>101.383</u>	<u>70.168</u>	<u>391.346</u>	<u>369.851</u>

* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.

** Contrato de Energia de Reserva.

A Administração da Companhia e suas controladas entendeu não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2018.

Composição por vencimento do contas a receber em 31 de dezembro de 2018:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Vencidos		
Até 90 dias*	8.391	14.331
	<u>8.391</u>	<u>14.331</u>
A vencer		
Até 60 dias	40.248	191.233
Mais de 60 dias	52.744	185.782
	<u>92.992</u>	<u>377.015</u>
Total	<u>101.383</u>	<u>391.346</u>

* O montante de R\$14.331 refere-se, principalmente, à créditos com o agente ELETROBRÁS (PROINFA). Até 12 de fevereiro de 2019 esse montante foi totalmente recebido.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Impostos de renda e contribuição social a compensar - IRPJ e CSLL (a)	24.291	11	44.055	28.340
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (b)	21.559	8.179	44.450	28.870
Programa de integração social - PIS (c)	2.393	461	3.226	1.776
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (c)	10.652	2.124	14.822	8.548
Outros	849	27	8.593	7.664
	<u>59.744</u>	<u>10.802</u>	<u>115.146</u>	<u>75.198</u>
Ativo circulante	58.106	10.802	109.709	69.530
Ativo não circulante	1.638	-	5.437	5.668
Total	<u>59.744</u>	<u>10.802</u>	<u>115.146</u>	<u>75.198</u>

- (a) Refere-se a antecipações ocorridas no ano, créditos tributários gerados por pagamentos efetuados a maior de acordo com o regime de lucro real e saldo negativo de exercícios anteriores.
- (b) Refere-se a retenções sobre aplicações financeiras que não dependem de decisões judiciais ou administrativas para que sejam utilizadas.
- (c) Referem-se, a créditos retidos na fonte por órgãos públicos sobre a venda de energia e créditos tomados sobre encargos, materiais, serviços e sobre compra de energia.

9. OUTROS CRÉDITOS NÃO CIRCULANTE

	Consolidado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Créditos a receber - consórcios (a.i)	47.454	47.454
Provisão para perda Baldin Bioenergia S.A. (a.i)	(13.838)	(13.838)
Ajuste a valor presente Baldin Bioenergia S.A. (a.i)	(23.774)	(23.774)
Contratos de pré-compra de energia (a.ii)	25.390	26.260
Despesas pagas antecipadamente (b)	-	10.052
Créditos a receber - consórcios (c)	16.240	15.585
Despesas antecipadas - repactuação ANEEL (d)	1.010	3.042
Outros créditos a receber	795	833
Total	<u>53.277</u>	<u>65.614</u>

a) Baldin Bioenergia S.A.

Em 2008, a Companhia constituiu a SPE denominada CPFL Bioenergia S.A. com o objetivo de formar um consórcio para construir, operar e manter uma usina termelétrica movida a biomassa (bagaço de cana), com capacidade de geração de 45 MW. Esse consórcio foi firmado em conjunto com o Grupo Baldin, através da controlada Baldin Bioenergia S.A. (parte não relacionada), pelo prazo de 17 anos.

De acordo com os instrumentos jurídicos integrantes dessa transação, destacamos os seguintes: (i) a CPFL Bioenergia foi a responsável primária pelo financiamento da construção do empreendimento e em contrapartida a Baldin Bioenergia deveria reembolsar o valor correspondente a sua participação no consórcio (50%); e (ii) a CPFL Bioenergia realizou pré-pagamento à Baldin Bioenergia referente à entrega futura de energia a ser gerada pelo empreendimento (parcela do Grupo Baldin), pelo prazo de 15 anos da data de entrada em operação.

A Administração da Baldin Bioenergia S.A. protocolou, em 25 de junho de 2012, pedido de recuperação judicial. Até 31 de dezembro de 2018, o processo de recuperação judicial ainda não havia sido encerrado.

Em 31 de dezembro de 2018, a exposição total da Companhia relacionada às operações da Baldin Bioenergia S.A. compreende:

(i) O montante é composto da seguinte forma:

- (1) R\$46.454 (R\$46.454 em 31 de dezembro de 2017) de valor de principal, referente ao direito da controlada CPFL Bioenergia S.A. receber da Baldin Bioenergia S.A. os investimentos realizados para a construção da usina termelétrica de cogeração movida à queima de biomassa como combustível (50% do investimento inicial).
- (2) R\$1.000 de créditos a receber. A Companhia por meio de sua controlada Bioenergia adquiriu em 6 de novembro de 2014, Cessão de Créditos sem Coobrigação, Direitos e Obrigações e Outras Avenças do Itaú Unibanco S.A., um dos credores do plano de recuperação judicial. O valor de crédito cedido

foi de R\$26.100, que descontado a valor presente resultou no montante desembolsado de R\$1.000.

- (3) (R\$13.838) de provisão para perdas do saldo a receber. A Administração da Companhia, com base nas informações disponíveis sobre a situação financeira e operacional da Baldin Bioenergia S.A., mantém provisão para cobrir potenciais perdas no saldo a receber da Baldin Bioenergia S.A. em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a qual julga suficiente para cobrir riscos na realização desse saldo.
- (4) (R\$23.774) de ajuste a valor presente. Em decorrência da aprovação do novo plano de recuperação judicial e da expectativa de recebimento, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou ajuste a valor presente dos créditos a receber, líquidos da provisão para perdas.
- (ii) O montante de R\$25.390 (R\$26.260 em 31 de dezembro de 2017), refere-se a pagamentos antecipados do contrato de pré-compra de energia realizado entre a CPFL Bioenergia e a Baldin. A realização desse saldo ocorre por meio do recebimento mensal de energia.

b) Despesas pagas antecipadamente

Referia-se aos pagamentos antecipados de encargos feitos à Eletrobrás das controladas da Companhia que possuem contratos do PROINFA, vinculados ao REIDI - Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infraestrutura. O montante foi totalmente realizado em 31 de dezembro de 2018.

c) Créditos a receber - consórcios

O montante de R\$16.240 (R\$15.585 em 31 de dezembro de 2017), refere-se:

- (i) R\$6.464 (R\$6.464 em 31 de dezembro de 2017) refere-se à compra de matéria-prima pela controlada Bio Ester para a melhoria da geração de energia. Esse montante está sendo negociado com o consorciado desse projeto para definição de data para o reembolso.
- (ii) R\$6.848 (R\$6.376 em 31 de dezembro de 2017) refere-se ao adiantamento realizado ao consorciado da controlada Bio Formosa, para financiamento da construção do sistema de recolhimento de palha e ponta de cana de açúcar, com o objetivo de aumentar a quantidade de insumos fornecidos. Esse montante está sendo recebido através do desconto da parcela mensal de serviços de manutenção até o ano 2029. Na rubrica de “Outros créditos - circulante”, a parcela de curto prazo de mesma natureza está contabilizada no montante de R\$664 (R\$569 em 31 de dezembro 2017).
- (iii) R\$2.928 reconhecido em 31 de dezembro de 2016 e atualizado até 31 de dezembro de 2018, referente ao direito a receber diante do déficit de geração de energia na controlada Bio Coopcana. Esse montante será recebido através do desconto da parcela mensal de serviços de manutenção durante os anos de 2034 a 2035.

- d) O montante de R\$1.010 (R\$3.042 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a repactuação do risco hidrológico de geração (GSF), anuído pela ANEEL. Dentro da rubrica de “Outros créditos – circulante”, está contabilizada a parcela de curto prazo de mesma natureza, no montante de R\$2.522 (R\$2.850 em 31 de dezembro de 2017).

10. PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador direto a CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”) com 51,56% das ações e a State Grid Brazil como controlador indireto com 48,39% das ações. A CPFL Energia S.A. detém 100% do capital social da CPFL Geração e possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas estão descritas na nota explicativa nº 3.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas.

As principais transações estão relacionadas a seguir:

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo						
Circulante						
Contas a receber de clientes (nota nº 7) e receita (nota nº 21)						
Atlântica I	881	-	-	-	4.854	508
Atlântica II	582	-	-	-	4.693	499
Atlântica IV	1.076	-	-	-	4.021	502
Atlântica V	699	99	-	-	3.496	836
Barra da Paciência	-	-	-	-	1	3
Bio Alvorada	2.978	-	-	-	7.223	1.632
Bio Coopcana	9	-	-	-	1.472	669
Bio Ester	580	-	-	-	1.780	1.265
Bio Formosa	10.592	4.684	-	-	12.787	9.980
Bio Ipê	-	-	-	-	-	10
Bio Pedra	-	-	-	-	-	58
Campo dos Ventos I	-	-	-	-	-	845
Campo dos Ventos III	-	-	-	-	-	753
Campo dos Ventos V	-	-	-	-	-	956
Chimay	24	-	-	-	24	37
Costa Branca	201	-	-	-	1.467	372
CPFL Brasil	-	-	-	-	3.091	14.727
Jayaditya	18	-	-	-	18	78
Juremas	68	-	-	-	779	137
Macacos	108	-	-	-	1.000	531
Mata Velha	1.209	1.209	-	-	-	1.209
Mohini	87	-	-	-	309	465
Morro dos Ventos II	68	1.327	-	-	1.504	1.987
Novo Horizonte	-	351	-	-	-	364
PaioI	-	-	-	-	3	2
Pedra Cheirosa I	-	-	-	-	2.590	-
Pedra Cheirosa II	1	-	-	-	4.368	-
Pedra Preta	55	-	-	-	875	821
Santa Luzia	-	-	-	-	142	150
Solar 1	11	42	-	-	12	46
Sul Centrais Elétricas	8	-	-	-	8	-
Várzea Alegre	-	-	-	-	5	-
Subtotal	19.255	7.712	-	-	56.522	39.442

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Outros créditos (a)						
Aiuruoca	524	-	-	-	-	-
Alto Irani	60	53	-	-	470	333
Arvoredo	64	53	-	-	495	338
Atlântica I	34	25	-	-	225	395
Atlântica II	34	25	-	-	225	396
Atlântica IV	76	25	-	-	225	396
Atlântica V	34	25	-	-	225	396
Barra da Paciência	69	58	-	-	524	335
Bio Alvorada	36	33	-	-	248	104
Bio Buriti	36	33	-	-	248	104
Bio Coopcana	36	33	-	-	248	104
Bio Ester	36	33	-	-	248	104
Bio Formosa	145	33	-	-	248	104
Bio Ipê	36	33	-	-	249	104
Bio Pedra	36	33	-	-	249	104
Bioenergia	36	33	-	-	248	104
Boa Vista 2	9.350	5.059	-	-	23	-
BVP Geradora (h)	-	946	-	-	3.379	4.534
Campo dos Ventos I	30	20	-	-	187	369
Campo dos Ventos II	30	24	-	-	192	411
Campo dos Ventos III	30	20	-	-	187	369
Campo dos Ventos V	30	20	-	-	187	369
Chimay	188	391	-	-	1.415	920
Cocais Grande	57	58	-	-	446	335
Corrente Grande	65	49	-	-	472	320
Costa Branca	42	23	-	-	198	420
CPFL Paulista	-	38	-	-	33	-
Dobrevê	11	22	-	-	-	11
Eólica Formosa (g)	-	372	-	-	665	1.082
Eólica Icaraizinho (g)	-	237	-	-	535	808
Eólica Paracuru	189	140	-	-	1.129	832
Eurus I	717	561	-	-	235	449
Eurus III	278	560	-	-	235	448
Eurus VI	30	24	-	-	191	408
Figueirópolis	71	78	-	-	559	400
Jayaditya	246	143	-	-	1.020	502
Juremas	54	23	-	-	197	419
Ludesa	128	248	-	-	527	447
Macacos	55	23	-	-	205	420
Mata Velha	78	230	-	-	655	456
Mohini	224	111	-	-	994	645
Morro dos Ventos I	983	989	-	-	233	451
Morro dos Ventos II	33	96	-	-	235	447
Morro dos Ventos III	770	1.107	-	-	233	451
Morro dos Ventos IV	1.340	1.179	-	-	233	451
Morro dos Ventos IX	1.257	1.107	-	-	233	452
Morro dos Ventos VI	499	836	-	-	472	451
Ninho da Águia	65	58	-	-	504	335
Novo Horizonte	57	117	-	-	502	387
PaioI	65	58	-	-	504	329
PCH Holding	35	-	-	-	-	-
Pedra Cheirosa I	42	916	-	-	260	107
Pedra Cheirosa II	42	669	-	-	260	107
Pedra Preta	59	23	-	-	198	420
Plano Alto	64	53	-	-	482	338
Rosa dos Ventos	202	388	-	-	1.081	1.052
Salto Goês	203	59	-	-	671	363
Santa Clara I	30	24	-	-	193	414
Santa Clara II	30	24	-	-	193	414
Santa Clara III	30	24	-	-	193	414
Santa Clara IV	30	24	-	-	193	414
Santa Clara V	30	24	-	-	193	414
Santa Clara VI	30	24	-	-	193	413
Santa Luzia	60	75	-	-	527	397
Santa Mônica	8	13	-	-	67	159
Santa Úrsula	8	13	-	-	67	159
Santo Dimas	10	13	-	-	72	159
São Benedito	10	13	-	-	73	160
São Domingos	10	13	-	-	72	159
São Gonçalo	82	67	-	-	619	379
São Martinho	8	13	-	-	66	159
SHF Cinco	198	124	-	-	1.016	663
Solar I	37	256	-	-	379	256
Sul Centrais Elétricas	139	126	-	-	1.023	741
Tombo	7	5	-	-	2	5
Varginha	65	58	-	-	504	335
Várzea Alegre	73	61	-	-	546	350
Subtotal	19.806	18.597	-	-	30.533	31.500
Total circulante	39.061	26.309	-	-	87.055	70.942

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Passivo						
Circulante						
Fornecedores (nota nº 14) e custos e despesas (nota nº 22)						
Aiuruoca	-	-	959	959	-	-
Arvoredo	-	-	1.324	531	(720)	(482)
Atlântica V	-	-	967	-	(877)	-
Authi	-	-	823	194	(2.655)	(2.214)
Bio Alvorada	-	-	-	-	-	(4.614)
Bioenergia	-	-	-	820	-	(744)
Boa Vista 2	-	-	1.778	-	(1.848)	-
Campo dos Ventos I	-	-	427	427	-	(388)
Campo dos Ventos III	-	-	427	427	-	(388)
Campo dos Ventos V	-	-	267	267	-	(242)
CPFL Brasil	-	-	-	521	(2.790)	(2.808)
CPFL Piratininga	-	-	-	-	(179)	(158)
CPFL Telecom	-	-	-	-	-	(43)
CPFL Transmissão Morro Agudo	-	-	-	-	(1)	-
CPFL Transmissão Piracicaba	-	-	-	-	(1)	-
Eurus I	-	-	-	-	718	-
Eurus III	-	-	-	-	718	-
Ludesa	-	-	394	123	(6.099)	(112)
Macacos	-	-	276	276	-	(251)
Mata Velha	-	-	17	-	(154)	(213)
Mohini	-	-	-	269	-	(244)
Morro dos Ventos I	-	-	-	-	597	-
Morro dos Ventos II	-	-	1.461	1.544	2.338	(1.204)
Morro dos Ventos III	-	-	-	-	597	-
Morro dos Ventos IV	-	-	-	-	597	-
Morro dos Ventos IX	-	-	-	-	631	-
Morro dos Ventos VI	-	-	-	-	597	-
Nect Consultoria	-	-	28	57	(334)	(373)
Ninho da Águia	-	-	8.007	4.011	(4.558)	(5.137)
Novo Horizonte	-	-	7.286	7.791	(127)	(155)
Pedra Cheirosa I	-	-	-	10.967	(1.217)	(16.983)
Pedra Cheirosa II	-	-	-	11.153	(1.155)	(17.164)
Pedra Preta	-	-	553	553	-	(502)
Santa Luzia	-	-	962	904	(173)	(821)
Santa Mônica	-	-	1.121	966	(141)	(876)
Santa Úrsula	-	-	1.175	1.004	(156)	(910)
Santo Dimas	-	-	1.610	1.428	(165)	(1.234)
São Benedito	-	-	1.709	1.541	(152)	(1.398)
São Domingos	-	-	918	788	(118)	(715)
São Gonçalo	-	-	1.576	1.053	(1.478)	(956)
São Martinho	-	-	605	517	(80)	(469)
Varginha	-	-	4.265	3.637	(702)	(3.301)
Subtotal	-	-	38.935	52.728	(19.087)	(65.099)

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos com controladas e controladora (b)						
Alto Irani	-	-	4.215	3.909	(307)	(332)
Arvoredo	-	-	8.266	7.666	(601)	(649)
Barra da Paciência	-	-	3.209	2.976	(233)	(263)
Bio Buriti	-	-	-	10.260	-	(949)
Bio Ipê	-	-	-	3.102	-	(265)
Bio Pedra	-	-	21.426	47.188	(1.557)	(3.998)
BVP Geradora (h)	-	-	-	70.380	(5.151)	(5.962)
Chimay	-	-	-	39.373	(377)	(3.370)
Cocais Grande	-	-	6.136	5.690	(446)	(482)
CPFL Geração (f)	-	-	105.082	-	(5.208)	-
Eólica Formosa	-	-	-	56.144	(6.213)	(4.756)
Eólica Icaraizinho	-	-	-	29.557	(5.238)	(2.532)
Eólica Paracuru	-	-	5.917	19.308	(521)	(1.636)
Eurus VI	-	-	2.144	9.773	(155)	(833)
Jayaditya	-	-	-	17.720	-	(1.504)
Mohini	-	-	-	43.344	(275)	(3.672)
Ninho da Água	-	-	12.521	11.611	(910)	(984)
Paiol	-	-	2.342	2.172	(170)	(184)
PCH Holding	-	-	-	27.381	-	(2.319)
PCH Participações (h)	-	-	-	-	(108)	-
Pedra Cheirosa I	-	-	-	-	-	(353)
Pedra Cheirosa II	-	-	4.091	3.794	(297)	(601)
Plano Alto	-	-	3.787	3.512	(275)	(298)
Rosa dos Ventos	-	-	857	4.276	(62)	(362)
Santa Clara I	-	-	-	11.494	-	(973)
Santa Clara II	-	-	3.717	23.252	(270)	(1.975)
Santa Clara III	-	-	6.576	11.255	(478)	(955)
Santa Clara IV	-	-	3.717	9.858	(270)	(846)
Santa Clara V	-	-	6.004	12.203	(436)	(1.038)
Santa Clara VI	-	-	5.575	11.402	(405)	(969)
São Gonçalo	-	-	5.548	5.145	(403)	(436)
SIIF Cinco	-	-	-	4.306	-	(365)
SIIF Energies do Brasil (g)	-	-	-	58.621	(2.938)	(4.967)
Sul Centrais Elétricas	-	-	-	3.441	-	(292)
Varginha	-	-	2.985	2.767	(217)	(234)
Várzea Alegre	-	-	2.584	2.395	(188)	(203)
Subtotal	-	-	216.699	575.275	(33.709)	(49.557)

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo						
Circulante						
Contas a receber de clientes (nota nº 7) e receita (nota nº 21)						
Cia Jaguari de Energia	29	34	-	-	201	630
CPFL Brasil	41.573	39.447	-	-	499.891	497.888
CPFL Paulista	692	518	-	-	6.896	5.968
CPFL Piratininga	799	926	-	-	8.482	11.388
RGE Rio Grande Energia	-	20	-	-	-	673
RGE Sul Distribuidora de Energia	61	-	-	-	558	385
Subtotal	43.154	40.945	-	-	516.028	516.932
Outros créditos						
CPFL Brasil	-	-	-	-	10	-
CPFL Geração	-	-	-	-	14	-
CPFL Paulista	-	38	-	-	33	-
CPFL Piratininga	-	-	-	-	15	-
Subtotal	-	38	-	-	72	-
Total circulante	43.154	40.983	-	-	516.100	516.932

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Passivo						
Circulante						
Fornecedores (nota nº 14) e custos e despesas (nota nº 22)						
Authi	-	-	823	194	(2.655)	(2.214)
Cia Jaguari de Energia	-	-	-	-	(1)	(44)
CPFL Brasil	-	-	-	1.294	(2.917)	(2.938)
CPFL Paulista	-	-	629	307	(5.261)	(5.236)
CPFL Piratininga	-	-	-	-	(191)	(277)
CPFL Serviços	-	-	324	610	(4.853)	(3.304)
CPFL Telecom	-	-	-	-	-	(43)
CPFL Transmissão Morro Agudo	-	-	-	-	(5)	(3)
CPFL Transmissão Piracicaba	-	-	-	-	(6)	(12)
Nect Consultoria	-	-	28	57	(334)	(373)
RGE Rio Grande Energia	-	-	-	6	-	(207)
RGE Sul Distribuidora de Energia	-	-	8	-	(109)	(90)
Subtotal	-	-	1.812	2.468	(16.332)	(14.741)
Empréstimos com controladas e controladora						
CPFL Geração (f)	-	-	105.082	-	(5.208)	-
Subtotal	-	-	105.082	-	(5.208)	-

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos de clientes (nota nº 17)						
Cia Jaguar de Energia	-	-	234	165	-	-
CPFL Brasil	-	-	29.333	21.689	-	-
CPFL Paulista	-	-	470	1.236	-	-
CPFL Piratininga	-	-	1.701	1.270	-	-
RGE Rio Grande Energia	-	-	-	181	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia	-	-	309	126	-	-
Subtotal	-	-	32.047	24.667	-	-
Outros passivos e custos e despesas (nota nº 22)						
Baesa	-	-	657	691	35	35
Ceran	-	-	1.065	1.125	60	60
Chapecoense Geração	-	-	930	979	49	49
CPFL Brasil (e)	-	-	72.497	67.645	(4.852)	(6.766)
CPFL Energia	-	-	-	-	(12.863)	(5.357)
CPFL Geração	-	-	-	-	-	(56)
CPFL Paulista	-	-	-	-	(11)	(1)
CPFL Piratininga	-	-	-	-	(3)	-
Enercan	-	-	1.155	1.212	57	57
Epasa	-	-	418	440	22	22
RGE Sul Distribuidora de Energia	-	-	-	-	(2)	-
Subtotal	-	-	76.722	72.092	(17.508)	(11.957)
Total circulante	-	-	215.663	99.227	(39.048)	(26.698)
Não circulante						
Adiantamentos de clientes (nota nº 17)						
Cia Jaguar de Energia	-	-	87	53	-	-
CPFL Paulista	-	-	213	208	-	-
CPFL Piratininga	-	-	422	78	-	-
RGE Rio Grande Energia	-	-	-	152	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia	-	-	269	110	-	-
Subtotal	-	-	991	601	-	-
Empréstimos com controladas e controladora						
CPFL Geração (f)	-	-	302.647	-	(11.861)	-
Subtotal	-	-	302.647	-	(11.861)	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital						
CPFL Geração (AFAC) (d)	-	-	300.000	300.000	-	-
Subtotal	-	-	300.000	300.000	-	-
Total não circulante	-	-	603.638	300.601	(11.861)	-
Patrimônio líquido						
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	1.305	1.305	-	-
Total	-	-	1.305	1.305	-	-

- a) Refere-se principalmente aos rateios de despesas de mão-de-obra e fiança bancária.
- b) Refere-se a contratos de mútuo entre a controladora CPFL Renováveis e suas controladas diretas e indiretas, com vencimentos até agosto de 2038, para fazer frente às necessidades de caixa. Os contratos eram remunerados a TJLP+2% a.a. até 31 de agosto de 2018, e a partir de 1º de setembro de 2018 passaram a ser remunerados a 97,7% do CDI a.a.
- c) Refere-se aos valores de rateio de despesas entre as controladas da Companhia. O valor com a CPFL Energia refere-se a despesas financeiras de 2.7% sobre o saldo devedor de duas Debêntures, decorrentes de fianças.

- d) Em 29 de dezembro de 2016, o acionista CPFL Geração de Energia S.A realizou um aporte no montante de R\$300.000 por meio de contrato de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), firmado em 26 de dezembro de 2016. Em decorrência do processo de Oferta Pública de Ações (OPA) não ter se encerrado, em 1º de dezembro de 2017, foi realizado o aditamento do contrato de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), onde foi definido que a integralização de capital ocorrerá na primeira Assembleia Geral após a liquidação financeira da referida OPA, a qual está prevista para abril de 2019.
- e) Refere-se a indenização devida, de acordo com condições contratuais, pelo não fornecimento de energia dos Complexos Campo dos Ventos e São Benedito. Em 20 de dezembro de 2018 a Turbina 16 e suas controladas assinaram o Instrumento Particular de Assunção de Dívida, Quitação e Outras Avenças, onde as controladas cederam e transferiram à Turbina 16, em caráter irrevogável e irretratável, a indenização a pagar à CPFL Brasil, no montante atualizado de R\$72.497. Com essa cessão, a Turbina 16 passou a ter uma indenização a pagar à CPFL Brasil e créditos perante suas controladas, esses créditos foram utilizados para realizar aumentos de capital em cada uma de suas controladas em dezembro de 2018. No mesmo dia, a Turbina 16 e a CPFL Renováveis assinaram o Instrumento Particular de Assunção de Dívida, Quitação e Outras Avenças, onde a Turbina 16 cedeu e transferiu à CPFL Renováveis, em caráter irrevogável e irretratável, a indenização a pagar à CPFL Brasil, no montante atualizado de R\$72.497. Com essa cessão, a CPFL Renováveis passou a ter uma indenização a pagar à CPFL Brasil e crédito perante a Turbina 16, esse crédito foi utilizado para realizar aumento de capital na Turbina 16 em dezembro de 2018.
- f) Refere-se aos contratos de mútuos com a controladora CPFL Geração, com vencimentos até julho de 2020 e remuneração de 107% do CDI, para mitigar o risco de liquidez da Companhia, dado os compromissos financeiros exigíveis.
- g) Controladas incorporadas pela CPFL Renováveis em 1º de agosto de 2018, vide nota explicativa nº 1.
- h) Controladas incorporadas pela CPFL Renováveis em 1º de dezembro de 2018, vide nota explicativa nº 1.

A partir de janeiro de 2017, em decorrência de determinadas restrições contratuais oriundas de contratos de financiamentos junto ao BNDES, algumas controladas da Companhia, quando não geraram energia em volume suficiente para cumprimento de seus contratos de venda de energia, ficaram impossibilitadas de realizarem compras de energia no mercado spot e nesses casos a Companhia passou a ser a responsável por honrar esse déficit de geração, repassando o volume de energia deficitário às controladas sem custo para as mesmas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 ocorreram as seguintes movimentações nos mútuos:

	Controladora				
	<u>31/12/2016</u>	<u>Adição</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/2017</u>
Empréstimos com controladas	1.099.611	96.664	103.401	(26.423)	1.273.253

	Controladora				
	<u>31/12/2017</u>	<u>Adição</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/2018</u>
Empréstimos com controladas	1.273.253	419.680	108.548	(505.093)	1.296.388

	Consolidado				
	<u>31/12/2017</u>	<u>Adição</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/2018</u>
Empréstimos com controladora	-	390.660	17.069	-	407.729

10.1. Dividendos

Dividendos a receber:

	Controladora	
	Ativo	
	31/12/2018	31/12/2017
Alto Irani	11.800	701
Atlântica I	529	1.725
Atlântica II	364	1.523
Atlântica IV	4.664	452
Atlântica V	922	832
Bio Alvorada	1.575	-
Bio Coopcana	2.454	2.383
Bio Ipê	4.791	2.012
Bio Pedra	13.469	7.418
Boa Vista 2	12	12
Campos dos Ventos III	-	95
Chimay	6.216	-
Dobrevê Energia	23.855	23.938
Eólica Holding	12.596	13.131
Eólica Paracuru	6.797	-
Eurus V	-	-
Eurus VI	433	112
Farol de Touros	-	1
Gameleira	-	4
Jayaditya	6.019	-
Mohini	12.519	-
PCH Holding	8.978	453
PCH Holding 2	1.878	-
PCH Participações**	-	25.534
Pedra Cheirosa I	1.273	4.981
Pedra Cheirosa II	1.273	5.141
Plano Alto	8.100	1
Rosa dos Ventos	1.153	596
Salto Góes	3.411	4.924
Santa Clara I	3.096	-
Santa Clara II	2.451	5.036
Santa Clara III	2.726	834
Santa Clara IV	2.314	5.750
Santa Clara V	2.504	5.349
Santa Clara VI	1.962	4.848
SIIF Cinco	9.223	-
SIIF Enérgies*	-	24.392
Solar 1	-	107
Sul Centrais Elétricas	900	-
T-15**	-	999
Turbina 16	31.717	17.218
	<u>191.974</u>	<u>160.502</u>

*Controlada incorporada pela CPFL Renováveis em 1º de agosto de 2018, vide nota explicativa nº 1.

**Controlada incorporada pela CPFL Renováveis em 1º de dezembro de 2018, vide nota explicativa nº 1.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 ocorreram as seguintes movimentações nos dividendos:

	Controladora			
	<u>31/12/2016</u>	<u>Adição</u>	<u>Recebimento</u>	<u>31/12/2017</u>
Dividendos	71.168	359.476	(270.142)	160.502

	Controladora			
	<u>31/12/2017</u>	<u>Adição</u>	<u>Recebimento</u>	<u>31/12/2018</u>
Dividendos	160.502	466.765	(435.293)	191.974

Dividendos propostos e a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	Passivo		Passivo	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
CPFL Geração	-	1.870	-	5.870
Sócios não controladores	-	1.754	3.994	6.336
	-	3.624	3.994	12.206

10.2. Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC

	Controladora	
	Ativo	
	31/12/2018	31/12/2017
Baixa Verde	28	107
Bio Formosa	1.993	-
Boa Vista 2	-	6.677
Cajueiro	-	38
Costa das Dunas	115	-
Dobrevê Energia	1.370	5.053
Farol de Touros	247	8
Figueira Branca	122	7
Navegantes	7	
PCH Holding 2	335	4.553
Pedra Cheirosa I	-	8.580
Pedra Cheirosa II	-	840
	<u>4.217</u>	<u>25.863</u>

Saldos referentes a aporte de capital a título de adiantamento para futuros aumentos de capital em suas controladas, estão classificados na rubrica “Investimentos” (nota explicativa nº 11). O saldo em 31 de dezembro de 2017 foi integralizado nas controladas em 2018, enquanto que, para o saldo de 31 de dezembro de 2018, a Companhia pretende integralizá-los até 30 de junho de 2019.

Movimentação dos adiantamentos para futuro aumento de capital dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Controladora			
	31/12/2016	Adição	Integralização	31/12/2017
AFAC	547.917	317.030	(839.084)	25.863

	Controladora			
	31/12/2017	Adição	Integralização	31/12/2018
AFAC	25.863	249.625	(271.271)	4.217

10.3.Pessoal-chave da Administração

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Benefícios de curto prazo a empregados:				
Salários e honorários	4.995	4.816	5.773	5.539
Encargos sociais e benefícios	1.926	1.863	2.199	2.113
Remuneração variável:				
Participações nos lucros	3.576	1.225	4.103	1.530
Outros	1	-	1	-
Benefícios de longo prazo a empregados	-	245	-	245
Total	<u>10.498</u>	<u>8.149</u>	<u>12.076</u>	<u>9.427</u>

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 26 de abril de 2018, o montante de R\$13.126 para a remuneração global anual da Administração da Companhia e suas controladas referente ao período de maio de 2018 a abril de 2019.

A Companhia e suas controladas não oferecem outros benefícios no desligamento de seus membros da Alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

11. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial:		
Pelo patrimônio líquido da controlada	5.329.492	6.009.724
Adiantamentos para futuro aumento de capital (nota explicativa nº10.2)	4.217	25.863
Direito de exploração de atividade de geração - autorização excluindo os efeitos fiscais	<u>1.057.756</u>	<u>1.418.684</u>
Total do investimento	<u>6.391.465</u>	<u>7.454.271</u>

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Composição da equivalência patrimonial:		
Equivalência patrimonial	563.071	543.606
Amortização de juros capitalizados	(1.364)	(1.364)
Amortização direito de autorização*	(102.003)	(111.496)
Impostos diferidos*	<u>34.719</u>	<u>38.346</u>
Subtotal	<u>(67.284)</u>	<u>(73.150)</u>
Total	<u>494.423</u>	<u>469.092</u>

*Apresentado líquido R\$67.284 - Direito de exploração, líquido dos impostos diferidos

Participações em empresas controladas diretas e indiretas:

Controladas diretas	Quantidade	Participação	Patrimônio	Resultado	Participação patrimônio		Resultado de	
	(mil) de	no			líquido	Exercício	líquido	
	ações/quotas	capital %	31/12/2018	31/12/2018			31/12/2017	31/12/2018
Alto Irani	1.031	100%	54.202	17.751	54.202	52.051	17.751	14.930
Atlântica I	431.207	100%	70.011	8.769	70.011	63.324	8.769	9.449
Atlântica II	427.570	100%	66.701	7.356	66.701	61.092	7.356	8.001
Atlântica IV	437.861	100%	62.456	8.980	62.456	63.139	8.980	9.774
Atlântica V	506.290	100%	84.276	9.965	84.276	76.803	9.965	5.156
Baixa Verde	300	95%	168	(80)	160	80	(76)	(132)
Bio Alvorada	82.975	100%	134.940	6.300	134.940	132.874	6.300	(1.246)
Bio Buriú	13.536.953	100%	138.023	7.008	138.023	142.043	7.008	10.450
Bio Coopcana	60.709	100%	92.487	5.936	92.487	103.635	5.936	5.652
Bioenergia	53.294	100%	50.205	7.653	50.205	42.552	7.653	956
Bio Ester	43.511	100%	77.299	2.896	77.299	74.403	2.896	3.106
Bio Formosa	126.908	100%	86.639	7.567	86.639	78.447	7.567	(19.451)
Bio Ipê	26.248	100%	31.170	3.319	31.170	32.966	3.319	6.925
Bio Pedra	205.250	100%	221.237	23.560	221.237	229.572	23.560	32.576
Boa Vista 2	24.511	100%	97.804	(1.341)	97.804	42.456	(1.341)	47
Cachoeira Grande	6.631	100%	137	2	137	135	2	5
Cajueiro	64	95%	362	(102)	344	330	(97)	(117)
Chimay*****	85.537	100%	113.071	28.359	113.071	-	5.075	-
Campo dos Ventos IV **	-	0%	-	-	-	-	-	56
Costa das Dunas	535	90%	4.722	(149)	4.250	541	(134)	(112)
Dobrevê Energia	12.053.681	100%	842.453	50.278	842.453	925.221	50.278	46.460
Eólica Holding	74.396	100%	205.544	38.689	205.544	176.527	38.689	30.136
Eólica Paracuru****	22.230	100%	19.518	12.454	19.518	-	11.499	-
Eurus V**	-	0%	50	-	-	-	-	12
Eurus VI	36.494	100%	37.000	1.357	37.000	38.558	1.357	2.351
Farol de Touros	3.256	90%	3.793	(160)	3.414	184	(144)	(101)
Figueira Branca	1.343	100%	1.632	(159)	1.632	111	(159)	(91)
Gameleira	3.310	100%	3.430	(186)	3.430	885	(186)	(102)
Jayaditya*****	20.822	100%	36.030	16.102	36.030	-	3.110	-
Mohini*****	59.932	100%	71.418	28.147	71.418	-	5.038	-
Navegantes	2.918	95%	(3)	(34)	-	3	-	(29)
PCH Holding	436.193	100%	475.213	35.896	475.213	447.842	35.896	13.048
PCH Holding 2	5.482	100%	83.579	7.513	83.579	60.132	7.513	(1.038)
PCH Participações*****	-	0%	-	-	-	278.863	24.313	9.660
Pedra Cheirosa I	51.608	100%	88.863	8.124	88.863	91.273	8.124	19.618
Pedra Cheirosa II	51.807	100%	88.311	8.038	88.311	56.049	8.038	21.221
Penedo	199.767	100%	175	(1.642)	175	1.817	(1.642)	-
Plano Alto	921	100%	28.823	12.836	28.823	27.687	12.836	10.536
Rosa dos Ventos	39	100%	26.976	698	26.976	33.230	698	8.658
Salto Góes	50.967	100%	80.448	11.492	80.448	71.685	11.492	10.043
Santa Clara I	139.188	100%	143.528	9.112	143.528	146.938	9.112	10.480
Santa Clara II	126.204	100%	130.176	8.274	130.176	133.700	8.274	11.765
Santa Clara III	127.086	100%	130.882	9.699	130.882	134.613	9.699	12.900
Santa Clara IV	131.667	100%	134.738	8.075	134.738	138.388	8.075	11.441
Santa Clara V	131.974	100%	135.050	9.012	135.050	138.535	9.012	12.288
Santa Clara VI	132.488	100%	135.220	6.514	135.220	138.999	6.514	9.986
Santa Cruz	6.203	100%	467	13	467	-	13	4
SIIF Cinco****	24.058	100%	31.058	19.295	31.058	454	18.380	-
SIIF Desenvolvimento***	-	0%	-	-	-	129	(17)	(4)
SIIF Enérgies***	-	0%	-	-	-	304.682	11.708	77.654
Solar 1	13	100%	86	(373)	86	459	(373)	(2.014)
Sul Centrais Elétricas*****	14.182	100%	17.325	2.613	17.325	-	691	-
T-15*****	-	0%	-	-	-	591.402	85.068	70.207
Tombo	1.242	100%	(2)	(939)	-	932	-	(5)
Turbina 16	1.203	100%	992.716	60.650	992.716	873.973	60.650	72.497
Turbina 17	26	100%	7	(3)	7	10	(3)	-
Subtotal					5.329.492	6.009.724	564.042	543.606
Navegantes*	2.918	95%	(3)	(34)	(3)	-	(32)	-
Tombo*	1.242	100%	(2)	(939)	(2)	-	(939)	-
					5.329.487	6.009.724	563.071	543.606

*Provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante.

**Controladas incorporadas pela Dobrevê Energia S.A em 28 de dezembro de 2017.

***Controladas incorporadas pela CPFL Renováveis em 1º de agosto de 2018.

****Em decorrência da incorporação ocorrida em 1º de agosto de 2018, estas companhias passaram a ser controladas diretamente pela CPFL Renováveis.

*****Controladas incorporadas pela CPFL Renováveis em 1º de dezembro de 2018.

*****Em decorrência da incorporação ocorrida em 1º de dezembro de 2018, estas companhias passaram a ser controladas diretamente pela CPFL Renováveis.

Controladas indiretas	Quantidade (mil) de ações/quotas	Participação no capital %	Patrimônio líquido	Resultado do Exercício	Participação patrimônio		Resultado de	
					líquido		equivalência patrimonial	
					31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Aiuruoca	17.138	100%	1.496	114	1.496	1.382	114	(31)
Arvoredo	45.995	100%	61.574	6.986	61.574	59.581	6.986	5.342
Barra da Paciência	31.264	100%	59.370	6.960	59.370	55.015	6.960	4.401
Bonanza *	-	-	-	-	-	-	-	(2.144)
BVP****	-	-	-	-	-	377.540	57.840	38.877
BVP Geradora****	-	-	-	704	-	342.198	59.978	41.163
Campo dos Ventos I	32.311	100%	99.865	7.627	99.865	90.443	7.627	8.424
Campo dos Ventos II	50.993	100%	48.942	1.097	48.942	48.105	1.097	(403)
Campo dos Ventos III	63.198	100%	106.280	7.968	106.280	121.365	7.968	9.680
Campo dos Ventos V	81.174	100%	102.148	7.286	102.148	92.320	7.286	7.939
Cherobim	969	96%	2	-	2	2	-	(1.565)
Chimay*****	-	-	113.071	-	-	149.251	23.284	31.666
Cocais Grande	15.377	100%	28.974	5.999	28.974	26.699	5.999	2.965
Corrente Grande	27.521	100%	48.902	1.711	48.902	47.191	1.711	571
Costa Branca	19.880	95%	50.007	12.082	47.507	38.898	11.478	9.111
Desa Comercializadora *	-	-	-	-	-	-	-	(2)
Desa Eólicas	213.833	100%	331.243	24.477	331.243	451.261	24.477	39.457
Desa PCH 2	371	94%	(135)	-	(127)	(127)	-	(828)
Distância *	-	-	-	-	-	-	-	(500)
Eólica Formosa**	-	-	-	-	-	134.612	-	18.298
Eólica Icarazinho**	-	-	-	-	-	113.526	-	24.746
Eólica Paracuru***	-	-	19.518	-	-	40.760	955	15.622
Eurus I	30.899	100%	35.365	(312)	35.365	33.840	(312)	1.068
Eurus III	22.247	100%	29.741	3.381	29.741	29.775	3.381	3.676
Figueirópolis	34.588	100%	116.512	14.661	116.512	118.050	14.661	11.326
Jayaditya*****	-	-	36.030	-	-	43.021	12.992	15.237
Juremas	16.363	95%	29.850	6.236	28.358	23.926	5.924	5.034
Laranjinha*	-	-	-	-	-	-	-	(733)
Ludesa	41.124	60%	89.872	28.770	53.923	56.209	17.262	15.708
Macacos	19.603	95%	37.853	9.081	35.960	29.383	8.627	6.872
Mata Velha	29.096	100%	107.935	(3.494)	107.935	109.790	(3.494)	(12.593)
Mohini*****	-	-	71.418	-	-	106.659	23.109	29.186
Morro do Vento*	-	-	-	-	-	-	-	(783)
Morro dos Ventos I	42.777	100%	43.287	3.082	43.287	44.160	3.082	3.775
Morro dos Ventos II	7.058	100%	60.513	8.748	60.513	53.843	8.748	7.074
Morro dos Ventos III	36.774	100%	34.905	4.960	34.905	37.276	4.960	5.908
Morro dos Ventos IV	41.532	100%	36.025	3.090	36.025	39.134	3.090	5.109
Morro dos Ventos IX	43.775	100%	41.447	2.750	41.447	43.578	2.750	4.342
Morro dos Ventos VI	62.390	100%	42.798	840	42.798	45.951	840	2.986
Ninho da Água	33.898	100%	45.280	1.606	45.280	47.046	1.606	4.094
Novo Horizonte	96.566	100%	97.329	(177)	97.329	97.505	(177)	(1.420)
Paioi	27.427	100%	35.220	3.344	35.220	31.876	3.344	1.058
PCH Participações****	-	-	-	-	-	401.290	25.795	13.900
Pedra Preta	19.089	95%	45.144	11.936	42.887	34.241	11.339	9.752
Renascer Centrais Elétricas*	-	-	-	-	-	-	-	(583)
Santa Luzia	89.405	100%	159.449	19.679	159.449	144.443	19.679	16.328
Santa Mônica	99.549	100%	113.896	6.643	113.896	100.688	6.643	7.875
Santa Úrsula	89.196	100%	114.490	12.257	114.490	107.459	12.257	12.006
Santo Dimas	105.184	100%	123.593	9.657	123.593	111.398	9.657	10.401
São Benedito	106.018	100%	124.260	8.785	124.260	117.131	8.785	12.766
São Domingos	71.458	100%	110.939	5.878	110.939	121.312	5.878	6.558
São Gonçalo	28.734	100%	38.750	3.360	38.750	36.651	3.360	1.578
São Martinho	36.774	100%	66.639	4.458	66.639	83.168	4.458	5.122
SIIF Cinco***	-	-	31.058	-	-	35.339	915	8.529
SIIF Desenvolvimento**	-	-	-	-	-	1.400	-	(42)
Sul Centrais Elétricas*****	-	-	17.325	-	-	22.182	1.922	2.955
Varginha	20.692	100%	35.544	4.218	35.544	34.550	4.218	3.794
Varginha - DESA	1	94%	-	-	-	-	-	(342)
Várzea Alegre	24.643	100%	31.576	1.064	31.576	30.512	1.064	300
WF 1 Holding	9.896	100%	327	(3)	327	329	(3)	(74)
WF Wind Holding V*	-	-	-	-	-	-	-	7
WF Wind Holding VII*	-	-	-	-	-	-	-	6
WF Wind Holding VIII*	-	-	-	-	-	-	-	4
WF Wind Holding IX*	-	-	-	-	-	-	-	-
WF Wind Holding X*	-	-	-	-	-	-	-	-

*Controladas incorporadas pela Dobrevê Energia S.A. em 29 de dezembro de 2017.

**Controladas incorporadas pela CPFL Renováveis em 1º de agosto de 2018.

***Em decorrência da incorporação ocorrida em 1º de agosto de 2018, estas companhias passaram a ser controladas diretamente pela CPFL Renováveis.

****Controladas incorporadas pela CPFL Renováveis em 1º de dezembro de 2018.

*****Em decorrência da incorporação ocorrida em 1º de dezembro de 2018, estas companhias passaram a ser controladas diretamente pela CPFL Renováveis.

Movimentação dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 - controladora:

	Saldo em 31/12/2016	Aumento de capital	Redução de capital	Amortização Capitalização de Juros	Transferência de Investimento	Incorporação	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2017
Alto Irani	52.123	-	-	-	-	-	14.930	(15.002)	52.051
Atlântica I	57.369	-	-	-	-	-	9.449	(3.494)	63.324
Atlântica II	55.995	-	-	-	-	-	8.001	(2.904)	61.092
Atlântica IV	67.931	-	(11.300)	-	-	-	9.774	(3.266)	63.139
Atlântica V	73.459	-	-	-	-	-	5.156	(1.812)	76.803
Baixa Verde	129	83	-	-	-	-	(132)	-	80
Bio Alvorada	124.060	14.990	(4.000)	-	-	-	(1.246)	(930)	132.874
Bio Buriti	138.529	250	-	-	-	-	10.450	(7.186)	142.043
Bio Coopcana	90.067	10.299	-	-	-	-	5.652	(2.383)	103.635
Bioenergia	41.596	-	-	-	-	-	956	-	42.552
Bio Ester	77.518	600	(3.641)	-	-	-	3.106	(3.180)	74.403
Bio Formosa	88.700	9.198	-	-	-	-	(19.451)	-	78.447
Bio Ipê	33.515	-	-	(61)	-	-	6.925	(7.413)	32.966
Bio Pedra	228.630	625	-	(249)	-	-	32.576	(32.010)	229.572
Boa Vista 2	21.444	20.987	-	-	-	-	47	(22)	42.456
Cachoeira Grande	130	-	-	-	-	-	5	-	135
Cajueiro	433	14	-	-	-	-	(117)	-	330
Campo dos Ventos IV	-	7	-	-	(25)	(38)	56	-	-
Costa das Dunas	653	-	-	-	-	-	(112)	-	541
Dobrevê Energia	848.972	47.200	-	-	-	88	46.460	(17.499)	925.221
Eólica Holding	157.480	129	-	-	-	-	30.136	(11.218)	176.527
Eurus V	38	-	-	-	-	(50)	12	-	-
Eurus VI	37.566	-	-	(23)	-	-	2.351	(1.336)	38.558
Farol de Touros	190	96	-	-	-	-	(101)	(1)	184
Figueira Branca	51	151	-	-	-	-	(91)	-	111
Gameleira	990	-	-	-	-	-	(102)	(3)	885
Navegantes	32	-	-	-	-	-	(29)	-	3
PCH Holding	445.515	5	-	-	-	-	13.048	(10.726)	447.842
PCH Holding 2	23.598	37.572	-	-	-	-	(1.038)	-	60.132
PCH Participações	294.737	-	-	-	-	-	9.660	(25.534)	278.863
Pedra Cheirosa I	42.225	34.411	-	-	-	-	19.618	(4.981)	91.273
Pedra Cheirosa II	38.889	1.080	-	-	-	-	21.221	(5.141)	56.049
Penedo	1.817	-	-	-	-	-	-	-	1.817
Plano Alto	27.452	-	(2.300)	-	-	-	10.536	(8.001)	27.687
Rosa dos Ventos	34.846	-	-	-	-	-	8.658	(10.274)	33.230
Salto Góes	65.078	-	-	-	-	-	10.043	(3.436)	71.685
Santa Clara I	147.710	-	-	(237)	-	-	10.480	(11.015)	146.938
Santa Clara II	134.386	-	-	(215)	-	-	11.765	(12.236)	133.700
Santa Clara III	135.307	-	-	(185)	-	-	12.900	(13.409)	134.613
Santa Clara IV	138.570	-	-	(146)	-	-	11.441	(11.477)	138.388
Santa Clara V	139.034	-	-	(138)	-	-	12.288	(12.649)	138.535
Santa Clara VI	138.051	-	-	(110)	-	-	9.986	(8.928)	138.999
Santa Cruz	450	-	-	-	-	-	4	-	454
SIHF Desenvolvimento	207	7	(81)	-	-	-	(4)	-	129
SIHF Energias	320.108	1.049	-	-	-	-	77.654	(94.129)	304.682
Solar I	2.473	-	-	-	-	-	(2.014)	-	459
T-15	521.858	-	-	-	-	-	70.207	(663)	591.402
Tombo	937	-	-	-	-	-	(5)	-	932
Turbina 16	158.363	660.331	-	-	-	-	72.497	(17.218)	873.973
Turbina 17	10	-	-	-	-	-	-	-	10
Subtotal do investimento	<u>5.009.221</u>	<u>839.084</u>	<u>(21.322)</u>	<u>(1.364)</u>	<u>(25)</u>	<u>-</u>	<u>543.606</u>	<u>(359.476)</u>	<u>6.009.724</u>
Campo dos Ventos IV*	<u>(25)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do investimento	<u>5.009.196</u>	<u>839.084</u>	<u>(21.322)</u>	<u>(1.364)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>543.606</u>	<u>(359.476)</u>	<u>6.009.724</u>

*Provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante

	Saldo em 31/12/2017	Aumento de capital	Redução de capital	Amortização Capitalização de Juros	Transferência de Investimento	Incorporação	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2018
Alto Itani	52.051	-	-	-	-	-	17.751	(15.600)	54.202
Atlântica I	63.324	-	-	-	-	-	8.769	(2.082)	70.011
Atlântica II	61.092	-	-	-	-	-	7.356	(1.747)	66.701
Atlântica IV	63.139	-	-	-	-	-	8.980	(9.663)	62.456
Atlântica V	76.803	-	-	-	-	-	9.965	(2.492)	84.276
Baía Verde	80	156	-	-	-	-	(76)	-	160
Bio Alvorada	132.874	5.141	(7.800)	-	-	-	6.300	(1.575)	134.940
Bio Buri	142.043	-	-	-	-	-	7.008	(11.028)	138.023
Bio Coopcana	103.635	-	(15.600)	-	-	-	5.936	(1.484)	92.487
Bioenergia	42.552	-	-	-	-	-	7.653	-	50.205
Bio Ester	74.403	-	-	-	-	-	2.896	-	77.299
Bio Fomosa	78.447	625	-	-	-	-	7.567	-	86.639
Bio Ipê	32.966	25	-	(61)	-	-	3.319	(5.079)	31.170
Bio Pedra	229.572	-	-	(249)	-	-	23.560	(31.646)	221.237
Boa Vista 2	42.456	56.689	-	-	-	-	(1.341)	-	97.804
Cachoeira Grande	135	-	-	-	-	-	2	-	137
Cajuí	330	113	-	-	-	-	(97)	(2)	344
Chimay*****	-	-	-	-	-	159.035	5.075	(51.039)	113.071
Costa das Dunas	541	4.260	-	-	-	-	(134)	(417)	4.250
Dobrevê Energia	925.221	94.567	(141.401)	-	-	-	50.278	(86.212)	842.453
Eólica Holding	176.527	-	-	-	-	-	38.689	(9.672)	205.544
Eólica Paracuru***	-	-	-	-	-	16.817	11.499	(8.798)	19.518
Eurus V	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eurus VI	38.558	-	-	(22)	-	-	1.357	(2.893)	37.000
Farol de Touros	184	3.740	-	-	-	-	(144)	(366)	3.414
Figueira Branca	111	1.680	-	-	-	-	(159)	-	1.632
Gameleira	885	2.731	-	-	-	-	(186)	-	3.430
Jayaditya*****	-	-	-	-	-	45.612	3.110	(12.692)	36.030
Mohini*****	-	-	-	-	-	110.068	5.038	(43.688)	71.418
Navegantes	3	26	-	-	3	-	(32)	-	-
PCH Holding	447.842	-	-	-	-	-	35.896	(8.525)	475.213
PCH Holding 2	60.132	17.813	-	-	-	-	7.513	(1.879)	83.579
PCH Participações****	278.863	112	-	-	-	(296.405)	24.313	(6.883)	-
Pedra Cheirosa I	91.273	48.642	(57.188)	-	-	-	8.124	(1.988)	88.863
Pedra Cheirosa II	56.049	34.946	(8.753)	-	-	-	8.038	(1.969)	88.311
Penedo	1.817	-	-	-	-	-	(1.642)	-	175
Plano Alto	27.687	-	-	-	-	-	12.836	(11.700)	28.823
Rosa dos Ventos	33.230	-	-	-	-	-	698	(6.952)	26.976
Salto Góes	71.685	-	-	-	-	-	11.492	(2.729)	80.448
Santa Clara I	146.938	-	-	(238)	-	-	9.112	(12.284)	143.528
Santa Clara II	133.700	-	-	(215)	-	-	8.274	(11.583)	130.176
Santa Clara III	134.613	-	-	(185)	-	-	9.699	(13.245)	130.882
Santa Clara IV	138.388	-	-	(146)	-	-	8.075	(11.579)	134.738
Santa Clara V	138.535	-	-	(138)	-	-	9.012	(12.359)	135.050
Santa Clara VI	138.999	-	-	(110)	-	-	6.514	(10.183)	135.220
Santa Cruz	454	-	-	-	-	-	13	-	467
SIIF Cinco***	-	-	-	-	-	19.313	18.380	(6.635)	31.058
SIIF Desenvolvimento**	129	-	-	-	-	(112)	(17)	-	-
SIIF Energias**	304.682	-	-	-	-	(290.167)	11.708	(26.223)	-
Solar I	459	-	-	-	-	-	(373)	-	86
Sul Centrais Elétricas*****	-	-	-	-	-	24.104	691	(7.470)	17.325
T-15****	591.402	-	-	-	-	(676.470)	85.068	-	-
Tombo	932	5	-	-	2	-	(939)	-	-
Turbina 16	873.973	72.497	-	-	-	-	60.650	(14.404)	992.716
Turbina 17	10	-	-	-	-	-	(3)	-	7
Subtotal do investimento	6.009.724	343.768	(230.742)	(1.364)	5	(888.205)	563.071	(466.765)	5.329.492
Navegantes*	-	-	-	-	(3)	-	-	-	(3)
Tombo*	-	-	-	-	(2)	-	-	-	(2)
Total do investimento	6.009.724	343.768	(230.742)	(1.364)	-	(888.205)	563.071	(466.765)	5.329.487

*Provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo não circulante.

**Controladas incorporadas pela CPFL Renováveis em 1º de agosto de 2018.

***Em decorrência da incorporação ocorrida em 1º de agosto de 2018, estas companhias passaram a ser controladas diretamente pela CPFL Renováveis.

****Controladas incorporadas pela CPFL Renováveis em 1º de dezembro de 2018.

*****Em decorrência da incorporação ocorrida em 1º de dezembro de 2018, estas companhias passaram a ser controladas diretamente pela CPFL Renováveis.

Direitos de exploração líquidos dos efeitos fiscais

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia possuía saldo de direito de exploração das seguintes SPEs:

	Controladora			Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 31/12/2016	Amortização	Baixas / Provisão para perda	
Alto Irani	81.680	(5.368)	-	76.312
Arvoredo	18.422	(1.156)	-	17.266
Atlântica I	280	(8)	-	272
Atlântica II	280	(8)	-	272
Atlântica IV	280	(8)	-	272
Atlântica V	280	(8)	-	272
Baixa Verde	3.207	-	-	3.207
Barra da Paciência	18.524	(1.460)	-	17.064
Bio Ester	7.834	(620)	-	7.214
Boa Vista 2	48.873	-	-	48.873
Cachoeira Grande	1.752	-	(1.752)	-
Cajueiro	4.989	-	-	4.989
Campo dos Ventos I	3.587	(128)	-	3.459
Campo dos Ventos II	5.005	(172)	-	4.833
Campo dos Ventos III	3.576	(128)	-	3.448
Campo dos Ventos V	3.587	(128)	-	3.459
Cocais Grande	13.357	(1.028)	-	12.329
Corrente Grande	11.833	(912)	-	10.921
Costa Branca	28.407	(952)	-	27.455
Costa das Dunas	3.135	-	-	3.135
Eólica Formosa	108.230	(6.984)	-	101.246
Eólica Icaraizinho	175.937	(11.232)	-	164.705
Eólica Paracuru	112.115	(7.156)	-	104.959
Eurus I	41.943	(1.364)	-	40.579
Eurus III	41.943	(1.368)	-	40.575
Eurus VI	1.128	(44)	-	1.084
Farol de Touros	2.412	-	-	2.412
Figueira Branca	1.608	-	-	1.608
Figueirópolis	4.061	(224)	-	3.837
Gamelieira	2.144	-	-	2.144
Juremas	23.386	(788)	-	22.598
Ludesa	47.960	(2.864)	-	45.096
Macacos	30.637	(1.032)	-	29.605
Mata Velha	16.910	(1.052)	-	15.858
Morro dos Ventos I	32.491	(1.096)	-	31.395
Morro dos Ventos II	2.091	(68)	-	2.023
Morro dos Ventos III	32.495	(1.092)	-	31.403
Morro dos Ventos IV	32.495	(1.092)	-	31.403
Morro dos Ventos VI	32.495	(1.092)	-	31.403
Morro dos Ventos IX	33.914	(1.140)	-	32.774
Ninho da Água	13.357	(1.028)	-	12.329
Paol	28.214	(1.804)	-	26.410
Pedra Cheirosa I	26.497	(199)	(3.386)	22.912
Pedra Cheirosa II	23.835	(180)	-	23.655
Pedra Preta	30.654	(1.024)	-	29.630
Penedo	24.210	-	-	24.210
Plano Alto	62.340	(4.000)	-	58.340
Rosa dos Ventos	37.798	(2.440)	-	35.358
Salto Góes	31.189	(1.324)	-	29.865
Santa Clara I	4.519	(160)	-	4.359
Santa Clara II	4.521	(160)	-	4.361
Santa Clara III	4.519	(160)	-	4.359
Santa Clara IV	4.519	(160)	-	4.359
Santa Clara V	4.523	(160)	-	4.363
Santa Clara VI	4.519	(160)	-	4.359
Santa Cruz	850	-	(850)	-
Santa Mônica	5.945	(216)	-	5.729
Santa Úrsula	5.945	(216)	-	5.729
São Benedito	5.927	(216)	-	5.711
São Domingos	5.911	(212)	-	5.699
São Gonçalo	14.719	(1.132)	-	13.587
SIF Cinco	66.606	(4.295)	-	62.311
Tombo	17.493	-	-	17.493
Varginha	12.022	(928)	-	11.094
Várzea Alegre	10.017	(772)	-	9.245
Ventos de Santo Dimas	5.945	(216)	-	5.729
Ventos de São Martinho	5.945	(216)	-	5.729
Total do direito de exploração, líquido impostos diferidos	1.497.822	(73.150)	(5.988)	1.418.684

	Controladora				Saldo em 31/12/2018
	Saldo em 31/12/2017	Amortização	Incorporação	Baixas / Reversão de baixa	
Alto Irani	76.312	(5.368)	-	-	70.944
Arvoredo	17.266	(1.156)	-	-	16.110
Atlântica I	272	(8)	-	-	264
Atlântica II	272	(8)	-	-	264
Atlântica IV	272	(8)	-	-	264
Atlântica V	272	(8)	-	-	264
Baixa Verde	3.207	-	-	-	3.207
Barra da Paciência	17.064	(1.460)	-	-	15.604
Bio Ester	7.214	(620)	-	-	6.594
Boa Vista 2	48.873	(129)	-	-	48.744
BVP Geradora**	-	-	15.564	(15.564)	-
Cajueiro	4.989	-	-	-	4.989
Campo dos Ventos I	3.459	(128)	-	-	3.331
Campo dos Ventos II	4.833	(172)	-	-	4.661
Campo dos Ventos III	3.448	(128)	-	-	3.320
Campo dos Ventos V	3.459	(128)	-	-	3.331
Cocais Grande	12.329	(1.028)	-	-	11.301
Corrente Grande	10.921	(912)	-	-	10.009
Costa Branca	27.455	(952)	-	-	26.503
Costa das Dunas	3.135	-	-	-	3.135
Eólica Formosa*	101.246	(4.073)	(97.173)	-	-
Eólica Icarazinho*	164.705	(6.551)	(158.154)	-	-
Eólica Paracuru	104.959	(7.156)	-	-	97.803
Eurus I	40.579	(1.364)	-	-	39.215
Eurus III	40.575	(1.368)	-	-	39.207
Eurus VI	1.084	(44)	-	-	1.040
Farol de Touros	2.412	-	-	-	2.412
Figueira Branca	1.608	-	-	-	1.608
Figueirópolis	3.837	(224)	-	-	3.613
Gamela	2.144	-	-	-	2.144
Juremas	22.598	(788)	-	-	21.810
Ludesa	45.096	(2.864)	-	-	42.232
Macacos	29.605	(1.032)	-	-	28.573
Mata Velha	15.858	(1.052)	-	-	14.806
Morro dos Ventos I	31.395	(1.096)	-	-	30.299
Morro dos Ventos II	2.023	(68)	-	-	1.955
Morro dos Ventos III	31.403	(1.092)	-	-	30.311
Morro dos Ventos IV	31.403	(1.092)	-	-	30.311
Morro dos Ventos VI	31.403	(1.092)	-	-	30.311
Morro dos Ventos IX	32.774	(1.140)	-	-	31.634
Ninho da Águia	12.329	(1.028)	-	-	11.301
Paio	26.410	(1.804)	-	-	24.606
Pedra Cheirosa I	22.912	(1.041)	-	3.386	25.257
Pedra Cheirosa II	23.655	(930)	-	-	22.725
Pedra Preta	29.630	(1.024)	-	-	28.606
Penedo	24.210	-	-	(24.210)	-
Plano Alto	58.340	(4.000)	-	-	54.340
Rosa dos Ventos	35.358	(2.440)	-	-	32.918
Salto Góes	29.865	(1.324)	-	-	28.541
Santa Clara I	4.359	(160)	-	-	4.199
Santa Clara II	4.361	(160)	-	-	4.201
Santa Clara III	4.359	(160)	-	-	4.199
Santa Clara IV	4.359	(160)	-	-	4.199
Santa Clara V	4.363	(160)	-	-	4.203
Santa Clara VI	4.359	(160)	-	-	4.199
Santa Cruz	-	-	-	-	-
Santa Mônica	5.729	(216)	-	-	5.513
Santa Úrsula	5.729	(216)	-	-	5.513
São Benedito	5.711	(216)	-	-	5.495
São Domingos	5.699	(216)	-	-	5.483
São Gonçalo	13.587	(1.132)	-	-	12.455
SIIF Cinco	62.311	(4.296)	-	-	58.015
Tombo	17.493	-	-	(17.493)	-
Varginha	11.094	(928)	-	-	10.166
Várzea Alegre	9.245	(772)	-	-	8.473
Ventos de Santo Dimas	5.729	(216)	-	-	5.513
Ventos de São Martinho	5.729	(216)	-	-	5.513
Total do direito de exploração, líquido impostos diferidos	1.418.684	(67.284)	(239.763)	(53.881)	1.057.756

*Controladas incorporadas pela CPFL Renováveis em 1º de agosto de 2018, desta forma, os valores de direito de exploração passaram a ser apresentados no ativo intangível da controladora.

**Controlada incorporada pela CPFL Renováveis em 1º de dezembro de 2018, desta forma, o valor de direito sobre contrato de venda de energia passou a ser apresentado no ativo intangível da controladora e posteriormente, o mesmo foi baixado.

O direito de exploração é amortizado pelo prazo remanescente das respectivas autorizações/concessões, a partir da entrada em operação dos empreendimentos.

Durante o exercício de 2018, a Companhia efetuou baixa dos montantes de Direito de Exploração dos projetos em desenvolvimento Tombo e Penedo, no montante líquido de R\$41.703, e para o montante incorporado de direito sobre contrato de venda de energia, no montante de R\$15.564, por não esperar benefícios econômicos futuros com sua utilização ou alienação. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº13.

Informações financeiras das controladas

	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido		Receita Líquida		Lucro (Prejuízo)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Aiuruoca	1.520	1.387	24	5	1.496	1.382	-	-	114	(31)
Alto Irani	147.811	134.431	93.609	82.380	54.202	52.051	23.771	23.542	17.751	14.930
Arvoredo	88.715	86.626	27.141	27.045	61.574	59.581	16.244	15.556	6.986	5.342
Atlântica I	150.506	149.010	80.495	85.686	70.011	63.324	28.532	25.997	8.769	9.449
Atlântica II	150.142	150.029	83.441	88.937	66.701	61.092	27.743	24.751	7.356	8.001
Atlântica IV	148.010	148.338	85.554	85.199	62.456	63.139	28.760	26.243	8.981	9.774
Atlântica V	167.438	164.246	83.162	87.443	84.276	76.803	32.591	24.365	9.966	5.156
Baixa Verde	199	204	30	120	169	84	-	-	(80)	(139)
Barra da Paciência	118.484	116.085	59.114	61.070	59.370	55.015	33.001	31.297	6.960	4.401
Bio Alvorada	196.491	201.693	61.551	68.819	134.940	132.874	38.473	33.940	6.300	(1.246)
Bio Buriú	141.318	146.676	3.295	4.633	138.023	142.043	42.997	48.286	7.008	10.450
Bio Coopcana	156.696	178.102	64.209	74.467	92.487	103.635	31.898	33.266	5.936	5.652
Bio Ester	92.972	99.637	15.673	25.234	77.299	74.403	26.747	24.565	2.896	3.106
Bio Formosa	111.194	108.752	24.555	30.305	86.639	78.447	36.575	20.827	7.567	(19.451)
Bio Ipê	40.820	39.478	10.374	7.298	30.446	32.180	23.928	18.755	3.319	6.925
Bio Pedra	233.097	234.606	14.828	8.251	218.269	226.355	47.516	44.395	23.560	32.576
Bioenergia	74.759	73.934	24.554	31.382	50.205	42.552	25.378	27.214	7.653	956
Boa Vista 2	279.208	151.352	181.404	108.896	97.804	42.456	1.997	-	(1.341)	47
Bonanza*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BVP****	-	445.357	-	67.817	-	377.540	-	-	57.840	38.877
BVP Geradora****	-	880.420	-	538.222	-	342.198	144.479	138.667	59.978	41.163
Cachoeira Grande	137	135	-	-	137	135	-	-	2	5
Cajuciro	365	398	3	51	362	347	-	-	(102)	(123)
Campo dos Ventos I	172.598	177.327	72.733	86.854	99.865	90.473	24.018	23.232	7.627	8.424
Campo dos Ventos II	130.640	137.737	81.698	89.632	48.942	48.105	19.137	23.052	1.097	(403)
Campo dos Ventos III	190.857	220.600	84.577	99.235	106.280	121.365	23.474	23.084	7.968	9.680
Campos dos Ventos IV*	152	-	114	-	38	-	-	-	-	56
Campos dos Ventos V	162.669	165.523	60.521	73.203	102.148	92.320	22.576	21.720	7.286	7.939
Cherobim	2	2	-	-	2	2	-	-	-	(1.758)
Chimay*****	142.493	197.003	29.422	47.752	113.071	149.251	50.862	50.606	28.359	31.666
Cocais Grande	48.310	47.946	19.336	21.247	28.974	26.699	11.513	8.579	5.999	2.965
Comercializadora de Energia*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Corrente Grande	85.603	87.141	36.701	39.950	48.902	47.191	18.879	17.890	1.711	571
Costa Branca	109.997	105.191	59.990	64.246	50.007	40.945	27.533	23.640	12.082	9.591
Costa das Dunas	4.857	642	135	41	4.722	601	-	-	(149)	(124)
Desa Eólicas	338.388	520.276	7.145	69.015	331.243	451.261	-	-	24.477	39.457
Desa PCH 2	152	152	287	287	(135)	(135)	-	-	-	(881)
Distância*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dobrevê	847.128	1.012.929	50.612	137.985	796.516	874.944	-	-	54.616	48.155
Eólica Formosa**	-	449.024	-	314.412	-	134.612	25.906	84.343	(1.905)	18.298
Eólica Holding	218.170	189.660	12.626	13.133	205.544	176.527	-	-	38.689	30.136
Eólica Icarazinho**	-	298.310	-	184.784	-	113.526	23.190	64.770	6.679	24.746
Eólica Paracuru***	124.259	120.807	87.504	80.047	36.755	40.760	27.835	32.294	11.793	15.622
Eurus I	92.573	99.176	57.208	65.336	35.365	33.840	17.187	21.370	(312)	1.068
Eurus III	96.192	101.397	66.451	71.622	29.741	29.775	22.141	25.427	3.381	3.676
Eurus V*	147	-	97	-	50	-	-	-	-	12
Eurus VI	39.247	39.667	2.524	1.409	36.723	38.258	16.704	4.823	1.357	2.351
Farol de Touros	4.057	232	264	28	3.793	204	-	-	(160)	(112)
Figueira Branca	1.762	137	130	26	1.632	111	-	-	(159)	(91)
Figuerópolis	195.339	191.550	78.827	73.500	116.512	118.050	25.840	24.462	14.661	11.326
Gameleira	3.478	907	48	22	3.430	885	-	-	(186)	(102)
Jayaditya*****	64.659	66.568	28.629	23.547	36.030	43.021	26.609	24.867	16.102	15.237
Juremas	75.512	75.260	45.662	50.075	29.850	25.185	18.315	15.848	6.236	5.299
Laranjinha*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ludesa	118.129	112.775	28.257	19.094	89.872	93.681	43.437	40.102	28.770	26.180

	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido		Receita Líquida		Lucro (Prejuízo)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Macacos	99.545	98.197	61.692	67.268	37.853	30.929	24.918	21.192	9.081	7.234
Mata Velha	181.757	191.977	73.822	82.187	107.935	109.790	21.003	20.508	(3.494)	(12.593)
Mohmi****	111.855	138.335	40.437	31.676	71.418	106.659	44.959	42.311	28.147	29.186
Morro dos Ventos*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Morro dos Ventos I	107.406	112.842	64.119	68.682	43.287	44.160	23.958	25.340	3.082	3.775
Morro dos Ventos II	149.170	147.973	88.657	94.130	60.513	53.843	36.899	32.615	8.748	7.074
Morro dos Ventos III	99.998	105.627	65.093	68.351	34.905	37.276	23.738	24.357	4.960	5.908
Morro dos Ventos IV	97.418	103.380	61.393	64.246	36.025	39.134	21.802	23.210	3.090	5.109
Morro dos Ventos IX	111.482	117.096	70.035	73.518	41.447	43.578	22.941	24.035	2.750	4.342
Morro dos Ventos VI	94.992	100.803	52.194	54.852	42.798	45.951	18.495	19.704	840	2.986
Navegantes	6	6	9	3	(3)	3	-	-	(34)	(31)
Ninho da Água	75.024	76.232	29.744	29.186	45.280	47.046	14.261	14.811	1.606	4.094
Novo Horizonte	126.913	133.173	29.584	35.668	97.329	97.505	17.058	17.424	(1.420)	(1.420)
Paioi	92.183	92.180	56.963	60.304	35.220	31.876	24.208	23.065	3.344	1.058
PCH Holding	521.120	492.176	45.907	44.334	475.213	447.842	-	-	35.896	13.048
PCH Holding 2	232.023	220.532	148.444	160.400	83.579	60.132	-	-	7.513	(1.038)
PCH Participações****	-	931.847	-	251.694	-	680.153	-	-	43.721	23.560
Pedra Cherosa I	202.343	232.838	113.480	141.565	88.863	91.273	37.177	34.485	8.124	19.618
Pedra Cherosa II	187.789	197.511	99.478	141.462	88.311	56.049	36.467	33.969	8.038	21.221
Pedra Preta	105.455	100.383	60.311	64.340	45.144	36.043	27.955	23.402	11.936	10.265
Penedo	175	1.817	-	-	175	1.817	-	-	(1.642)	-
Plano Alto	97.802	87.890	68.979	60.203	28.823	27.687	17.789	17.622	12.836	10.536
Renascer Centrais Elétricas*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rosa dos Ventos	66.084	65.757	37.686	31.045	28.398	34.712	10.313	18.373	639	8.598
Salto Góes	150.195	147.689	69.747	76.004	80.448	71.685	26.292	24.952	11.492	10.043
Santa Clara I	150.775	147.375	10.108	3.536	140.667	143.839	21.617	23.937	9.112	10.480
Santa Clara II	136.932	139.284	9.334	8.377	127.598	130.907	18.924	21.326	8.274	11.765
Santa Clara III	137.585	136.176	8.927	3.972	128.658	132.204	20.241	22.591	9.699	12.900
Santa Clara IV	142.342	146.536	9.360	10.050	132.982	136.486	18.083	20.402	8.075	11.441
Santa Clara V	142.315	145.608	8.921	8.866	133.394	136.742	19.164	21.456	9.012	12.288
Santa Clara VI	144.322	147.455	10.427	9.891	133.895	137.564	16.511	18.669	6.514	9.986
Santa Cruz	467	454	-	-	467	454	-	-	13	4
Santa Luzia	224.368	223.238	64.919	78.795	159.449	144.443	40.767	40.890	19.679	16.328
Santa Mônica	209.860	217.052	95.964	116.364	113.896	100.688	26.262	26.673	6.643	7.875
Santa Úrsula	183.164	196.234	68.674	88.775	114.490	107.459	28.236	28.933	12.257	12.006
Santo Dimas	214.776	220.043	91.183	108.645	123.593	111.398	28.203	27.506	9.657	10.401
São Benedito	205.805	215.187	81.545	98.056	124.260	117.131	26.817	29.948	8.785	12.766
São Domingos	196.313	220.373	85.374	99.061	110.939	121.312	21.976	21.477	5.878	6.558
São Gonçalo	72.030	70.426	33.280	33.775	38.750	36.651	15.727	14.725	3.360	1.578
São Martinho	117.500	143.412	50.861	60.244	66.639	83.168	14.410	14.948	4.458	5.122
SIF Cinco***	119.205	116.043	77.739	80.704	41.466	35.339	26.781	26.413	18.839	8.529
SIF Desenvolvimento**	-	1.539	-	-	-	1.539	-	-	-	(46)
SIF Energias**	(30)	412.736	(39)	28.127	9	384.609	-	-	9	69.985
Solar I	4.378	5.322	4.292	4.863	86	459	359	402	(373)	(2.014)
Sul Centrais Elétricas*****	24.840	33.988	7.515	11.806	17.325	22.182	7.893	7.849	2.613	2.955
T-15****	-	796.501	-	205.099	-	591.402	-	-	85.068	70.208
Tombo	4	935	6	3	(2)	932	-	-	(939)	(5)
Turbina 16	1.024.449	1.016.892	31.733	142.919	992.716	873.973	-	-	60.650	72.497
Turbina 17	7	10	-	-	7	10	-	-	(3)	-
Varginha	54.378	54.128	18.834	19.578	35.544	34.550	11.805	11.962	4.218	3.794
Varginha - DESA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Várzea Alegre	53.556	53.955	21.980	23.443	31.576	30.512	10.779	10.211	1.064	300
WF I Holding	327	329	-	-	327	329	-	-	(3)	(74)
WF Wind Holding V*	182	-	4	-	178	-	-	-	-	1
WF Wind Holding VII*	157	-	2	-	155	-	-	-	-	1
WF Wind Holding VIII*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
WF Wind Holding X*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
WF Wind Holding XI*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

*Controladas incorporadas pela Dobrevê Energia S.A. em 29 de dezembro de 2017.

**Controladas incorporadas pela CPFL Renováveis em 1º de agosto de 2018.

***Em decorrência da incorporação ocorrida em 1º de agosto de 2018, estas companhias passaram a ser controladas diretamente pela CPFL Renováveis.

****Controladas incorporadas pela CPFL Renováveis em 1º de dezembro de 2018.

*****Em decorrência da incorporação ocorrida em 1º de dezembro de 2018, estas companhias passaram a ser controladas diretamente pela CPFL Renováveis.

i) Incorporações

Durante o segundo semestre de 2018, ocorreram incorporações de controladas diretas e indiretas pela CPFL Renováveis, maiores detalhes vide nota explicativas nº 1.

12. IMOBILIZADO

	Controladora						Total
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfêitoria	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	
Saldo em 31/12/2016	4.088	1.414	7.823	453	687	5.560	20.025
Custo histórico	4.088	2.906	9.428	572	956	5.560	23.510
Depreciação acumulada	-	(1.492)	(1.605)	(119)	(269)	-	(3.485)
Adições	-	-	-	-	-	9.495	9.495
Baixas	-	-	(1.420)	(260)	(96)	(1)	(1.777)
Transferências*	-	187	5.082	218	167	(5.654)	-
Transferências - custo**	-	-	(1.198)	-	(33)	(31)	(1.262)
Depreciação	-	(459)	(3.943)	(104)	(67)	-	(4.573)
Baixa de depreciação	-	-	1.185	118	42	-	1.345
Transferências - depreciação**	-	-	10	-	11	-	21
Saldo em 31/12/2017	4.088	1.142	7.539	425	711	9.369	23.274
Custo histórico	4.088	3.093	11.892	530	994	9.369	29.966
Depreciação acumulada	-	(1.951)	(4.353)	(105)	(283)	-	(6.692)
Adições	-	-	-	-	-	14.963	14.963
Baixas	-	-	-	(217)	(88)	(1)	(306)
Transferências*	-	2.343	2.592	234	588	(5.757)	-
Transferências - custo**	-	-	-	-	-	(189)	(189)
Incorporação - custo***	105	136.928	1.209.006	262	607	64.072	1.410.980
Depreciação	(21)	(3.261)	(15.922)	(82)	(97)	-	(19.383)
Baixa da depreciação	-	-	-	86	32	-	118
Incorporação - depreciação***	(20)	(48.306)	(583.632)	(101)	(345)	-	(632.404)
Saldo em 31/12/2018	4.152	88.846	619.583	607	1.408	82.457	797.053
Custo histórico	4.193	142.364	1.223.490	809	2.101	82.457	1.455.414
Depreciação acumulada	(41)	(53.518)	(603.907)	(202)	(693)	-	(658.361)
Taxa média de depreciação 2018 - %	1	16 a 17	9 a 10	18 a 19	6 a 7		

*Transferências em decorrência de unitizações.

**Transferência entre imobilizado e intangível.

***Adição decorrente da incorporação dos saldos do ativo imobilizado das controladas: Eólica Formosa, Eólica Icaraizinho, SIIF Desenvolvimento, SIIF Enérgies, BVP Geradora e T-15, conforme nota explicativa 1.

	Consolidado							Total
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfiteira	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	
Saldo em 31/12/2016	142.369	801.674	709.694	5.627.074	872	2.683	182.181	7.466.547
Custo histórico	164.965	1.129.721	910.732	7.098.867	1.609	5.872	182.181	9.493.947
Depreciação acumulada	(22.596)	(328.047)	(201.038)	(1.471.793)	(737)	(3.189)	-	(2.027.400)
Adições	-	-	-	-	-	-	720.564	720.564
Baixas	(22)	(132)	(140)	(14.881)	(828)	(591)	(6.232)	(22.826)
Transferências*	2.950	124	148.750	547.468	225	265	(699.782)	-
Transferências - custo**	-	-	-	(1.237)	-	(33)	(58)	(1.328)
Transferências - custo***	(1.893)	6.393	(153.515)	148.183	20	77	632	(103)
Depreciação	(7.040)	(49.727)	(35.979)	(364.459)	(227)	(408)	-	(457.840)
Baixa de depreciação	2	124	120	9.097	660	377	-	10.380
Transferências - depreciação**	6	-	-	(48)	-	10	-	(32)
Transferências - depreciação***	(689)	(2.413)	656	2.514	(16)	51	-	103
Redução ao valor recuperável dos ativos	-	-	(474)	(14.787)	-	-	-	(15.261)
Saldo em 31/12/2017	135.683	756.043	669.112	5.938.924	706	2.431	197.305	7.700.204
Custo histórico	166.000	1.136.106	905.827	7.778.400	1.026	5.590	197.305	10.190.254
Depreciação acumulada	(30.317)	(380.063)	(236.715)	(1.839.476)	(320)	(3.159)	-	(2.490.050)
Adições	-	-	-	-	-	-	235.151	235.151
Baixas	(8)	-	15	(12.416)	(218)	(18)	(2.105)	(14.750)
Transferências*	20.181	150.932	38.852	77.878	234	615	(288.692)	-
Transferências - custo**	-	-	(555)	-	-	-	(2.044)	(2.599)
Transferências - custo***	(2.755)	-	(100.165)	102.914	-	6	-	-
Reversão - custo****	-	-	(7.908)	-	-	-	-	(7.908)
Depreciação	(7.118)	(50.161)	(37.407)	(366.570)	(160)	(1)	-	(461.417)
Baixa de depreciação	2	-	-	4.909	86	31	-	5.028
Transferências - depreciação**	(994)	-	(5.956)	7.825	-	-	-	875
Transferências - depreciação***	-	-	26.670	(26.670)	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	144.991	856.814	582.658	5.726.794	648	3.064	139.615	7.454.584
Custo histórico	183.418	1.287.038	836.066	7.946.776	1.042	6.193	139.615	10.400.148
Depreciação acumulada	(38.427)	(430.224)	(253.408)	(2.219.982)	(394)	(3.129)	-	(2.945.564)
Taxa média de depreciação 2018 - %	5 a 6	5 a 6	6 a 7	5 a 6	15 a 16	6 a 7		

*Transferências em decorrência de unitizações.

**Transferência entre imobilizado e intangível.

***Referem-se a transferências para adequações entre grupos do ativo imobilizado, as quais não alteram o montante de despesa de depreciação registrada no período, uma vez que não tiveram as respectivas vidas úteis alteradas.

****Reversão provisão para desmobilização.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía saldo de imobilizado em curso nas seguintes SPEs:

<u>Imobilizado em curso</u>	<u>31/12/2018</u>
Arvoredo	2.336 (a)
Bio Alvorada	5.548 (a)
Bio Coopcana	902 (a)
Bio Formosa	1.356 (a)
Campo dos Ventos I	516 (a)
Chimay	1.523 (a)
Costa das Dunas	4.518 (b)
CPFL Renováveis	82.457 (a)
Desa Morro dos Ventos I	1.665 (a)
Eólica Paracuru	4.333 (a)
Farol de Touros	3.830 (b)
Figueira Branca	1.661 (b)
Gameleira	3.172 (b)
Jayaditya	1.297 (a)
Mata Velha	3.767 (a)
Mohini	1.241 (a)
Pedra Cheirosa I	3.312 (a)
Rosa dos Ventos	4.569 (a)
Salto Goes	1.082 (a)
São Domingos	551 (a)
São Martinho	1.405 (a)
Siif Cinco	2.313 (a)
Sul Centrais	618 (a)
Outros projetos	5.643
Total	<u>139.615</u>

(a) Referem-se, basicamente, as melhorias ainda não concluídas nos ativos que já se estão em operação, visando à otimização da geração de energia.

(b) Previsão de entrada em operação no 1º trimestre de 2024.

As autorizações das PCHs e dos parques eólicos poderão ser renovadas no final dos seus respectivos prazos, a critério do Poder Concedente. As concessões de PCHs, caso não sejam renovadas, deverão ser devolvidas ao Poder Concedente no final de seus respectivos prazos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi registrada despesa de depreciação no montante de R\$19.383 (controladora) e R\$461.417 (consolidado), sendo que R\$13.802 (controladora) e R\$455.119 (consolidado) classificadas no grupo “Custos de geração de energia elétrica” na rubrica “Depreciação e amortização”, R\$5.581 (controladora) e R\$6.298 (consolidado) no grupo “Despesas gerais e administrativas” na rubrica “Depreciação e amortização”.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2018, o valor total de imobilizado dado em garantia às instituições financeiras é de R\$3.654, referente a contratos de empréstimos e financiamentos celebrados na modalidade FINAME (nota explicativa nº 15).

Início de operação

Boa Vista II

Conforme Despachos nº 2.430, 2.535 e 2.710, emitidos pela ANEEL de 23 de outubro a 23 de novembro de 2018, estabeleceu-se gradativamente o início de operação comercial das 3 unidades geradoras de 9,967 KW cada, totalizando 29.901 KW de capacidade instalada da PCH Boa Vista II, localizada no município de Varginha, Estado de Minas Gerais.

Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não identificou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos operacionais que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação dos mesmos ou o registro de provisão para redução ao valor recuperável. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros fatores.

13. INTANGÍVEL

A composição e movimentação do saldo do intangível é como segue:

	Controladora		
	Adquirido em combinações de negócios	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2016	-	8.281	8.281
Custo histórico	-	15.140	15.140
Amortização acumulada	-	(6.859)	(6.859)
Adições	-	4.167	4.167
Baixas	-	(4.439)	(4.439)
Transferências - custo*	-	1.262	1.262
Transferências - custo**	-	(65)	(65)
Amortização	-	(2.399)	(2.399)
Transferências - amortização*	-	(21)	(21)
Transferências - amortização**	-	65	65
Baixas de amortização	-	4.555	4.555
Saldo em 31/12/2017	-	11.406	11.406
Custo histórico	-	16.065	16.065
Amortização acumulada	-	(4.659)	(4.659)
Adições	-	9.974	9.974
Baixas	-	(12)	(12)
Transferências - custo*	-	189	189
Transferências - custo**	-	(509)	(509)
Incorporação - custo***	916.736	6.695	923.431
Amortização	(14.717)	(2.928)	(17.645)
Transferências - amortização**	-	509	509
Incorporação - amortização***	-	(2.311)	(2.311)
Baixas de amortização	-	5	5
Saldo em 31/12/2018	902.019	23.018	925.037
Custo histórico	916.736	32.402	949.138
Amortização acumulada	(14.717)	(9.384)	(24.101)
Taxa média de amortização 2018 - %	5	20	

*Transferência entre imobilizado e intangível.

**Referem-se a transferências para adequações entre grupos do ativo intangível, as quais não alteram o montante de despesa de amortização registrada no período, uma vez que não tiveram as respectivas vidas úteis alteradas.

***Adição decorrente da incorporação dos saldos dos ativos intangíveis das controladas: Eólica Formosa, Eólica Icaraizinho, SIF Desenvolvimento, SIF Enérgias, BVP Geradora e T-15, conforme nota explicativa 1.

Em decorrência das incorporações ocorridas no segundo semestre de 2018 pela CPFL Renováveis, vide nota explicativa nº 1, a controladora passou a deter saldos de direito de exploração referentes aos seguintes empreendimentos:

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2017	Incorporação	Amortização	Saldo em 31/12/2018
Formosa	-	153.553	(4.595)	148.958
Icaraizinho	-	239.633	(7.090)	232.543
BVP Geradora	-	523.550	(3.032)	520.518
	-	916.736	(14.717)	902.019

	Consolidado		
	Adquirido em combinações de negócios	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2016	2.995.028	31.128	3.026.156
Custo histórico	3.717.093	49.505	3.766.598
Amortização acumulada	(722.065)	(18.377)	(740.442)
Adições	-	4.167	4.167
Baixas	-	(4.812)	(4.812)
Transferências - custo*	-	1.328	1.328
Transferências - custo**	-	(64)	(64)
Provisão para Perda***	(16.244)	-	(16.244)
Amortização	(155.323)	(3.855)	(159.178)
Baixas de Amortização	-	5.100	5.100
Transferências - amortização*	-	32	32
Transferências - amortização**	-	64	64
Redução ao valor recuperável dos ativos	(5.130)	(47)	(5.177)
Saldo em 31/12/2017	2.818.331	33.041	2.851.372
Custo histórico	3.700.849	50.124	3.750.973
Amortização acumulada	(882.518)	(17.083)	(899.601)
Adições	-	10.235	10.235
Baixa	(63.187)	(677)	(63.864)
Transferências - custo*	-	2.469	2.469
Transferências - custo**	-	(668)	(668)
Amortização	(157.649)	(4.041)	(161.690)
Baixa amortização	-	4	4
Transferências - amortização*	-	(745)	(745)
Transferências - amortização**	-	668	668
Outros	5.130	47	5.177
Saldo em 31/12/2018	2.602.625	40.333	2.642.958
Custo histórico	3.637.662	61.483	3.699.145
Amortização acumulada	(1.035.037)	(21.150)	(1.056.187)
Taxa média de amortização 2018 - %	5	20	

*Transferência entre imobilizado e intangível.

**Referem-se a transferências para adequações entre grupos do ativo intangível, as quais não alteram o montante de despesa de amortização registrada no período, uma vez que não tiveram as respectivas vidas úteis alteradas.

***Provisão para perda de investimento/intangível de direito de exploração das SPEs Aiuruoca, Cachoeira Grande, Campo dos Ventos IV, Eurus V e Santa Cruz. (nota explicativa nº 22).

A Companhia e suas controladas mantém os saldos de direito de exploração das seguintes SPEs:

	Consolidado			Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 31/12/2016	Amortização	Baixa / Provisão para perda	
Aiuruoca	12.301	-	(12.301)	-
Alto Irani	126.899	(8.148)	-	118.751
Arvoredo	27.912	(1.752)	-	26.160
Atlântica I	425	(12)	-	413
Atlântica II	426	(12)	-	414
Atlântica IV	426	(12)	-	414
Atlântica V	426	(12)	-	414
Baixa Verde	4.981	-	-	4.981
Barra da Paciência	46.556	(3.576)	-	42.980
Bio Ester	11.860	(948)	-	10.912
Boa Vista 2	74.049	-	-	74.049
BVP Geradora	593.293	(36.372)	-	556.921
Cachoeira Grande	2.655	-	(2.655)	-
Cajueiro	7.823	-	-	7.823
Campo dos Ventos I	3.587	(132)	-	3.455
Campo dos Ventos II	5.010	(168)	-	4.842
Campo dos Ventos III	3.576	(132)	-	3.444
Campo dos Ventos V	3.587	(132)	-	3.455
Cocais Grande	20.235	(1.560)	-	18.675
Corrente Grande	28.389	(2.172)	-	26.217
Costa Branca	45.299	(1.524)	-	43.775
Costas das Dunas	5.278	-	-	5.278
Eólica Formosa	171.032	(11.028)	-	160.004
Eólica Icarazinho	266.574	(17.016)	-	249.558
Eólica Paracuru	177.168	(11.304)	-	165.864
Eurus I	60.864	(2.076)	-	58.788
Eurus III	60.864	(2.076)	-	58.788
Eurus VI	1.138	(36)	-	1.102
Farol de Touros	4.060	-	-	4.060
Figueira Branca	2.436	-	-	2.436
Figueirópolis	5.893	(336)	-	5.557
Gameleira	3.248	-	-	3.248
Juremas	37.296	(1.260)	-	36.036
Ludesa	115.865	(7.236)	-	108.629
Macacos	48.865	(1.644)	-	47.221
Mata Velha	24.535	(1.633)	-	22.902
Morro dos Ventos I	47.146	(1.644)	-	45.502
Morro dos Ventos II	3.007	(96)	-	2.911
Morro dos Ventos III	47.163	(1.644)	-	45.519
Morro dos Ventos IV	47.163	(1.644)	-	45.519
Morro dos Ventos IX	49.223	(1.716)	-	47.507
Morro dos Ventos VI	47.163	(1.644)	-	45.519
Ninha da Água	20.235	(1.560)	-	18.675
Paio	42.745	(2.736)	-	40.009
Pedra Cheirosa I	40.147	(414)	(5.130)	34.603
Pedra Cheirosa II	36.113	(372)	-	35.741
Pedra Preta	48.877	(1.644)	-	47.233
Penedo	36.682	-	-	36.682
Plano Alto	94.426	(6.060)	-	88.366
Rosa dos Ventos	57.271	(3.696)	-	53.575
Salto Góes	47.259	(2.004)	-	45.255
Santa Clara I	4.521	(156)	-	4.365
Santa Clara II	4.522	(156)	-	4.366
Santa Clara III	4.519	(156)	-	4.363
Santa Clara IV	4.519	(156)	-	4.363
Santa Clara V	4.525	(156)	-	4.369
Santa Clara VI	4.519	(156)	-	4.363
Santa Cruz	1.288	-	(1.288)	-
Santa Luzia	74.090	(2.820)	-	71.270
Santa Mônica	5.945	(228)	-	5.717
Santa Úrsula	5.945	(228)	-	5.717
São Benedito	5.927	(216)	-	5.711
São Domingos	5.911	(216)	-	5.695
São Gonçalo	22.309	(1.704)	-	20.605
SIIF Cinco	105.246	(6.792)	-	98.454
Tombo	26.505	-	-	26.505
Varginha	18.212	(1.404)	-	16.808
Várzea Alegre	15.184	(1.164)	-	14.020
Santo Dimas	5.945	(216)	-	5.729
São Martinho	5.945	(216)	-	5.729
	<u>2.995.028</u>	<u>(155.323)</u>	<u>(21.374)</u>	<u>2.818.331</u>

	Consolidado			Saldo em 31/12/2018
	Saldo em 31/12/2017	Amortização	Baixas / Reversão de baixa	
Aiuruoca	-	-	-	-
Alto Irani	118.751	(8.148)	-	110.603
Arvoredo	26.160	(1.752)	-	24.408
Atlântica I	413	(12)	-	401
Atlântica II	414	(12)	-	402
Atlântica IV	414	(12)	-	402
Atlântica V	414	(12)	-	402
Baixa Verde	4.981	-	-	4.981
Barra da Paciência	42.980	(3.576)	-	39.404
Bio Ester	10.912	(948)	-	9.964
Boa Vista 2	74.049	(193)	-	73.856
BVP Geradora	556.921	(36.374)	-	520.547
Cachocira Grande	-	-	-	-
Cajueiro	7.823	-	-	7.823
Campo dos Ventos I	3.455	(132)	-	3.323
Campo dos Ventos II	4.842	(168)	-	4.674
Campo dos Ventos III	3.444	(132)	-	3.312
Campo dos Ventos V	3.455	(132)	-	3.323
Cocais Grande	18.675	(1.560)	-	17.115
Corrente Grande	26.217	(2.172)	-	24.045
Costa Branca	43.775	(1.524)	-	42.251
Costas das Dunas	5.278	-	-	5.278
Eólica Formosa	160.004	(11.028)	-	148.976
Eólica Icarazinho	249.558	(17.016)	-	232.542
Eólica Paracuru	165.864	(11.304)	-	154.560
Eurus I	58.788	(2.076)	-	56.712
Eurus III	58.788	(2.076)	-	56.712
Eurus VI	1.102	(36)	-	1.066
Farol de Touros	4.060	-	-	4.060
Figueira Branca	2.436	-	-	2.436
Figueirópolis	5.557	(336)	-	5.221
Gameleira	3.248	-	-	3.248
Juremas	36.036	(1.260)	-	34.776
Ludesa	108.629	(7.236)	-	101.393
Macacos	47.221	(1.644)	-	45.577
Mata Velha	22.902	(1.556)	-	21.346
Morro dos Ventos I	45.502	(1.644)	-	43.858
Morro dos Ventos II	2.911	(96)	-	2.815
Morro dos Ventos III	45.519	(1.644)	-	43.875
Morro dos Ventos IV	45.519	(1.644)	-	43.875
Morro dos Ventos IX	47.507	(1.716)	-	45.791
Morro dos Ventos VI	45.519	(1.644)	-	43.875
Ninho da Águia	18.675	(1.560)	-	17.115
PaioI	40.009	(2.736)	-	37.273
Pedra Cheirosa I	34.603	(1.469)	5.130	38.264
Pedra Cheirosa II	35.741	(1.318)	-	34.423
Pedra Preta	47.233	(1.644)	-	45.589
Penedo	36.682	-	(36.682)	-
Plano Alto	88.366	(6.060)	-	82.306
Rosa dos Ventos	53.575	(3.696)	-	49.879
Salto Góes	45.255	(2.004)	-	43.251
Santa Clara I	4.365	(156)	-	4.209
Santa Clara II	4.366	(156)	-	4.210
Santa Clara III	4.363	(156)	-	4.207
Santa Clara IV	4.363	(156)	-	4.207
Santa Clara V	4.369	(156)	-	4.213
Santa Clara VI	4.363	(156)	-	4.207
Santa Cruz	-	-	-	-
Santa Luzia	71.270	(3.027)	-	68.243
Santa Mônica	5.717	(228)	-	5.489
Santa Úrsula	5.717	(228)	-	5.489
São Benedito	5.711	(216)	-	5.495
São Domingos	5.695	(216)	-	5.479
São Gonçalo	20.605	(1.704)	-	18.901
SIIF Cinco	98.454	(6.792)	-	91.662
Tombo	26.505	-	(26.505)	-
Varginha	16.808	(1.404)	-	15.404
Várzea Alegre	14.020	(1.164)	-	12.856
Santo Dimas	5.729	(216)	-	5.513
São Martinho	5.729	(216)	-	5.513
	<u>2.818.331</u>	<u>(157.649)</u>	<u>(58.057)</u>	<u>2.602.625</u>

Na reavaliação de seu pipeline de projetos, com base nos preços de MWh praticados no último leilão ANEEL ACR – A-6, ocorrido em 31 de agosto de 2018, a Companhia

identificou que dois dos seus projetos hidroelétricos denominados PCH Tombo e PCH Penedo, não estavam mais competitivos com os preços de mercado e decidiu descontinuar o desenvolvimento dos mesmos, realizando baixa desses ativos no montante de R\$63.187, referente ao intangível de direito de exploração contabilizado na Controladora e de R\$26.505, referente aos impostos diferidos passivos sobre esse intangível, por não esperar benefícios econômicos futuros com sua utilização ou alienação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no consolidado foi registrada despesa de amortização do direito de exploração no valor de R\$157.649 (R\$155.323 em 31 de dezembro de 2017).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi registrada despesa de amortização de outros intangíveis no montante de R\$2.928 (controladora) e R\$4.041 (consolidado), sendo que R\$242 (controladora) e R\$1.113 (consolidado) classificadas no grupo “Custos de geração de energia elétrica” na rubrica “Depreciação e amortização”, R\$2.686 (controladora) e R\$2.928 (consolidado) no grupo “Despesas gerais e administrativas” na rubrica “Depreciação e amortização”.

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método da linha reta a partir da data de entrada em operação.

Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment)

No exercício apresentado, a Companhia não identificou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações nas taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Suprimento de energia elétrica	42.043	63.791	26.677	64.483
Encargos de uso da rede elétrica	187	-	1.226	900
Materiais e serviços	14.134	6.568	31.431	136.410
Provisão GSF	-	-	129.837	100.060
Total	<u>56.364</u>	<u>70.359</u>	<u>189.171</u>	<u>301.853</u>
Passivo circulante	56.364	70.359	75.318	301.853
Passivo não circulante	-	-	113.853	-
Total	<u>56.364</u>	<u>70.359</u>	<u>189.171</u>	<u>301.853</u>

A CPFL Renováveis coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Controladora					Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 31/12/2016	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária	Encargos pagos	
Mensuradas ao custo						
Moeda nacional						
Pré	110.977	-	(27.376)	5.255	(5.320)	83.536
TJLP	612.028	-	(52.882)	50.501	(44.492)	565.155
CDI	194.270	46.752	(59.500)	25.436	(13.891)	193.067
Total do custo	917.275	46.752	(139.758)	81.192	(63.703)	841.758
Gastos com captação (*)	(779)	-	-	343	-	(436)
Total	916.496	46.752	(139.758)	81.535	(63.703)	841.322
Circulante	147.939					275.604
Não circulante	768.557					565.718

Modalidade	Controladora						Saldo em 31/12/2018
	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária	Encargos pagos	Transferência de saldo por incorporação	
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré	83.536	-	(30.237)	7.098	(6.135)	208.735	262.997
TJLP	565.155	-	(63.994)	45.335	(41.687)	99.995	604.804
CDI	193.067	-	(131.252)	10.955	(28.600)	-	44.170
IGPM	-	-	(2.723)	81	(1.120)	55.425	51.663
Total do custo	841.758	-	(228.206)	63.469	(77.542)	364.155	963.634
Gastos com captação (*)	(436)	-	-	475	-	-	39
Total	841.322	-	(228.206)	63.944	(77.542)	364.155	963.673
Circulante	275.604						174.291
Não circulante	565.718						789.382

Modalidade	Consolidado					Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 31/12/2016	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária	Encargos pagos	
Mensuradas ao custo						
Moeda nacional						
Pré	512.613	-	(67.119)	33.163	(32.676)	445.981
TJLP	3.091.614	151.876	(261.545)	280.788	(223.280)	3.039.453
CDI	653.180	134.752	(114.400)	70.013	(61.758)	681.787
IGPM	67.872	-	(9.977)	4.664	(5.270)	57.289
Total do custo	4.325.279	286.628	(453.041)	388.628	(322.984)	4.224.510
Gastos com captação (*)	(14.722)	(6.395)	-	1.846	-	(19.271)
Total	4.310.557	280.233	(453.041)	390.474	(322.984)	4.205.239
Circulante	551.201					733.591
Não circulante	3.759.356					3.471.648

Modalidade	Consolidado					Saldo em 31/12/2018
	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária	Encargos pagos	
Mensuradas ao custo						
Moeda nacional						
Pré	445.981	166.404	(69.040)	37.252	(37.357)	543.240
TJLP	3.039.453	125.515	(294.764)	258.086	(234.405)	2.893.885
CDI	681.787	16.000	(412.152)	39.200	(57.042)	267.793
IGPM	57.290	-	(10.511)	9.788	(4.679)	51.888
IPCA	-	32.417	-	680	(312)	32.785
Total do custo	4.224.511	340.336	(786.467)	345.006	(333.795)	3.789.591
Gastos com captação (*)	(19.272)	(6.820)	-	3.790	-	(22.302)
Total	4.205.239	333.516	(786.467)	348.796	(333.795)	3.767.289
Circulante	733.591					476.262
Não circulante	3.471.648					3.291.027

* Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2018	31/12/2017	Faixa de vencimento	Garantias
Pré fixado					
PRÉ					
FINAME	Pré fixado de 2.5% à 5.5%	61.910	94.064	2019 à 2023	(i) Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos (i) Cessão fiduciária dos recebíveis (i) Fiança e Aval da CPFL Energia
FINEM	Pré fixado de 2.5% à 5.5%	58.778	75.430	2019 à 2022	(i) Penhor de ações da CPFL Renováveis e SPE (ii) Penhor dos direitos emergentes autorizados pela ANEEL (iii) Cessão de direitos creditórios e vinculação de receitas
FNE	Pré fixado de 9.5% à 10,14%	419.192	271.492	2027 à 2037	(i) Penhor de direitos emergentes (ii) Alienação fiduciária de máquinas, equipamentos e direitos creditórios (iii) Cessão de vinculação de receitas (iv) Fiança bancária (v) Aval da CPFL Renováveis
FINEP	Pré fixado de 3.5% à 8%	3.360	4.995	2019 à 2021	(i) Fiança bancária
		543.240	445.981		
Pós fixado					
TJLP					
FINEM	de TJLP + 0.00% à 3.44%	2.893.885	3.029.937	2020 À 2039	(i) Penhor de Ações da Eólica Holding, da PCH Holding, da T-16, da Interventente e da SPE, de máquinas e equipamentos, direitos creditórios dos contratos de O&M e direitos emergentes da autorização da ANEEL (ii) Cessão fiduciária dos direitos creditórios (iii) alienação fiduciária das máquinas e equipamentos (iv) Fiança bancária, de Intervententes e CPFL Energia e Aval da CPFL Energia
FINEP	TJLP - 1.00%	-	9.516	2024	(i) Fiança bancária
		2.893.885	3.039.453		
CDI					
Ações preferenciais	(i) 105% do CDI (ii) CDI + 0.50%	177.887	398.940	2020 À 2023	(i) Alienação de ações da SPE
Notas promissórias	CDI + 3.80%	-	165.588	2018	-
Empréstimos bancários	CDI + 1.45% à 1.90%	89.906	117.259	2018 à 2019	(i) Aval da CPFL Renováveis
		267.793	681.787		
IPCA					
FNE	IPCA + 2.08%	32.785	-	2038	- Até Completion: Fiança bancária - Após Completion: (i) Direitos creditórios dos CCEARs, das Autorizações concedidas pela ANEEL, e demais contratos e contas do projeto; (ii) Penhor de ações; (iii) Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos; e (iv) Fiança corporativa da CPFL Renováveis
		32.785	-		
IGPM					
Empréstimos bancários	IGPM + 8.63%	51.888	57.289	2023	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Alienação fiduciária de recebíveis; (iii) Penhor de ações da SPE; (iv) Penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL; (v) Penhor de recebíveis de Contratos de Operação.
Total		51.888	57.289		
Gastos com captação (*)		(22.302)	(19.271)		
Total		3.767.289	4.205.239		

* Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Conforme segregado nos quadros acima, a CPFL Renováveis e suas controladoras, em consonância com o CPC 48 e IFRS 9, classificaram suas dívidas como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Controladora			Consolidado		
Vencimento	Custos de		Vencimento	Custos de	
	Captação	Principal		Captação	Principal
2020	(443)	129.017	2020	(2.544)	409.114
2021	(443)	105.108	2021	(2.544)	374.056
2022	(443)	102.476	2022	(2.545)	379.911
2023	(389)	96.784	2023	(1.595)	363.830
2024	(229)	84.282	2024	(1.263)	282.561
2025 a 2029	(636)	274.298	2025 a 2029	(5.791)	1.106.243
2030 a 2034	-	-	2030 a 2034	(2.801)	305.751
2035 a 2039	-	-	2035 a 2039	(643)	89.287
Total	(2.583)	791.965	Total	(19.726)	3.310.753

Principais adições no período:

Empresa	Banco / Modalidade	R\$ mil		Pagamento de juros	Destinação dos recursos	Cláusula restritiva - covenant financeiro
		Total aprovado	Liberado em 2018			
Moeda nacional:						
Investimento:						
SPE Boa Vista 2 Energia S.A.	BBM/CCB	14.000	14.000	14.000	Bullet	Capital de Giro
SPE Boa Vista 2 Energia S.A.	BBM/CCB	1.000	1.000	1.000	Bullet	Capital de Giro
SPE Boa Vista 2 Energia S.A.	BBM/CCB	1.000	1.000	1.000	Bullet	Capital de Giro
Desa Fianis I S.A.	BNDIS	65.010	1.947	1.947	Mensal a partir de 03/2014	Plano de investimentos da controlada
Desa Fianis III S.A.	BNDIS	78.988	177	177	Mensal a partir de 03/2014	Plano de investimentos da controlada
Mata Velha Energética S.A.	BNDIS	343	144	144	Mensal a partir de 05/2017	Plano de investimentos da controlada
Atlântica V Parque Eólico S/A.	BNDIS	3.800	2.152	2.152	Mensal a partir de 12/2018	Plano de investimentos da controlada
Desa Moro dos Ventos II S/A	BNDIS	23.904	1.695	1.695	Mensal a partir de 06/2015	Plano de investimentos da controlada
Pedra Cheirosa I Energia Ltda.	BNB/FNE	88.975	87.007	86.085	Trimestral até 11/2018 Mensal a partir de 12/2018	Plano de investimentos da controlada
Pedra Cheirosa II Energia Ltda.	BNB/FNE	81.177	79.397	78.516	Trimestral até 11/2018 Mensal a partir de 12/2018	Plano de investimentos da controlada
SPE Boa Vista 2 Energia S.A.	BNDIS	144.500	119.400	118.070	Mensal a partir de 12/2019	Implantação à PCH Boa Vista 2
Pedra Cheirosa I Energia Ltda.	BNB/FNE	21.527	18.777	18.551	Trimestral até 07/2019 Mensal a partir de 08/2019	Plano de investimentos da controlada
Pedra Cheirosa II Energia Ltda.	BNB/FNE	17.526	13.640	13.456	Trimestral até 07/2019 Mensal a partir de 08/2019	Plano de investimentos da controlada
		541.750	340.336	336.793		

Outras movimentações do exercício:

- **FINEP II:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou a quitação antecipada total do contrato no valor de R\$8.323;
- **Certificado de Crédito Bancário Deutsche Bank:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou a quitação antecipada total de uma CCB, no valor de R\$2.955;
- **Bradesco:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a controlada Turbina 15 realizou a quitação antecipada total das Ações Preferenciais Resgatáveis, no valor de R\$152.673.
- **Certificado de Crédito Bancário Boa Vista II – BBM:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a controlada Boa Vista II realizou a ampliação do prazo para vencimento das 6 CCBs de R\$42.000 por 12 meses adicionais, com novos vencimentos para novembro de 2019, dezembro de 2019 e janeiro de 2020.
- **Certificado de Crédito Bancário Deutsche Bank:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou a ampliação do prazo para vencimento de uma CCB de R\$44.000 por 12 meses adicionais e nova taxa de CDI + 1,33% a.a., com novo vencimento para 06 de dezembro de 2019.

Condições restritivas

Em geral, os empréstimos e financiamentos obtidos pela CPFL Renováveis e suas controladas exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. Adicionalmente, para os empréstimos e financiamentos que contêm cláusulas restritivas não financeiras, essas foram atendidas nos seus últimos períodos de apuração.

Os empréstimos vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 têm as seguintes cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros:

FINEM I

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.

A Companhia obteve junto ao BNDES em 7 de maio de 2018, autorização para alteração da periodicidade de apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e do Índice de Capital Próprio da PCH Holding e de suas controladas, passando de semestral para anual, a partir do exercício de 2018.

FINEM II e FINEM XVIII

- Restrição à distribuição de dividendos caso não sejam atingidos Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,0 e Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 0,8.

FINEM V

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 30%, durante o período de amortização.

FINEM VI

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.

FINEM VII e FINEM XXIII

- Manutenção anual de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Distribuição de dividendos limitada ao índice Exigível Total dividido pelo Patrimônio Líquido ex-Dividendos menor que 2,33.

Em decorrência da incorporação da controlada BVP Geradora, ocorrida em 1º de dezembro de 2018, a Companhia obteve do BNDES em 17 de dezembro de 2018, o 8º aditivo ao contrato de financiamento, que exclui, a partir do exercício social de 2018, a obrigação de manter o “Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD)” e o índice “Exigível Total/Patrimônio Líquido”.

FINEM IX e FINAME I

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3 durante a vigência do contrato.

Em 18 de dezembro de 2018, a controlada Bio Ester obteve carta do BNDES informando a dispensa, para o exercício social de 2018, da obrigação de manter o “Índice de Cobertura de Serviço da Dívida” (ICSD). Na mesma carta, a Companhia obteve do BNDES a anuência para a extinção, a partir do exercício social de 2019, da obrigação de manter os índices citados nos contratos FINEM IX e FINAME I.

FINEM XII

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida das SPEs maior ou igual a 1,3, após o início de amortização e durante a vigência do contrato.
- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado maior ou igual a 1,3, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Eólica Holding, após o início de amortização e durante a vigência do contrato.

FINEM XIII

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3 durante a vigência do contrato.

FINEM XVII

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida nas SPEs igual ou maior a 1,2, durante o período de amortização.
- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado maior ou igual a 1,3, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Desa Eólicas.

- Caso o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado seja apurado em valor igual ou maior a 1,3, as Beneficiárias estarão dispensadas da obrigação de manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida.

FINEM XIX, FINEM XX, FINEM XXI, FINEM XXII e FINEM XXVIII

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a e 3,75 de 2017 em diante e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.

Em 18 de dezembro de 2018, as controladas Bio Alvorada e Bio Coopcana obtiveram carta do BNDES informando a dispensa, para o exercício social de 2018, da obrigação de manter os índices financeiros, “Dívida Líquida/EBITDA”, “Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívida Líquida)” e “Índice de Cobertura de Serviço da Dívida” (ICSD). Nessa mesma carta, as companhias obtiveram do BNDES a anuência para a extinção, a partir do exercício social de 2019, da obrigação de manter os 3 índices citados acima.

FINEM XXV

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de, no mínimo 1,3, durante o período de amortização do contrato.

FINEM XXVI

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida das SPEs maior ou igual a 1,3, durante a vigência do contrato.
- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado maior ou igual a 1,3, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Turbina 16, durante a vigência do contrato.

Caso o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado seja apurado em valor igual ou maior a 1,3, as Beneficiárias estarão dispensadas da obrigação de manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida das Beneficiárias.

FINEM XXVII

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da SPE maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato;

Manutenção anual do Índice de Capitalização Própria da SPE igual ou superior a 39,5%, definido como a razão entre o Patrimônio Líquido e o Ativo Total.

FINEM XXIX

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da SPE maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato. Obrigação de apuração a partir do exercício social de 2020;
- Manutenção anual do Índice de Capitalização Própria da SPE igual ou superior a 30%, definido como a razão entre o Patrimônio Líquido e o Ativo Total. Obrigação de apuração a partir do exercício social de 2019.

FINAME I e FINEM III, VI, IX, XI, XXIV, XII, XIII, XV, XVI, XIX, XX, XXI, XXII, XXVIII, XXV, XXVI, XXVII

Esses financiamentos contemplam cláusulas que requerem da CPFL Energia e da State Grid Brazil a manutenção dos seguintes índices financeiros, que devem ser apurados anualmente nas suas respectivas demonstrações financeiras consolidadas (ainda não emitidas):

CPFL Energia

- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75, durante o período de amortização.

State Grid Brazil

- Manutenção do Índice Patrimônio Líquido/Ativo Total superior a 0,3.

BNB IV e BNB V

- Restrição à distribuição de dividendos caso não seja atingido o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3.

NIB

- Manutenção semestral de Índice de Cobertura da Dívida em 1,3 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção do Coeficiente de Endividamento igual ou inferior a 70% durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Cobertura da Duração do Financiamento maior ou igual a 1,7 durante o período de amortização.

Em decorrência da incorporação de BVP ocorrida em 1º de dezembro de 2018, as cláusulas restritivas não são mais aplicáveis. O aditivo ao contrato de financiamento está em processo de negociação e assinatura.

A Administração da CPFL Renováveis e suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia e suas controladas, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras cujos indicadores sejam mensurados trimestralmente, semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas.

16. DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora					Saldo 31/12/2017
	Saldo 31/12/2016	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária	Encargos pagos	
Debêntures	1.191.516	350.000	(73.000)	148.825	(144.148)	1.473.193
Gastos com emissão (*)	(7.379)	(10.059)	-	1.393	-	(16.045)
Total	1.184.137	339.941	(73.000)	150.218	(144.148)	1.457.148
Circulante	102.802					262.764
Não circulante	1.081.335					1.194.384

	Controladora						
	Saldo 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária	Encargos pagos	Transferência de saldo por incorporação	Saldo 31/12/2018
Debêntures	1.473.193	153.000	(453.470)	118.508	(113.971)	378.827	1.556.087
Gastos com emissão (*)	(16.045)	(2.090)	-	6.897	-	(7.246)	(18.484)
Total	1.457.148	150.910	(453.470)	125.405	(113.971)	371.581	1.537.603
Circulante	262.764						285.931
Não circulante	1.194.384						1.251.672

	Consolidado					Saldo 31/12/2017
	Saldo 31/12/2016	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária	Encargos pagos	
Debêntures	2.118.225	350.000	(192.951)	235.553	(178.064)	2.332.763
Gastos com emissão (*)	(20.911)	(10.476)	-	4.193	-	(27.194)
Total	2.097.314	339.524	(192.951)	239.746	(178.064)	2.305.569
Circulante	338.780					525.513
Não circulante	1.758.534					1.780.056

	Consolidado					Saldo 31/12/2018
	Saldo 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária	Encargos pagos	
Debêntures	2.332.763	153.000	(657.810)	159.922	(175.731)	1.812.144
Gastos com emissão (*)	(27.194)	(2.090)	-	8.685	-	(20.599)
Total	2.305.569	150.910	(657.810)	168.607	(175.731)	1.791.545
Circulante	525.513					343.731
Não circulante	1.780.056					1.447.814

* Conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

		Quantidade em circulação	Remuneração anual	Condições de amortização	Garantias
CPFL Renováveis					
1ª Emissão - Renováveis	Série Única	43.000	CDI + 1,7%	9 parcelas anuais a partir de maio de 2015 e juros semestrais pagos a partir de novembro 2012	Cessão Fiduciária dos dividendos da PCH Holding
2ª Emissão - Renováveis	Série Única	300.000	114% do CDI	5 parcelas anuais a partir de 2017 e juros semestrais pagos a partir de setembro 2014	Quirografia
3ª Emissão - Renováveis	Série Única	29.600	117,25% CDI	3 parcelas semestrais a partir de abril 2018 e juros semestrais a partir de novembro 2015	Quirografia
4ª Emissão - Renováveis	Primeira Série	20.000	126% CDI	3 parcelas anuais a partir de setembro de 2019 e juros semestrais a partir de março de 2017	Fiança CPFL Energia
5ª Emissão - Renováveis	Série Única	100.000.000	129,5% CDI	Principal e juros com parcelas semestrais a partir de junho de 2018	Cessão fiduciária de 60% de quotas e de créditos dos contratos de PPA da Ludesa. Fiança Dobrevê.
7ª Emissão - Renováveis	Série Única	250.000	IPCA + 5,62%	Principal pago no final do contrato e juros com parcelas semestrais a partir de junho de 2018	Fiança da CPFL Energia
8ª Emissão - Renováveis	Série Única	153.000	110% do CDI	Principal pago no final do contrato e juros com parcelas semestrais a partir de maio de 2019	-
1ª Emissão - FDNE *	1ª a 12ª Série	334.226.930	TJLP + 1%	39 parcelas semestrais e consecutivas a partir de 2009	Alienação Fiduciária
PCH Holding 2					
1ª Emissão - PCH Holding 2	Série Única	1.581	CDI + 1,6%	9 parcelas anuais de 2015 a 2023 e juros pagos mensalmente a partir de junho 2015	Fiança da CPFL Renováveis
Complexo SIIF					
1ª Emissão *	1ª a 12ª Série	98.072.736	TJLP + 1%	39 parcelas semestrais e consecutivas a partir de 2009	Alienação Fiduciária
Dobrevê					
2ª Emissão - Dobrevê	Série Única	65	CDI + 1,34%	3 parcelas semestrais a partir de abril 2018 e juros pagos semestralmente a partir de abril 2018	Quirografia
Pedra Cheirosa					
1ª Emissão - Pedra Cheirosa I	Série Única	0	CDI + 1,90%	Principal e juros com vencimento em março 2018	Fiança CPFL Renováveis
1ª Emissão - Pedra Cheirosa II	Série Única	0	CDI + 1,90%	Principal e juros com vencimento em março 2018	Fiança CPFL Renováveis

	Controladora/Consolidado							
	31/12/2018				31/12/2017			
	Encargos Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Encargos Circulante	Circulante	Não circulante	Total
CPFL Renováveis								
1ª Emissão - Renováveis	2.190	64.500	193.500	260.190	2.970	64.500	258.000	325.470
2ª Emissão - Renováveis	3.686	60.000	150.000	213.686	5.531	60.000	210.000	275.531
3ª Emissão - Renováveis	1.371	98.658	98.629	198.658	2.169	98.657	197.344	298.170
4ª Emissão - Renováveis	-	-	-	-	4.533	-	200.000	204.533
5ª Emissão - Renováveis	253	14.000	74.000	88.253	9.716	12.000	88.000	109.716
7ª Emissão - Renováveis	6.817	-	263.670	270.487	6.244	-	253.529	259.773
8ª Emissão - Renováveis	1.081	-	153.000	154.081	-	-	-	-
1ª Emissão - FDNE *	575	37.016	333.141	370.732	-	-	-	-
	15.973	274.174	1.265.940	1.556.087	31.163	235.157	1.206.873	1.473.193
Gastos com captação	-	(4.216)	(14.268)	(18.484)	-	(3.556)	(12.489)	(16.045)
Total controladora	15.973	269.958	1.251.672	1.537.603	31.163	231.601	1.194.384	1.457.148
PCH Holding 2								
1ª Emissão - PCH Holding 2	229	24.678	98.712	123.619	260	8.701	123.391	132.352
	229	24.678	98.712	123.619	260	8.701	123.391	132.352
Complexo SIIF								
1ª Emissão *	182	11.018	99.167	110.367	762	44.968	449.678	495.408
	182	11.018	99.167	110.367	762	44.968	449.678	495.408
Dobrevê								
2ª Emissão - Dobrevê	400	21.671	-	22.071	39.857	43.329	21.671	104.857
	400	21.671	-	22.071	39.857	43.329	21.671	104.857
Pedra Cheirosa								
1ª Emissão - Pedra Cheirosa I	-	-	-	-	1.617	64.653	-	66.270
1ª Emissão - Pedra Cheirosa II	-	-	-	-	1.481	59.203	-	60.684
	-	-	-	-	3.098	123.856	-	126.954
Gastos com captação	-	(378)	(1.737)	(2.115)	-	(2.082)	(9.068)	(11.150)
Total consolidado	16.784	326.947	1.447.814	1.791.545	75.140	450.373	1.780.056	2.305.569

* Contratos incorporados pela CPFL Renováveis

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Controladora			Consolidado		
Vencimento	Custo de Captação	Principal	Vencimento	Custo de Captação	Principal
2020	(3.788)	429.143	2020	(4.067)	464.840
2021	(2.498)	210.516	2021	(2.777)	246.212
2022	(2.321)	388.185	2022	(2.600)	423.882
2023	(2.224)	53.016	2023	(2.434)	88.712
2024	(703)	37.016	2024	(846)	48.035
2025 a 2029	(2.733)	148.063	2025 a 2029	(3.281)	192.138
Total	(14.267)	1.265.939	Total	(16.005)	1.463.819

Principais movimentações do exercício:

- 1ª Emissão de Debêntures – Pedra Cheirosa I - Oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a controlada Pedra Cheirosa I quitou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única. A quitação ocorreu em 14 de março de 2018, data de vencimento da escritura, no montante de R\$67.277 e possuía uma remuneração equivalente à variação acumulada de CDI + 1,22%.

- 1ª Emissão de Debêntures – Pedra Cheirosa II - Oferta pública de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a controlada Pedra Cheirosa II quitou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única. A quitação ocorreu em 14 de março de 2018, data de vencimento da escritura, no montante de R\$61.606 e possuía uma remuneração equivalente à variação acumulada de CDI + 1,22%.

- 4ª Emissão de Debêntures da CPFL Energias Renováveis S.A. – Oferta pública de distribuição da 4ª emissão de debêntures simples

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia quitou antecipadamente a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória. A quitação ocorreu em 14 de dezembro de 2018, no montante de R\$203.252 e possuía uma remuneração equivalente a 126,00% CDI a.a.

- 8ª Emissão de Debêntures da CPFL Energias Renováveis S.A. – Oferta pública de distribuição da 8ª emissão de debêntures simples

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu a oferta pública de distribuição da 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com

garantia quirográfaria, em série única. Foram emitidas 153.000 debêntures, no montante de R\$153.000, sendo R\$1.000,00, e remuneração equivalente à variação acumulada de 110% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros. O prazo de vencimento total é de dois anos, com amortização no vencimento em 22 de novembro de 2020. Os recursos oriundos da captação por meio da emissão das debêntures serão destinados para reforço de caixa e gestão de passivos financeiros da emissora e pagamento de custos e despesas relativos à emissão.

Condições Restritivas

As emissões de debêntures vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 contemplam cláusulas que requerem da Companhia a manutenção dos seguintes índices financeiros:

1ª emissão - CPFL Renováveis

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da Operação maior ou igual a 1,00.
- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,05.
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 4,6 para 2017, 4,0 para 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.
- Manutenção de Índice EBITDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia obteve anuência dos Debenturistas para dispensa do cumprimento dos seguintes indicadores:

- (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Operação referente a apuração de junho de 2018, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 19 de junho de 2018.
- (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida referente a apuração de dezembro de 2018, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 19 de junho de 2018.

2ª emissão - CPFL Renováveis

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 4,6 para 2017, 4,0 para 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.

3ª emissão – CPFL Renováveis

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 4,6 para 2017, 4,0 para 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.

7ª Emissão – CPFL Renováveis

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA verificado ao final de cada semestre inferior ou igual a 3,75, apurado pela garantidora CPFL Energia.

- Manutenção de EBITDA/Resultado Financeiro verificado ao final de cada semestre superior ou igual a 2,25, apurado pela garantidora CPFL Energia.

8ª Emissão – CPFL Renováveis

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 4,0 para os anos de 2018 e 2019.

1ª emissão - PCH Holding 2

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da controlada Santa Luzia maior ou igual a 1,2 a partir de setembro de 2014.
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 4,60 em 2017, 4,0 em 2018 e 2019, e 3,75 a partir de 2020.

2ª emissão – Dobrevê Energia

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/Dividendos Recebidos inferior ou igual a 3,5 a partir de 2017.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, com exceção dos índices não cumpridos já divulgados acima, para os quais a Companhia e suas controladas obtiveram anuência dos debenturistas, todas as demais condições restritivas qualitativas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados na data base estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2018.

17. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Os saldos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de clientes relativos ao recebimento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
CCEAR*	-	-	59.320	80.360
CER**	-	-	54.112	24.518
Mercado Livre***	-	-	29.541	21.983
PROINFA	71.413	-	113.476	101.681
Aluguel de linha de transmissão****	-	-	3.350	4.171
Outros Adiantamentos	116	142	104	135
Total	<u>71.529</u>	<u>142</u>	<u>259.903</u>	<u>232.848</u>
Passivo circulante	71.514	92	211.264	211.235
Passivo não circulante	15	50	48.639	21.613
	<u>71.529</u>	<u>142</u>	<u>259.903</u>	<u>232.848</u>

* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.

** Contrato de Energia de Reserva.

*** Refere-se, principalmente, as liminares de Garantia Física.

**** Aluguel de estrutura de linha de transmissão recebido antecipadamente.

18. PROVISÕES PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS E DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

	Controladora	
	Desmobilização de ativos	Total
Saldo em 31/12/2017	-	-
Incorporação*	28.440	28.440
Ajuste a valor presente	795	795
Saldo em 31/12/2018	29.235	29.235

*Referente a reestruturação societária, vide nota explicativa nº 1.

	Consolidado		
	Custos socioambientais	Desmobilização de ativos	Total
Saldo em 31/12/2016	22.932	52.379	75.311
Adição *	3.641	41.213	44.854
Pagamento	(2.992)	-	(2.992)
Ajuste a valor presente	1.161	5.620	6.781
Saldo em 31/12/2017	24.742	99.212	123.954
Adição**	-	9.592	9.592
Reversão***	-	(7.908)	(7.908)
Pagamento	(2.133)	-	(2.133)
Ajuste a valor presente	1.430	7.815	9.245
Saldo em 31/12/2018	24.039	108.711	132.750
Passivo circulante	22.489	-	22.489
Passivo não circulante	1.550	108.711	110.261
	24.039	108.711	132.750

*Refere-se principalmente as provisões registradas em contrapartida do imobilizado, referente a entrada em operação dos Complexos São Benedito e Campo dos Ventos.

**Refere-se, principalmente, a provisões registradas em contrapartida do imobilizado, devido a entrada em operação dos Complexos Eólicos Pedra Cheirosa I e II.

***Valor de reversão decorrente da apuração do ajuste a valor presente sobre as provisões de desmobilização dos complexos Campo dos Ventos e São Benedito.

19. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental.

A Administração da Companhia e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável.

O saldo das provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais encontra-se a seguir:

	Controladora				Depósitos Judiciais
	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Total	
Saldo em 31/12/2016	991	23	-	1.014	(241)
Adição	1.110	-	-	1.110	(78)
Reversão	(38)	(23)	-	(61)	64
Pagamento	(81)	-	-	(81)	-
Atualização	32	-	-	32	2
Saldo em 31/12/2017	2.014	-	-	2.014	(253)
Adição	309	611	-	920	(363)
Reversão	(5)	-	-	(5)	47
Pagamento	(1.015)	-	-	(1.015)	15
Atualização	85	-	-	85	(12)
Saldo em 31/12/2018	1.388	611	-	1.999	(566)

Consolidado					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Total	Depósitos Judiciais
Saldo em 31/12/2016	3.397	21.082	10.410	34.889	(12.112)
Adição	2.135	156	2	2.293	(941)
Reversão	(1.096)	(130)	-	(1.226)	109
Pagamento	(440)	(451)	(2)	(893)	170
Atualização	94	12	564	670	(577)
Saldo em 31/12/2017	4.090	20.669	10.974	35.733	(13.351)
Adição	449	747	-	1.196	(825)
Reversão	(441)	-	(9.326)	(9.767)	1.397
Pagamento	(1.553)	(6)	-	(1.559)	452
Atualização	157	10	381	548	(1.385)
Transferências	600	(600)	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	3.302	20.820	2.029	26.151	(13.712)

Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a sua base sólida de defesa, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2018 estavam assim representadas:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Qtde.	Montante	Qtde.	Montante
Trabalhistas	37	3.919	31	3.659
Cíveis	94	272.591	93	230.963
Tributárias	56	685.878	53	550.366
	187	962.388	177	784.988

a) Trabalhistas

As ações judiciais trabalhistas e procedimentos administrativos trabalhistas versam, em geral, sobre pedidos e infrações relacionados aos ex-colaboradores das prestadoras de serviço terceirizadas.

b) Cíveis

As principais ações versam, em geral, sobre indenização decorrente de desapropriação de área ou servidão, procedimento arbitral, indenização em razão de perdas relacionadas a descumprimento de cláusulas contratuais.

c) Tributárias

As principais ações versam, em geral, sobre a cobrança de tributos, especialmente o Imposto Sobre Serviços (ISS) e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento. Adicionalmente, em 19 de agosto de 2016 a Companhia recebeu auto de infração no montante atualizado de R\$330.931 referente à cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre remuneração do ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011. Baseado no parecer dos assessores jurídicos da Companhia, a administração discorda da cobrança do encargo, bem como do valor do auto de infração, e entende que o risco de perda é possível.

Outros

- CNPE N° 03

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas eram parte ativa em ação judicial de natureza regulatória, relacionada com a cobrança do Encargo de Serviço do Sistema - ESS, prevista na Resolução CNPE n° 03, de 6 de março de 2013, na qual a Companhia e suas controladas, por meio da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e a Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa - ABRAGEL, obtiveram liminar que suspende a cobrança do referido encargo. O valor atualizado envolvido até 31 de dezembro de 2018 é de R\$56.248.

- Liminar GSF

Em continuidade ao processo da Liminar GSF, em 7 de maio de 2018 o Juizado Federal deferiu o pedido de atribuição de efeito suspensivo à apelação interposta pela APINE para a sentença de 16 de fevereiro de 2018, mantendo a eficácia da decisão liminar inicialmente proferida em favor da associação e de seus associados, obtida em 1° de julho de 2015, a qual suspende o pagamento dos valores de GSF.

Em 23 de outubro de 2018, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) revogou a liminar que protegia os associados da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) dos efeitos do risco hidrológico (GSF) na liquidação do mercado de curto prazo. A decisão do STJ veio em um recurso da ANEEL.

Na decisão, manteve-se a suspensão do ajuste do MRE entre 1° de julho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. A cobrança ocorreu em novembro de 2018 para as liquidações posteriores a essa data. A Companhia e suas controladas efetuaram o pagamento do GSF de abril a setembro de 2018, no montante de R\$35.919. Esse pagamento não gerou impactos no resultado da Companhia e suas controladas, tendo em vista o provisionamento do montante de GSF dentro do período de competência.

Na data de aprovação dessas demonstrações financeiras continuava mantida a suspensão do pagamento dos valores de GSF de julho de 2015 a fevereiro de 2018. Os demais valores de 2018 e posteriores, estão sendo pagos mensalmente.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito e integralizado monta a quantia de R\$3.398.048 (R\$3.390.870 em 31 de dezembro de 2017), representado por 503.811.489 (503.351.271 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 19 de outubro de 2018, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$7.178, mediante a emissão de 460.218 ações, ao preço de emissão fixado de acordo com o estabelecido no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral da Companhia realizada em 29 de outubro de 2009, em razão do exercício de opções de compra de ações correspondentes, por parte de determinados beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações. As novas ações emitidas foram subscritas e integralizadas, por meio da emissão, pelos respectivos subscritores, de notas promissórias em favor da Companhia, que foram quitadas entre 21 de novembro a 12 de dezembro de 2018.

b) Composição acionária

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

Acionistas	31/12/2018		31/12/2017	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
CPFL Geração de Energia S.A.	259.748.799	51,56	259.748.799	51,60
Arrow – Fundo de Investimento em Participações	-	-	61.625.182	12,24
Previ	-	-	31.960.220	6,35
Fundo de Invest. Partic. Brasil Energia	-	-	31.439.288	6,25
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	31.115.717	6,18
Pátria Energia Fundo de Invest. em Participações	-	-	21.064.242	4,18
Fundo de Invest. Partic. Multisetorial Plus	-	-	13.104.207	2,60
GMR Energia S.A.	-	-	8.230.323	1,64
Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura	-	-	3.699.532	0,74
State Grid Brazil Power Participações S.A.	243.771.824	48,39	-	-
Outros	290.866	0,05	41.363.761	8,21
	<u>503.811.489</u>	<u>100,00</u>	<u>503.351.271</u>	<u>100,00</u>

Acordo de Acionistas

O Acordo de Acionistas da Companhia celebrado entre CPFL Geração de Energia S.A.; Bloco ERSa (Pátria Energia – Fundo de Investimento em Participações, Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus, GMR Energia S.A., Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia, Pátria Energia Renovável – Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura); e Arrow – Fundo de Investimento em Participações, em 30 de julho de 2007 e aditado em 31 de agosto de 2007, 29 de outubro de 2008, 8 de outubro de 2009, 24 de agosto de 2011, 31 de maio de 2012, 28 de janeiro de 2013, 28 de abril de 2014 e 1º de outubro de 2014, que regulou as questões relativas a voto em Assembleias Gerais e em reuniões do Conselho de Administração, participação dos acionistas e de seus respectivos representantes societários nos órgãos

diretivos; direito de preferência em relação à aquisição das ações de emissão da Companhia e outras determinadas restrições relativas à transferência das ações e direitos econômicos associados à titularidade delas; e direito de preferência nos aumentos de capital social, tornou-se ineficaz e sem efeito, de pleno direito, perante todos os Acionistas, nos termos da Cláusula 17.1, *in fine*, do Acordo de Acionistas, em 29 de novembro de 2018, em virtude da liquidação de suas participações acionárias no leilão realizado no âmbito da Oferta Pública de Aquisição de Ações em 26 de novembro de 2018.

Desta forma, a Companhia e seus acionistas não estão mais sujeitos a qualquer acordo de acionistas do qual o controlador seja parte, que regule o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão da Companhia.

c) Reserva de capital

A Companhia detém intangível de direito de exploração (autorização) no montante de R\$591.042 em 31 de dezembro de 2018 (R\$592.138 em 31 de dezembro de 2017) em contrapartida à rubrica “Reserva de ágio na subscrição de ações”, no patrimônio líquido, decorrente de combinações de negócios ocorridas em 2011 e 2014.

d) Reserva de lucros - legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 2018, a Companhia mantém reserva no montante de R\$6.413 a título de reserva legal.

e) Reserva de lucros – lucros a realizar

Em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$26.840 refere-se ao valor do dividendo mínimo obrigatório (25%), que excedeu a parcela realizada do lucro líquido do exercício de 2018, conforme artigo 197 da Lei nº 6.404/76.

f) Reserva de lucros – reforço de capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$91.393 refere-se ao saldo remanescente dos resultados dos exercícios de 2017 e de 2018, conforme estabelecido no artigo 27, parágrafo 2º, do Estatuto Social da Companhia.

g) Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

h) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período, considerando os efeitos dilutivos e de instrumentos conversíveis em ações.

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41, equivalente à IAS 33 - Resultado por Ação, a tabela a seguir reconcilia o prejuízo aos montantes usados para calcular o lucro e prejuízo básico e diluído por ação.

O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por controladas da Companhia (nota explicativa nº16). Estes instrumentos reduzem o resultado disponível aos acionistas controladores da Companhia. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias das controladas no início do período.

A. Resultado básico por ação	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Numerador		
Lucro disponível aos acionistas ordinários (em milhares R\$)	109.264	11.484
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	503.417.824	503.351.271
Lucro básico por ação (R\$ por ação)	<u>0,22</u>	<u>0,02</u>
B. Lucro (prejuízo) diluído por ação		
Numerador		
Lucro disponível aos acionistas ordinários (em milhares R\$)	109.264	11.484
Efeito dilutivo das debêntures conversíveis	<u>(14.597)</u>	<u>(23.185)</u>
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas ordinários	94.667	(11.701)
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>503.417.824</u>	<u>503.351.271</u>
Lucro (prejuízo) diluído por ação (R\$ por ação)	<u>0,19</u>	<u>(0,02)</u>

i) Ajuste de avaliação patrimonial

Determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído (“deemed cost”). O saldo líquido da mais-valia, no montante de R\$56.973 (valor original) foi registrado na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

O saldo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$32.753 (R\$36.498 em 31 de dezembro de 2017).

j) Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. De acordo com as práticas contábeis internacionais, pronunciamento técnico CPC 24 - Evento Subsequente e interpretação técnica ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas o dividendo mínimo obrigatório deve ser provisionado. Já o dividendo proposto ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente.

De acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76, o seu item II possibilita que o valor do dividendo mínimo obrigatório a ser pago seja limitado ao valor do lucro líquido que tiver sido realizado, sendo a diferença não paga registrada como reserva de lucros a realizar (art.197 da mesma lei). Para o exercício de 2018, a Administração da Companhia apurou que o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, era decorrente do resultado positivo de equivalência patrimonial (não realizado), desta forma, resolveu constituir o montante que corresponde aos dividendos mínimos obrigatórios (25%) para reserva de lucros a realizar, conforme abaixo:

<u>Apuração dos dividendos a pagar</u>	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	109.264	11.484
(+) Realização da conta de ajuste de avaliação patrimonial	3.745	3.777
Lucro líquido ajustado	113.009	15.261
(-) Reserva legal (baseada no lucro líquido ajustado) - 5%	(5.650)	(763)
Base de cálculo dos dividendos	107.359	14.498
Dividendos mínimos obrigatórios pelo Estatuto Social - 25%	26.840	3.624
Ajuste pela aplicação do artigo 202 item II	(26.840)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos - 25%	-	3.624
Constituição de Reserva de lucros a realizar	26.840	-
Constituição de Reserva de reforço de capital de giro	80.519	10.874

Cálculo do lucro realizado em 2018

Resultado positivo líquido de equivalência patrimonial	494.423
Dividendos intercalares recebidos	<u>(92.585)</u>
Lucro não realizado	401.838
Lucro líquido do exercício	109.264
Excesso do lucro líquido do exercício em relação ao Lucro não realizado	Não houve

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita de venda de energia	167.377	139.067	2.036.453	2.058.034
Outras receitas	110	35	7.949	9.238
Receita bruta	<u>167.487</u>	<u>139.102</u>	<u>2.044.402</u>	<u>2.067.272</u>
Deduções da receita bruta				
Pis/Cofins	(17.851)	(13.957)	(102.502)	(99.808)
Encargos regulatórios	<u>(204)</u>	<u>-</u>	<u>(5.582)</u>	<u>(8.380)</u>
Receita operacional líquida	<u>149.432</u>	<u>125.145</u>	<u>1.936.318</u>	<u>1.959.084</u>
MWH comercializado/gerado	665.207	538.650	8.003.619	8.047.748

A seguir demonstramos a segregação da receita de venda de energia por tipo de contrato:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
CCEAR*	-	-	129.633	203.718
CER**	-	-	348.268	378.608
Mercado livre	67.098	139.067	1.061.687	959.828
PROINFA	100.279	-	496.865	515.880
Total	<u>167.377</u>	<u>139.067</u>	<u>2.036.453</u>	<u>2.058.034</u>

* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.

** Contrato de Energia de Reserva.

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia vigentes em 31 de dezembro de 2018 têm as seguintes características:

Empreendimento/SPE	Tipo	Energia contratada (MWm)	Preço contratado (R\$/MWh) (a)	Índice de Reajuste	Mês de Reajuste
Alto Irani (d)	PROINFA	12,4	266,28	IGPM	Junho
Americana (d)	Mercado Livre	5,9	260,33	IPCA	Janeiro
Andorinhas	Mercado Livre	0,4	245,94	IGPM	Janeiro
Arvoredo	CCEAR	7,0	253,43	IPCA	(b)
Atlântica I (g)	Mercado Livre	13,1	241,00	-	-
Atlântica II (g)	Mercado Livre	12,9	241,00	-	-
Atlântica IV (g)	Mercado Livre	13,0	241,00	-	-
Atlântica V (g)	Mercado Livre	13,7	242,00	-	-
Baia Formosa	CCEAR	11,0	276,52	IPCA	(b)
Barra da Paciência	Mercado Livre	14,8	257,85	IPCA	Janeiro
Bio Alvorada	Mercado Livre	18,0	195,00	IPCA	Janeiro
Bio Burity	Mercado Livre	21,0	238,94	IPCA	Janeiro
Bio Coopcana	Mercado Livre	18,0	195,00	IPCA	Janeiro
Bioenergia	Mercado Livre	12,5	240,01	IGPM	Janeiro
Bio Ester	CCEAR	7,0	262,93	IPCA	(b)
Bio Ester	Mercado Livre	9,4	161,78	IPCA	Janeiro
Bio Ipê	Mercado Livre	8,2	238,94	IPCA	Janeiro
Bio Pedra	CER	24,4	231,33	IPCA	Março
Bons Ventos (i)	PROINFA	15,9	451,34	IGPM	Março
Buritis (d)	Mercado Livre	0,4	260,33	IPCA	Janeiro
Campo dos Ventos I (e)	Mercado Livre	13,6	185,21	IPCA	Janeiro
Campo dos Ventos II	CER	13,2	205,12	IPCA	Setembro
Campo dos Ventos III (e)	Mercado Livre	13,4	185,21	IPCA	Janeiro
Campo dos Ventos V (e)	Mercado Livre	13,1	185,21	IPCA	Janeiro
Canoa Quebrada (i)	PROINFA	22,9	413,72	IGPM	Junho
Canoa Quebrada - RV	PROINFA	3,3	453,19	IGPM	Março
Capão Preto (d)	Mercado Livre	2,2	260,33	IPCA	Janeiro
Chibarro (d)	Mercado Livre	1,5	260,33	IPCA	Janeiro
Cocais Grande (d)	PROINFA	4,6	266,28	IGPM	Junho
Corrente Grande	Mercado Livre	8,4	257,85	IPCA	Janeiro
Costa Branca (g)	Mercado Livre	9,8	245,00	-	-
Diamante	Mercado Livre	1,6	228,41	IGPM	Janeiro
Dourados (d)	Mercado Livre	5,7	260,33	IPCA	Janeiro
Eloy Chaves (d)	Mercado Livre	11,0	260,33	IPCA	Janeiro
Enacel (i)	PROINFA	9,9	464,61	IGPM	Junho
Esmeril (d)	Mercado Livre	2,9	260,33	IPCA	Janeiro
Eurus I	CER	12,8	201,95	IPCA	Setembro
Eurus III	CER	14,7	201,94	IPCA	Setembro
Eurus VI	CER	2,6	250,75	IPCA	Julho
Figueirópolis	PROINFA	12,5	259,52	IGPM	Março
Foz do Rio Choró	PROINFA	7,4	476,07	IGPM	Agosto
Gavião Peixoto (d)	Mercado Livre	3,6	260,33	IPCA	Janeiro
Guaporé (d)	Mercado Livre	0,4	245,94	IGPM	Janeiro
Icaraizinho (h)	PROINFA	21,4	405,50	IGPM	Março
Jaguari (d)	Mercado Livre	4,5	260,33	IPCA	Janeiro
Juremas (g)	Mercado Livre	7,5	245,00	-	-
Lagoa do Mato - RV	PROINFA	1,4	399,59	IGPM	Março
Lençóis (d)	Mercado Livre	1,0	260,33	IPCA	Janeiro
Ludesa	PROINFA	16,7	266,28	IGPM	Junho

Empreendimento/SPE	Tipo	Energia contratada (MWm)	Preço contratado (R\$/MWh) (a)	Índice de Reajuste	Mês de Reajuste
Macacos (g)	Mercado Livre	9,7	245,00	-	-
Mata Velha	Mercado Livre	12,7	170,20	IPCA	Janeiro
Monjolinho (f)	Mercado Livre	0,4	219,12	IGPM	Abril
Morro dos Ventos I	CER	12,7	252,49	IPCA	Julho
Morro dos Ventos II (g)	Mercado Livre	15,1	242,00	-	-
Morro dos Ventos III	CER	12,8	252,44	IPCA	Julho
Morro dos Ventos IV	CER	12,2	252,46	IPCA	Julho
Morro dos Ventos IX	CER	12,7	252,47	IPCA	Julho
Morro dos Ventos VI	CER	11,1	252,51	IPCA	Julho
Ninho da Águia	Mercado Livre	4,2	257,85	IPCA	Janeiro
Novo Horizonte	Mercado Livre	10,2	175,62	IGPM	(c)
Paíol	Mercado Livre	10,9	257,81	IPCA	Janeiro
Paracuru	PROINFA	11,7	399,59	IGPM	Março
Pedra Cheirosa I (g)	Mercado Livre	13,6	265,00	-	-
Pedra Cheirosa II (g)	Mercado Livre	12,5	265,00	-	-
Pedra Preta (g)	Mercado Livre	10,1	245,00	-	-
Pinhal (d)	Mercado Livre	3,7	260,33	IPCA	Janeiro
Pirapó (d)	Mercado Livre	0,6	245,94	IGPM	Janeiro
Plano Alto (d)	PROINFA	9,3	266,28	IGPM	Junho
Praia Formosa (h)	PROINFA	1,8	473,67	IGPM	Julho
Praia Formosa - A (h)	PROINFA	1,5	476,07	IGPM	Agosto
Praia Formosa - B (h)	PROINFA	3,7	479,40	IGPM	Setembro
Praia Formosa - C (h)	PROINFA	21,1	453,19	IGPM	Março
Saltinho (d)	Mercado Livre	0,7	245,94	IGPM	Janeiro
Salto Góes	CCEAR	11,1	239,85	IPCA	(b)
Salto Grande (d)	Mercado Livre	2,6	260,33	IPCA	Janeiro
Santa Clara I	CER	12,5	250,75	IPCA	Julho
Santa Clara II	CER	11,2	250,75	IPCA	Julho
Santa Clara III	CER	11,8	250,75	IPCA	Julho
Santa Clara IV	CER	10,9	250,75	IPCA	Julho
Santa Clara V	CER	11,2	250,75	IPCA	Julho
Santa Clara VI	CER	10,5	250,75	IPCA	Julho
Santa Luzia	CCEAR	14,0	253,47	IPCA	(b)
Santa Luzia	Mercado Livre	4,0	285,48	IGPM	Agosto
Santa Mônica (e)	Mercado Livre	15,0	185,21	IPCA	Janeiro
Santa Úrsula (e)	Mercado Livre	14,6	185,21	IPCA	Janeiro
Santana (d)	Mercado Livre	2,6	260,33	IPCA	Janeiro
Santo Dimas (e)	Mercado Livre	16,1	185,21	IPCA	Janeiro
São Benedito (e)	Mercado Livre	14,9	185,21	IPCA	Janeiro
São Domingos (e)	Mercado Livre	15,3	185,21	IPCA	Janeiro
São Gonçalo (d)	Mercado Livre	6,4	257,85	IPCA	Janeiro
São Joaquim (d)	Mercado Livre	5,1	260,33	IPCA	Janeiro
São Martinho (e)	Mercado Livre	9,2	185,21	IPCA	Janeiro
Socorro (d)	Mercado Livre	0,3	260,33	IPCA	Janeiro
Solar	Mercado Livre	0,2	235,72	IPCA	Janeiro
Taíba Albatroz (i)	PROINFA	6,6	411,32	IGPM	Março
Três Saltos (d)	Mercado Livre	0,4	260,33	IPCA	Janeiro
Varginha	CCEAR	4,0	250,65	IPCA	(b)
Várzea Alegre	Mercado Livre	4,8	257,85	IPCA	Janeiro
Total		<u>912,9</u>			
Preço Ponderado		<u>261,10</u>			

- (a) Data de Referência 31/12/2018.
 (b) Reajuste do contrato é realizado na data do reajuste tarifário do comprador (distribuidora).
 (c) Reajuste do contrato é realizado na data do reajuste tarifário do comprador (consumidores livres).
 (d) Energia e/ou preço considerando a revisão de garantia física em julho (Portaria nº 30).
 (e) Energia contratada proporcionalizada ao contrato do bloco.
 (f) Mesmo sendo do Mercado Livre, o contrato foi celebrado com a CPFL Paulista.
 (g) Empresas participantes do MCS D o preço é válido de janeiro de 2018 a dezembro de 2018.
 (h) Empreendimentos incorporados pela CPFL Renováveis em 1º de agosto de 2018.
 (i) Empreendimentos incorporados pela CPFL Renováveis em 1º de dezembro de 2018.
 (j) Entrada em operação comercial a partir de Outubro/2018. Energia considerando o MWm e PLD ponderado do ano.

22. CUSTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custo:				
Custo de compra de energia (a)	(80.482)	(126.281)	(230.979)	(248.339)
Encargos de uso do sistema	(6.198)	-	(89.368)	(99.690)
Custo de operação das usinas	(6.346)	-	(120.431)	(117.944)
Materiais	(1.893)	-	(24.069)	(22.625)
Custo de pessoal	-	-	(28.314)	(28.692)
Arrendamentos	(830)	-	(16.817)	(19.221)
Depreciação e amortização	(14.044)	-	(456.232)	(454.657)
Amortização de prêmio do risco hidrológico – GSF	-	-	(3.869)	(2.359)
Outros custos de operação	(297)	-	(12.672)	(13.101)
Total	<u>(110.090)</u>	<u>(126.281)</u>	<u>(982.751)</u>	<u>(1.006.628)</u>
Despesas gerais e administrativas:				
Despesas com pessoal	(62.000)	(60.269)	(62.000)	(60.269)
Despesas de ocupação	(5.554)	(3.826)	(8.606)	(8.313)
Material	(1.763)	(1.823)	(2.147)	(1.898)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	7
Serviços profissionais	(31.155)	(40.922)	(48.864)	(52.152)
Provisões para risco trabalhista, tributárias e cíveis	(1.390)	(1.440)	(1.387)	(2.319)
Baixa de ativo não circulante	(73.685)	(4.469)	(61.827)	(26.424)
Provisão ao valor recuperável dos ativos	-	(5.130)	-	(20.438)
Outros	(2.919)	(2.996)	(4.129)	(4.266)
Remuneração dos administradores	(10.498)	(8.149)	(12.076)	(9.427)
Depreciação e amortização	(8.267)	(6.972)	(9.226)	(7.038)
Total	<u>(197.231)</u>	<u>(135.996)</u>	<u>(210.262)</u>	<u>(192.537)</u>
Amortização do direito de exploração	<u>(14.717)</u>	-	<u>(157.649)</u>	<u>(155.323)</u>
Total	<u>(211.948)</u>	<u>(135.996)</u>	<u>(367.911)</u>	<u>(347.860)</u>

- (a) O montante na controladora em 2017 referia-se a aquisição de energia para atender exposição no mercado de curto prazo e composição de lastro das controladas da Companhia. Em 2018 além da aquisição de energia para as controladas, a Controladora passou a adquirir energia para os parques incorporados.

23. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras:				
Receita de aplicação financeira	8.809	26.445	93.076	126.041
PIS e COFINS sobre receita financeira	(866)	(1.246)	(3.360)	(5.117)
Ajuste a valor presente Baldin Bioenergia S.A.	-	-	6.487	6.749
Variações monetárias ativas	37	239	104	917
Juros sobre mútuo	745	(116)	1.126	(253)
Receita decorrente de liquidações CCEE	9.018	226	32.549	6.678
Outras	12	193	1.713	2.731
Total	17.755	25.741	131.695	137.746
Despesas financeiras:				
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	(189.349)	(231.753)	(517.403)	(630.220)
Juros capitalizados no imobilizado	-	-	10.591	29.817
Fiança bancária/Comissões e corretagens	(20.844)	(6.258)	(31.363)	(13.603)
Variações monetárias passivas	(85)	(31)	(3.764)	(670)
Ajuste a valor presente	(795)	-	(9.245)	(6.781)
Juros sobre mútuo	(108.548)	(103.401)	(17.069)	-
IOF	(9.179)	(1.942)	(12.140)	(5.988)
Multas diversas	(811)	(235)	(6.352)	(14.230)
Outras	(16.091)	(5.682)	(49.075)	(6.896)
Total	(345.702)	(349.302)	(635.820)	(648.571)

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

24.1. Imposto de renda e contribuição social correntes

A Administração da Companhia adotou o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para suas controladas em operação, com exceção das SPEs Bioenergia e Mata Velha, que adotaram o regime de tributação com base no lucro real. Na controladora, nas SPEs em construção e em preparação (em desenvolvimento), nas demais holdings e nas companhias incorporadas, mencionadas na nota explicativa nº 1, foi adotado o regime de tributação com base no lucro real.

O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas para a controladora e os efeitos consolidados vigentes nos respectivos períodos.

	Controladora			
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017
	IR	CS	IR	CS
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(6.130)	(6.130)	8.399	8.399
Reconciliação para a taxa efetiva:				
Exclusão - equivalência patrimonial (nota explicativa nº 11)	(494.423)	(494.423)	(469.092)	(469.092)
Base de cálculo	(500.553)	(500.553)	(460.693)	(460.693)
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	125.138	45.050	115.173	41.462
Créditos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais não registrados em função da incerteza na sua realização	(40.289)	(14.505)	(112.905)	(40.645)
Imposto de renda e contribuição social - receita (despesa)	84.849	30.545	2.268	817
Impostos - corrente	-	-	-	-
Impostos - diferido	84.849	30.545	2.268	817
Impostos líquidos	84.849	30.545	2.268	817
Alíquota efetiva - %	(1.384,2%)	(498,3%)	27,0%	9,7%

	Consolidado			
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017
	IR	CS	IR	CS
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	81.531	81.531	93.771	93.771
Reconciliação para a taxa efetiva:				
Outras adições (exclusões) permanentes	25.741	25.741	17.158	17.158
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (Lucro da exploração)	(52.336)	-	(71.340)	-
Reclassificação diferido sobre a parcela não realizada	(4.335)	(4.335)	(11.803)	(11.803)
Reversão do efeito da tributação - lucro real	(271.523)	(271.523)	(221.834)	(221.834)
Tributação pelo regime do lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas como base para cálculo	68.921	103.382	58.425	87.637
Ajuste IRPJ adicional	(6.240)	-	(2.954)	-
Base de cálculo	(158.241)	(65.204)	(138.577)	(35.071)
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	39.560	5.868	34.644	3.156
Créditos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais não registrados em função da incerteza na sua realização	(3.931)	(4.222)	(80.002)	(32.312)
Aproveitamento de créditos decorrentes de sua realização	-	-	286	103
Imposto de renda e contribuição social - receita (despesa)	35.629	1.646	(45.072)	(29.053)
Impostos - corrente	(78.382)	(39.409)	(80.533)	(41.819)
Impostos - diferido	114.011	41.055	35.461	12.766
Impostos líquidos	35.629	1.646	(45.072)	(29.053)
Alíquota efetiva - %	43,7%	2,0%	(48,1%)	(31,0%)

24.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

Os saldos dos impostos diferidos são apresentados no balanço pelo montante líquido, no nível da entidade legal. A composição dos impostos diferidos é conforme segue:

	Controladora					
	31/12/2018			31/12/2017		
	CSLL	IRPJ	Total	CSLL	IRPJ	Total
Impostos diferidos - ativo:						
Prejuízo Fiscal - Base negativa	23.081	64.114	87.195	-	-	-
Temporariamente indedutíveis	1.548	4.300	5.848	-	-	-
Total ativo	24.629	68.414	93.043	-	-	-
Impostos diferidos - passivo:						
Diferido WF1	3.578	9.940	13.518	3.578	9.940	13.518
Diferido sobre Direito de Exploração - Incorporação*	83.613	232.260	315.873	-	-	-
Diferido sobre menos valia do ativo - Incorporação*	(16.199)	(44.997)	(61.196)	-	-	-
Amortização Diferido Direito da Exploração	(1.358)	(3.772)	(5.130)	-	-	-
Amortização Diferido Menos Valia	243	674	917	-	-	-
Diferido Temporariamente Indedutíveis - Incorporação*	23.398	64.995	88.393	-	-	-
Diferido Temporariamente Indedutíveis	43	118	161	-	-	-
Total passivo	93.318	259.218	352.536	3.578	9.940	13.518
	68.689	190.804	259.493	3.578	9.940	13.518

*Adição decorrente da incorporação dos saldos de impostos diferidos das controladas: Eólica Formosa, Eólica Icaraizinho, SIIF Desenvolvimento, SIIF Energies, BVP Geradora e T-15, conforme nota explicativa 1.

	Consolidado					
	31/12/2018			31/12/2017		
	CSLL	IRPJ	Total	CSLL	IRPJ	Total
Impostos diferidos - ativo:						
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	19.817	55.047	74.864	21.294	59.150	80.444
Prejuízo Fiscal - Base negativa	23.081	64.114	87.195	-	-	-
Temporariamente indedutíveis	1.548	4.300	5.848	184	512	696
Total ativo	44.446	123.461	167.907	21.478	59.662	81.140
Impostos diferidos - passivo:						
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	24.690	68.584	93.274	26.201	72.779	98.980
Intangível - direito de exploração/autorização ERSA	64.663	179.618	244.281	73.674	204.649	278.323
Intangível - direito de exploração/autorização Jantus, Sta Luzia, Minoritários, BVP, Rosa dos Ventos, Laceras e Desa	162.536	451.488	614.024	172.995	480.541	653.536
RTT Depreciação fiscal x societária	23.050	64.029	87.079	19.505	54.180	73.685
Incorporação WF2	3.578	9.940	13.518	3.578	9.940	13.518
Parcela não realizada	390	1.084	1.474	1.034	2.873	3.907
Total passivo	278.907	774.743	1.053.650	296.987	824.962	1.121.949
	234.461	651.282	885.743	275.509	765.300	1.040.809

Expectativa de recuperação	Controladora	Consolidado
2019	-	5.580
2020	-	5.580
2021	-	5.580
2022	-	5.580
2023	2.289	7.869
2024 a 2028	52.831	80.729
2029 a 2033	37.923	53.828
2034 a 2035	-	3.161
Total	93.043	167.907

a) Apresentação no balanço patrimonial

O saldo dos impostos diferidos é apresentado no balanço pelo montante líquido no nível da entidade legal. A apresentação dos impostos diferidos é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Total do ativo	93.043	-	167.907	81.140
Total do passivo	(352.536)	(13.518)	(1.053.650)	(1.121.949)
	<u>(259.493)</u>	<u>(13.518)</u>	<u>(885.743)</u>	<u>(1.040.809)</u>
Classificado:				
Ativo líquido	-	-	-	696
Passivo líquido	<u>(259.493)</u>	<u>(13.518)</u>	<u>(885.743)</u>	<u>(1.041.505)</u>
	<u>(259.493)</u>	<u>(13.518)</u>	<u>(885.743)</u>	<u>(1.040.809)</u>

b) Movimentação dos saldos de impostos diferidos

Controladora

	Ativo			Passivo		
	CSLL	IRPJ	Total	CSLL	IRPJ	Total
Saldo em 31/12/2017	-	-	-	3.578	9.940	13.518
Incorporação*	-	-	-	105.769	293.802	399.571
Constituição de impostos diferidos	-	-	-	(24.205)	(67.237)	(91.442)
Realização de impostos diferidos	-	-	-	(16.453)	(45.701)	(62.154)
Saldo em 31/12/2018	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>68.689</u>	<u>190.804</u>	<u>259.493</u>

*Adição decorrente da incorporação dos saldos de impostos diferidos das controladas: Eólica Formosa, Eólica Icarazinho, SIF Desenvolvimento, SIF Energias, BVP Geradora e T-15, conforme nota explicativa 1.

Consolidado

	Ativo			Passivo		
	CSLL	IRPJ	Total	CSLL	IRPJ	Total
Saldo em 31/12/2016	68	192	260	288.343	800.951	1.089.294
Constituição de impostos diferidos	115	321	436	2.988	8.300	11.288
Realização de impostos diferidos	-	-	-	(15.006)	(41.685)	(56.691)
Constituição de parcela não realizada	-	-	-	(632)	(1.754)	(2.386)
Saldo em 31/12/2017	<u>183</u>	<u>513</u>	<u>696</u>	<u>275.693</u>	<u>765.812</u>	<u>1.041.505</u>

	Ativo			Passivo		
	CSLL	IRPJ	Total	CSLL	IRPJ	Total
Saldo em 31/12/2017	183	513	696	275.693	765.812	1.041.505
Reclassificação	(183)	(513)	(696)	(183)	(513)	(696)
Constituição de impostos diferidos	-	-	-	(24.446)	(67.901)	(92.347)
Realização de impostos diferidos	-	-	-	(16.601)	(46.118)	(62.719)
Saldo em 31/12/2018	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>234.463</u>	<u>651.280</u>	<u>885.743</u>

24.3. Créditos fiscais

Em decorrência da reestruturação societária realizada pela CPFL Renováveis no segundo semestre de 2018, conforme mencionado anteriormente, e de acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro e a Instrução CVM nº 371/2002 - art. 2º, a Companhia avaliou o

reconhecimento inicial do ativo fiscal diferido referente a prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social de exercícios anteriores.

Para essa avaliação, foi realizado um estudo técnico interno de viabilidade de projeções de resultados futuros baseado no orçamento plurianual da Companhia, onde verificou-se que com o resultado das companhias incorporadas a CPFL Renováveis (controladora) terá lucros tributáveis nos próximos exercícios, o que suporta o registro dos créditos tributáveis diferidos. Tal estudo foi examinado pelo Conselho Fiscal da Companhia e aprovado pelos órgãos competentes da Administração.

Com base no estudo realizado e na expectativa de realização, foi registrado em 31 de dezembro de 2018, no não circulante, o ativo fiscal diferido no montante R\$87.195 mil, sendo R\$64.114 mil referente a imposto de renda e R\$23.081 mil referente a contribuição social, sobre os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social de exercícios anteriores.

Adicionalmente, também foram registrados o montante de R\$5.848 mil, sendo R\$4.300 mil para imposto de renda e R\$1.548 mil para contribuição social, referente a diferenças temporárias.

A Companhia e suas controladas ainda possuem prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para os quais não foram registrados ativos diferidos de impostos conforme os seguintes valores-base:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Prejuízos fiscais apurados até 31 de dezembro de 2018	<u>2.020.503</u>	<u>2.335.999</u>
Base negativa de contribuição social até 31 de dezembro de 2018	<u>2.020.503</u>	<u>2.335.999</u>

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão do risco de capital

A Administração da Companhia e suas controladas administra seu capital, para assegurar que as empresas do grupo possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas vigentes no mercado. A

Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

25.1. Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros, são mensurados conforme descrito abaixo:

(i) Valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia e suas controladas gerenciam os investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Os principais instrumentos financeiros classificados nesta categoria são:

- Aplicações financeiras (nota explicativa nº 6.1)

(ii) Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

São designados para essa categoria somente os ativos e passivos financeiros cujo registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de pagamento. Os principais instrumentos financeiros classificados nesta categoria são:

- Aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa nº 6.2)
- Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7)
- Partes relacionadas (nota explicativa nº 10)
- Outros créditos (nota explicativa nº 9)
- Fornecedores (nota explicativa nº 14)
- Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15)
- Debêntures (nota explicativa nº 16)
- Adiantamentos de clientes (nota explicativa nº 17)

- Outros passivos

25.2. Valorização dos instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia e de suas controladas. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

- Nível 1 – Preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 – Diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente:
 - Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 6)

Devido à natureza de curto prazo destes saldos, os valores registrados se aproximam dos valores justos na data destas demonstrações financeiras.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo

Valorizados com instrumentos financeiros com as mesmas características no mercado, tiveram o valor de mercado determinado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando-se projeções de taxa de juros disponíveis. Os empréstimos e financiamentos do BNDES e FINEP – investimento, não foram marcados a mercado por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas (sem correspondentes no mercado), desta forma, consideramos que os valores justos se aproximam dos valores contábeis:

		Consolidado	
		31/12/2018	
		Contábil	Valor Justo
Mensuradas ao custo			
Moeda nacional			
Instituições financeiras	Nível2	264.428	270.821
BNDES, FINEP - Investimento	Nível2	3.451.194	3.451.194
NIB	Nível2	51.667	52.605
Debêntures	Nível2	1.791.545	1.822.852
Total		<u>5.558.834</u>	<u>5.597.472</u>

- Nível 3 – Para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas no mercado.

25.3. Considerações sobre riscos

25.3.1 Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeiras e patrimoniais de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de “rating”.

25.3.2 Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (“covenants”) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

25.3.3 Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade

Em conformidade à instrução CVM nº 475/08, a Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado, supondo:

- (i) Cenário I: baseado em premissas macroeconômicas obtidas no mercado para 31 de dezembro de 2019 (CDI em 6,67% a.a., TJLP em 7,43% a.a., IGPM em 4,91% a.a. e TR em 0,00% a.a.);
- (ii) Cenário II: redução/elevação dos índices em 25% e;
- (iii) Cenário III: redução/elevação dos índices em 50%.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro do consolidado para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumentos	Indexador	Exposição	Cenário I	Cenário II		Cenário III	
				Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
Ativo Financeiro							
Aplicação CDB/Debêntures/Títulos Públicos*	CDI	74.574	4.505	3.379	2.252	5.631	6.757
Títulos e Valores Mobiliários	TR	10	-	-	-	-	-
Aplicação Fundos**	CDI	1.323.419	82.333	61.750	41.167	102.916	123.500
		1.398.003	86.838	65.129	43.419	108.547	130.257
Passivo Financeiro							
Empréstimos e Financiamentos - BNDES, FINEP e FDNE	TJLP+2,05%	(3.374.987)	(320.013)	(257.307)	(194.600)	(382.720)	(445.426)
Empréstimos e Financiamentos - NIB	IGPM+8,63%	(51.889)	(7.247)	(6.554)	(5.862)	(7.939)	(8.631)
Empréstimos e Financiamentos - DEBÊNTURES, APR, CCB e NP	CDI+1,15%	(1.328.351)	(104.943)	(82.526)	(60.109)	(127.359)	(149.776)
Empréstimos e Financiamentos - DEBÊNTURES	IPCA + 5,24%	(303.272)	(29.724)	(26.265)	(22.807)	(33.183)	(36.641)
Subtotal		(5.058.499)	(461.927)	(372.652)	(283.378)	(551.201)	(640.474)
Variação		(3.660.496)	(375.089)	(307.523)	(239.959)	(442.654)	(510.217)

*As aplicações em CDB/Debêntures/Títulos Públicos tem uma remuneração média de 94,38% do CDI (a.a).

**As aplicações em Fundos tem uma remuneração média de 97,21% do CDI (a.a).

Em 31 de dezembro de 2018, o custo total de captação foi de R\$42.901 (R\$46.467 em 31 de dezembro de 2017).

25.3.4 Risco de vencimentos antecipados

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento das cláusulas restritivas “covenants” financeiros atreladas às dívidas do grupo está detalhado nas notas explicativas nº 15 e nº 16.

25.3.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e das controladas em liquidar as obrigações assumidas.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Análise de liquidez

As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Para os fluxos de caixa com juros pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações.

Controladora							
31/12/2018	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	2-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	20.495	35.869	-	-	-	-	56.364
Compromisso de aquisição negócios	-	-	7.598	-	-	-	7.598
Empréstimos e Financiamentos - principal e encargos	15.063	33.943	202.555	355.957	276.741	423.499	1.307.758
Debêntures - principal e encargos	7.378	67.436	267.032	725.063	471.009	193.350	1.731.268
Total	42.936	137.248	477.185	1.081.020	747.750	616.849	3.102.988

Consolidado							
31/12/2018	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	2-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	58.882	16.110	326	113.853	-	-	189.171
Compromisso de aquisição negócios	-	-	7.598	-	-	-	7.598
Empréstimos e Financiamentos - principal e encargos	63.250	108.974	568.689	1.242.543	1.074.366	2.308.221	5.366.043
Debêntures - principal e encargos	8.143	68.967	332.744	810.015	548.081	250.904	2.018.854
Total	130.275	194.051	909.357	2.166.411	1.622.447	2.559.125	7.581.666

26. COBERTURA DE SEGUROS

Contratação

A Companhia adota a política de contratar apólices para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Nas contratações de seguros a Companhia é auxiliada por corretores que possuem expertise do mercado e lhes dá um parâmetro de benchmarking para o desenho das apólices.

Os ativos em construção possuem apólices contratadas de forma isolada, já que cada obra possui características e cronogramas diferentes. É prática comum a Companhia contratar 100% do valor em risco como limite máximo de indenização, já que não se pode determinar uma porcentagem da obra que terá perda máxima no caso de uma catástrofe.

Já para os ativos em operação a prática é agrupar as usinas por tipo de geração (Pequenas Centrais Hidrelétricas, Usinas Térmicas a Biomassa e Usinas Eólicas) para contratação das apólices. É prática de mercado a determinação da usina de maior valor para estipular o limite máximo de indenização da apólice de riscos operacionais, já que contratar como limite o montante total do valor em risco caracteriza uma situação pouco provável ou nula, em que todas as usinas teriam perda total no mesmo período.

Sendo assim, prefere-se assegurar com um limite que dê conforto para cobrir totalmente a usina de maior valor no caso de uma catástrofe, ou qualquer outra usina de menor valor na apólice. No caso de utilizar-se todo o limite da apólice, o mercado de seguros fornece mecanismos de reintegração do risco, pagando um prêmio proporcional por isso.

Todas as novas contratações e renovações são aprovadas pelo gestor da área de seguros. Para as apólices de risco operacional das Usinas Eólicas, Biomassas e Pequenas Centrais Hidrelétricas a Diretoria também é informada sobre a renovação.

Descrição	Ramo da Apólice	Limite Máximo de
		Indenização Consolidado
		31/12/2018
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais - Danos Materiais, Lucros Cessantes e Riscos de Engenharia	2.681.567
Responsabilidade Civil	Obras Cíveis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica	88.000
Automóveis	Cobertura Compreensiva	3.638
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	116.965
Outros	Seguro Garantia, D&O e outros	352.931
Total		<u><u>3.243.101</u></u>

27. COMPROMISSOS

27.1. Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como operacionais, uma vez que os termos dos contratos de arrendamento não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato.

	Ref.	Assinatura do Contrato	Área (ha)	Prazo	R\$ mil a pagar para o ano de 2019	Índice Reajuste
CPFL Energias Renováveis *	1	jan-12	-	-	1.095	IPCA
Dobrevê Energia S.A **	1	out-10	-	-	396	IPCA
EOL Santa Clara I, II, III, IV, V, VI, Eurus VI	2	mar-08	743	28 anos	2.280	IGP-M
EOL BVP Geradora	2	set-06	1.326	28 anos	2.640	IGP-M
EOL Formosa	2	out-01	1.046	28 anos	1.360	IGP-M
EOL Icarazinho	2	mar-02	423	28 anos	1.130	IGP-M
EOL Paracuru	2	dez-01	109	28 anos	500	IGP-M
EOL Campo dos Ventos II	2	jun-09	242	37 anos	349	IGP-M
EOL Bloco Norte e Sul	2	out-08	3.658	37 anos	2.579	IGP-M
EOL Campos dos Ventos	2	abr-08	2.557	37 anos	1.104	IGP-M
EOL Costa Branca	2	ago-08	184	25 anos	321	IGP-M
EOL Juremas	2	ago-08	242	25 anos	243	IGP-M
EOL Macacos	2	ago-08	252	25 anos	316	IGP-M
EOL Pedra Preta	2	ago-08	94	25 anos	195	IGP-M
EOL Baixa Verde	1	ago-08	240	25 anos	35	IGP-M
EOL Cajueiro	1	ago-08	419	25 anos	35	IGP-M
EOL Navegantes	1	mai-09	208	25 anos	35	IGP-M
EOL Rosa dos Ventos	2	jan-04	103	25 anos	275	IGP-M
EOL DESA Eurus I e III	2	out-08	811	25 anos	699	IGP-M
EOL DESA Morro dos Ventos	2	out-08	3.777	25 anos	2.400	IGP-M
EOL Atlântica	2	set-12	1.766	35 anos	1.370	IGP-M
EOL Pedra Cheirosa	2	jul-13	534	25 anos	922	IGP-M
SPE Costa das Dunas	1	mai-09	430	25 anos	63	IGP-M
SPE Farol de Touros	1	mai-09	433	25 anos	63	IGP-M
SPE Figueira Branca	1	abr-09	511	25 anos	49	IGP-M
SPE Gameleira	1	abr-09	280	25 anos	59	IGP-M
EOL Morro dos Ventos XII	1	abr-09	150	37 anos	84	IGP-M
				Total	<u><u>20.597</u></u>	

* Valores referente aos projetos: Projeto Serra dos Ventos, Eólica Bom Conselho, Projeto EOL Achado, Projeto EOL Olhos D'água, Projeto EOL Cristais, Projeto EOL Dourados, Projeto EOL Esplanada, Projeto EOL Jussara, Projeto EOL Sossego, Projeto EOL Ventania, Projeto EOL Santana, Projeto EOL Riacho de Santana e Projeto EOL Saloá.

** Valores referentes ao projeto EOL Iraúnas.

1. Fase Pré-Operacional: valores mensais de R\$1,0 a R\$3,0/ha.
2. Fase Operacional: valores mensais conforme receita bruta de energia.

A seguir o cronograma de pagamento dos compromissos de arrendamentos:

Consolidado	
Vencimento	Total
2019	20.597
2020	21.531
2021	22.431
2022	23.441
2023	24.551
2024 a 2028	138.623
2029 a 2033	130.050
2034 a 2039	93.464
2040 a 2044	60.841
2045 a 2050	9.209
	<u>544.738</u>

27.2. Compromisso de aquisição negócios (preço complementar)

A Companhia firmou compromisso com o sócio não controlador referente a pagamento complementar na compra das SPEs Cajueiro Energia S.A., Baixa Verde Energia S.A. e Navegantes Energia S.A., condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a Companhia deverá desembolsar o montante de R\$7.598 (valor atualizado monetariamente pelo IGP-M até 31 de dezembro de 2018).

27.3. Outros compromissos

Os compromissos da Companhia e suas controladas relacionados a contratos de longo prazo:

em R\$ mil	2019	2020	2021	2022	2023	A partir de 2024	Total
Aluguéis	3.228	3.551	3.906	4.297	4.726	5.199	24.907
Contratos de construção de usinas	17.047	1.089	-	-	-	-	18.136
Contratos de prestação de serviço de manutenção e operação de usina	122.137	131.077	142.786	150.734	158.650	1.495.974	2.201.358
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	103.106	106.137	107.862	110.451	114.262	4.217.913	4.759.731
Serviços administrativos	2.699	2.968	3.265	3.592	3.951	4.346	20.821
Repactuação do risco hidrológico	7.580	10.341	13.534	14.191	14.907	246.392	306.945
Total	<u>255.797</u>	<u>255.163</u>	<u>271.353</u>	<u>283.265</u>	<u>296.496</u>	<u>5.969.824</u>	<u>7.331.898</u>

28. PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios, como seguro de vida, assistência médica e plano opcional de complementação de aposentadoria, entre outros, sob o regime de contribuição definida. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência e sua concessão cessa ao término do vínculo empregatício.

Em julho de 2012, a Companhia firmou um Plano Gerador de Benefício Livre com a Bradesco Vida e Previdência S.A. O plano é composto por Planos Coletivos de Previdência Complementar Aberta - PGBL, regulamentados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. O Plano Gerador de Benefício Livre é estruturado na modalidade de contribuição paritária visto que a Patrocinadora está limitada ao percentual que ela acordou contribuir para o fundo e o valor do benefício pós-emprego recebido pelo funcionário é determinado pelo montante de contribuições pagas pela patrocinadora e pelo funcionário, acrescido dos retornos obtidos sobre os investimentos. Em consequência, o risco atuarial de que os benefícios sejam inferiores ao esperado e o risco de investimentos (riscos de que os ativos investidos sejam insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são assumidos pelo funcionário, já que a escolha do tipo de renda para a contribuição parte empregado é livre para o mesmo.

Em 31 de dezembro de 2018, não havia saldo de contribuição a pagar pela Companhia. A despesa registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$816 (R\$1.577 em 31 de dezembro de 2017).

29. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Transações oriundas de incorporação:				
Contas a receber	33.405	-	-	-
Outros créditos	18.131	-	-	-
Impostos a recuperar	43.705	-	-	-
Impostos diferidos (ativo)	10.739	-	-	-
Impostos diferidos (passivo)	(352.369)	-	-	-
Fornecedores	(5.623)	-	-	-
Adiantamento de clientes	(100.453)	-	-	-
Obrigações tributárias	(9.852)	-	-	-
Provisão de custos socio ambientais	(28.440)	-	-	-
Outros passivos	(1.155)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(152.720)	-	-	-
Empréstimos com controladas e controladora	(409.973)	-	-	-
Investimento em controladas	(754.221)	-	-	-
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	195.500	-	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	87.057	-	-	-
Imobilizado	778.576	-	-	-
Intangível	921.120	-	-	-
Empréstimos	(364.155)	-	-	-
Debentures	(371.581)	-	-	-
SubTotal*	<u>(462.309)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outras transações não envolvendo caixa:				
Imposto de renda a recuperar sobre aplicações financeiras	1.529	-	5.284	9.025
Encargos financeiros capitalizados	-	-	10.591	29.817
Transferência entre imobilizado e intangível	189	1.241	1.724	1.360
Transferência entre imobilizado e outros créditos	-	-	5.650	-
Transferência entre imobilizado e outros impostos a pagar (não circulante)	-	-	751	-
Dividendos deliberados	466.765	359.476	-	-
Dividendos deliberados aos minoritários	-	-	13.511	-
Fornecedores de imobilizado	-	-	1.467	7.416
Transferência entre provisão GSF para Fornecedores	-	-	154.694	-
Depósito judiciais para imobilizado	-	-	-	4
Baixa de ativos imobilizados	-	-	-	7.451
Outros passivos para imobilizado	-	-	-	(1.144)
Outros créditos para imobilizado	-	-	-	7.263
Provisão para perda de investimento	5	(25)	-	-
Aumento de Capital com AFACs	271.271	839.084	-	-
Aumento de capital com a dívida da CPFL Geração	72.497	-	-	-
Pagamento de mútuo com dividendos de minoritários	-	-	377	259
Deságio em compra de participação de minoritários de controladas	1.096	-	-	-
Provisão de custos socio ambientais no imobilizado	-	-	1.684	41.213
SubTotal	<u>813.352</u>	<u>1.199.776</u>	<u>195.733</u>	<u>102.664</u>
Total	<u>351.043</u>	<u>1.199.776</u>	<u>195.733</u>	<u>102.664</u>

* Efeitos não caixa decorrente a incorporação das SIIF Energies, SIIF Desenvolvimento, Eólica Icaraizinho, Eólica Formosa, BVP S.A, BVP Geradora, PCH Participações e T-15 pela CPFL Renováveis, conforme nota explicativa nº 1.

30. MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DE SOBRAS E DÉFICITS (MCSD).

Com a finalidade de mitigar os efeitos negativos sofridos pelas distribuidoras de energia em razão dos altos níveis de sobrecontratação de energia, a ANEEL tem realizado alguns esforços no que se refere a proporcionar alternativas para que essas distribuidoras aliviem seus excedentes de energia.

A Resolução Normativa - ANEEL nº 693 emitida em 15 de dezembro de 2016 (alterada pela Resolução Normativa - ANEEL nº 727 emitida em 21 de junho de 2016) regulamentou o Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) de energia elétrica com participação dos empreendimentos de geração com contratos vigentes comercializados no ACR (ambiente de contratação regulado) nas modalidades LFA (leilão de fontes alternativas) e LEN (leilão de energia nova).

Por meio do MCSD de Energia Nova, implementado de forma centralizada pela CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), as distribuidoras têm a possibilidade de declararem suas sobras e déficits enquanto os empreendimentos de geração interessados podem declarar ofertas para redução de sua energia contratada (de forma parcial ou total, por prazo estabelecido pela rodada do mecanismo). A CCEE processa o mecanismo a partir da declaração de todos os agentes, realizando trocas de energia otimizadas entre as distribuidoras e geradoras, por meio de cessões contratuais compulsórias e reduções contratuais, buscando atender os eventuais déficits declarados e equilibrar as sobras declaradas pelos agentes de distribuição com as ofertas de redução recebidas por parte dos geradores. Por fim, a CCEE contabiliza todas as trocas e cessões, podendo ratificar a redução proposta pelo gerador. Com isso, a energia fica descontratada pelo prazo estabelecido no acordo, podendo ser comercializada no ambiente de contratação livre (ACL).

Em 19 de janeiro de 2018, os empreendimentos Eólica Morro dos Ventos II, Complexo Eólico Macacos e Complexo Eólico Atlânticas receberam a autorização da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), para continuar a participar do MCSD durante o exercício de 2018, assim como, a inclusão da participação do Complexo Pedra Cheirosa.

O resultado final da CCEE na descontração e venda de energia incentivada foi o seguinte:

- Eólica Morro do Ventos II
Volume descontratado do ACR: 15,10 MWm
Preço Médio de Venda R\$ 242,00
- Pedra Cheirosa I e II
Volume descontratado do ACR: 26,10 MWm
Preço Médio de Venda R\$ 265,00
- Complexo Macacos
Volume descontratado do ACR: 37,10 MWm
Preço Médio de Venda R\$ 245,00
- Complexo Atlânticas
Volume descontratado do ACR: 52,70 MWm
Preço Médio de Venda R\$ 241,26

A Companhia obteve o ganho consolidado aproximado, no montante de R\$77.626, pela participação no MCSD durante o exercício de 2018.

* * *

Fernando Mano da Silva
Diretor Presidente

Alessandro Gregori Filho
Diretor Financeiro e Relação com Investidores

Sergio Luiz da Silva Ribeiro
Superintendente Contábil e Fiscal

Daniela Ribeiro Mendes
Contadora responsável
CRC 1SP199348/O-0

Mensagem do Presidente

“Superação de desafios e consistentes entregas de projetos estratégicos marcaram o ano de 2018 da nossa companhia. A entrada em operação antecipada da PCH Boa Vista 2, que adicionou 29,9 MW de capacidade instalada ao portfólio, e a conquista com a comercialização de 97,3 MW de capacidade instalada no leilão A-6 evidenciaram nossa competitividade e a arrojada visão de crescimento no longo prazo que temos planejado para os nossos negócios.

Nossa estratégia de crescimento está alinhada com a demanda do Brasil pelo aumento de fontes renováveis na matriz energética. Temos como objetivo investir na geração por meio de fontes renováveis, fortalecendo nosso modelo de negócio para mitigar riscos e aproveitar as oportunidades que surgem com a evolução em andamento do setor elétrico. Nesse sentido, devemos estar cada vez mais atentos e capacitados para manter a disciplina no cumprimento dos cronogramas e dos orçamentos estabelecidos, garantindo a viabilidade dos projetos, tendo como fundamento essencial o aumento de valor para nossos acionistas e públicos envolvidos com a atuação da CPFL Renováveis.

Com 94 ativos em operação, somos a maior geradora do setor de energia renovável do país. Garantir a disponibilidade das usinas, por meio do monitoramento acurado de nossa operação e pela eficiência de todas as atividades operacionais e corporativas de apoio, é prioridade em nossa gestão. Nossos equipamentos devem estar prontos para produzir energia sempre que os recursos naturais – o vento, o sol, a biomassa de cana-de-açúcar e a água – estiverem disponíveis.

Nossos colaboradores são fundamentais para termos sucesso na execução dessa estratégia. Temos especialistas nas mais diversas áreas de atuação e buscamos capacitá-los ainda mais para garantir um ambiente de excelência. A contratação de profissionais capazes de inovar e participar da transformação por um mundo mais sustentável, junto com a valorização dos que se destacam em suas atividades, sustentam o crescimento no longo prazo alicerçado em nosso DNA e na crença de que o investimento em energia renovável é o caminho mais viável para assegurar o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Em 2018, a CPFL Renováveis formalizou sua adesão como participante ao Pacto Global, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) que fomenta o engajamento das organizações empresariais, em todo o mundo, em torno de dez princípios que promovem o respeito aos direitos humanos, a preservação ambiental e o combate à corrupção. Com essa iniciativa, a companhia também fortalece o compromisso de contribuir para o alcance das metas dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela ONU no âmbito da Agenda 2030, e reforça sua conexão com as tendências globais no campo da sustentabilidade.

A conclusão da Oferta Pública de Ações (OPA) feita pela chinesa State Grid, que passou a deter diretamente 48,39% do capital da companhia, fortalece a nossa capacidade de investimento e a possibilidade de agregarmos novas tecnologias e soluções em nossos ativos. Maior grupo de energia do mundo, nosso acionista possui experiência operacional e conhecimento técnico de ponta aplicados em diferentes ativos na China e no mundo.

Com eficiência operacional, equipes qualificadas e a confiança de nossos acionistas, estamos prontos para prosseguir em um novo ciclo de crescimento. Com uma relação saudável de dívida líquida/EBITDA de 3,7x, temos espaço para conquistar novos projetos

nos próximos leilões de energia ou fazer aquisições, se identificarmos oportunidades sustentáveis do ponto de vista financeiro e socioambiental.

Avaliando o desempenho financeiro da companhia em 2018, registramos o lucro líquido de R\$ 118,8 milhões, recorde em nossa história. Diversos fatores contribuíram para esse resultado. Entre eles, destaco a implantação do projeto Iniciativas de Valor, composto por ações como a antecipação da entrega da PCH Boa Vista 2, a Incorporação de SIIF e Bons Ventos e as estratégias de comercialização de energia, como o Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD). As Iniciativas de Valor foram executadas por um time multidisciplinar e impactaram positivamente o resultado, contribuindo para mitigar o impacto causado pela menor incidência de vento. Também foram importantes o aproveitamento de créditos fiscais e reconhecimento dos créditos tributáveis.

Iniciamos o ano de 2019 confiantes na capacidade do Brasil de retomar o crescimento e alavancar os investimentos e reformas necessárias. O reaquecimento da economia levará ao aumento da demanda por energia em todos os setores produtivos e, por isso, nossa companhia tem grandes oportunidades para ampliar a liderança no setor. Nós, da CPFL Renováveis, estamos prontos para atuar de forma responsável, com alto nível de eficiência operacional, com forte disciplina financeira e com foco total em resultados e temos a convicção de que podemos fazer parte da construção de um futuro mais sustentável e renovável.”

Fernando Mano da Silva
Diretor- Presidente

A Administração da CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) submete para apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhado do relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

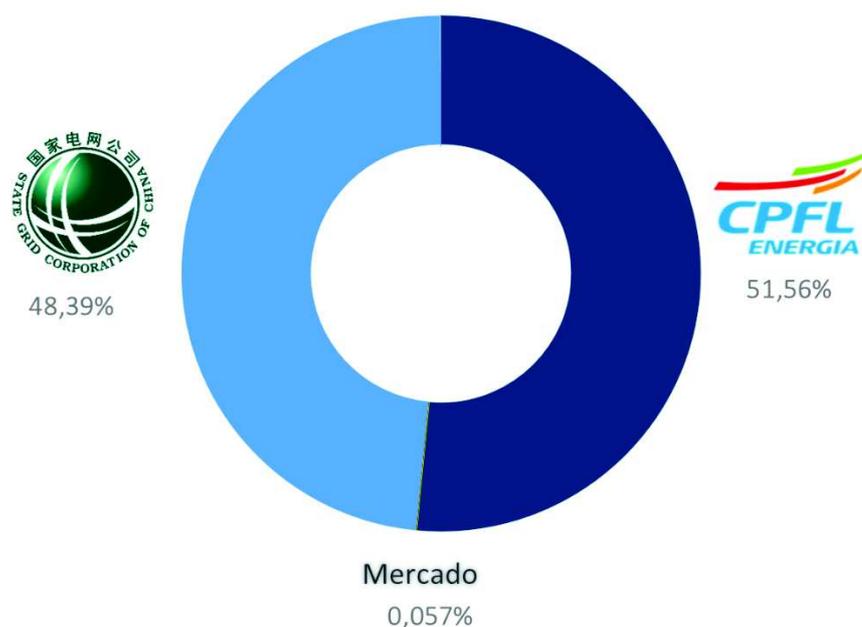
Visão Geral

A CPFL Energias Renováveis S.A foi criada em 24 de agosto de 2011, como resultado da associação entre a CPFL Energia, através das controladas CPFL Geração e CPFL Brasil, e a ERSA – Energias Renováveis S.A.. A implementação desta associação resultou na criação da maior empresa de energias renováveis do Brasil, com presença marcante nas quatro principais tecnologias de energia renovável desenvolvidas atualmente no país – Parques Eólicos, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH’s), Usinas Termelétricas Movidas à Biomassa e Usina Solar. Os empreendimentos da Companhia estão presentes em oito Estados brasileiros com forte contribuição para o desenvolvimento econômico e social local e regional.

A CPFL Energias Renováveis S.A é uma empresa produtora independente de energia, com foco exclusivo no mercado brasileiro de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, através do desenvolvimento, construção e operação de um portfólio de usinas de pequeno e médio porte.

Organograma Societário

Abaixo a demonstração da composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2018:



¹ Via CPFL Geração

Estrutura Societária

Modificações societárias em 2018:

Em 19 de outubro de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento de Capital Social dentro do limite de capital autorizado.

Foi aprovada a emissão de 460.218 (quatrocentos e sessenta mil, duzentas e dezoito) novas ações ordinárias, no montante total de R\$7.178.165,41 (sete milhões, cento e setenta e oito mil, cento e sessenta e cinco reais e quarenta e um centavos). Dessa forma, o capital social da Companhia será de R\$ 3.398.048.049,16 (três bilhões, trezentos e noventa e oito milhões, quarenta e oito mil, quarenta e nove reais e dezesseis centavos). O capital social subscrito e integralizado passa a ser representado por 503.811.489 (quinhentas e três milhões, oitocentos e onze mil, quatrocentas e oitenta e nove) ações ordinárias.

Reestruturação societária ocorrida no segundo semestre de 2018:

1º passo

Em 1º de agosto de 2018, os acionistas da CPFL Renováveis aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da controlada direta: SIIF Energies do Brasil Ltda. e das controladas indiretas: SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda.; Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A. e Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A. nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação e dos Laudos de Avaliação, também aprovados na referida data. Com essa incorporação, a CPFL Renováveis (controladora) passou a ter a atividade de geração de energia, decorrente dos empreendimentos incorporados da Eólica Icaraizinho e Eólica Formosa e, conseqüentemente, as SPEs Eólica Paracuru e SIIF Cinco passaram a ser controladas diretas da CPFL Renováveis.

2º passo

Em 30 de novembro de 2018 (com efeitos a partir de 1º de dezembro de 2018), os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da controlada direta: T-15 Energia S.A.; e das controladas indiretas: PCH Participações S.A.; BVP S.A. e BVP Geradora de Energia S.A. nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação e dos Laudos de Avaliação, também aprovados na referida data. Das companhias incorporadas somente a BVP Geradora era operacional, as demais companhias eram holdings. Com essa incorporação a CPFL Renováveis passou a ter participação direta nas seguintes SPEs: Mohini Energia S.A., Chimay Energia S.A., Jayaditya Energia S.A. e Sul Centrais Energia S.A., anteriormente, controladas da T-15 Energia.

A estrutura societária atualizada encontra-se no website da Companhia – www.cpflrenovaveis.com.br/ri.

Portfólio em Operação

A CPFL Renováveis tem como vantagem competitiva a diversificação de seu portfólio que, no encerramento de 2018, contava com 94 ativos localizados em 58 municípios brasileiros.

Para atender a esse portfólio a Companhia conta com uma plataforma robusta e altamente escalável.

No encerramento de 2018, a capacidade da Companhia estava distribuída da seguinte forma:

Fonte	Capacidade em operação (MW)	Número de ativos	% do portfólio
Eólica	1.308,5	45	61,4%
PCH	452,9	40	21,2%
Biomassa	370,0	8	17,3%
Solar	1,1	1	0,1%
Total em operação	2.133	94	100,0%

Ambientes de Comercialização de Energia

A demanda por energia elétrica varia em função do desempenho dos demais setores produtivos do País, que por sua vez, estão relacionados à atividade econômica no Brasil. Os projetos da Companhia que estão em construção ou em operação já possuem contratos de venda de energia de longo prazo. Para os futuros projetos deveremos comercializar a energia gerada com base em uma estratégia de maximização de retornos, selecionando as melhores oportunidades de venda entre a alocação no Ambiente de Contratação Livre (ACL), incluindo os Consumidores Especiais e os Consumidores Livres, e no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), através de leilões de energia.

A receita operacional e os custos de geração das PCHs, dos parques eólicos e das usinas termelétricas movidas a biomassa sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

- A menor velocidade média dos ventos faz com que os parques eólicos apresentem menores volumes de geração no 1º semestre;
- A safra da cana de açúcar na região Sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro. Já a safra da região Nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior;
- Dado que o reconhecimento das receitas das usinas eólicas e de algumas usinas de biomassa seguem a geração efetiva dessas usinas, observa-se que, de forma geral, o primeiro semestre do ano seja um período com menores receitas do que o segundo semestre para esses ativos; e
- O período de chuvas favorece a geração das PCHs das regiões Sudeste e Centro-Oeste no 1º e 4º trimestres, enquanto no Sul, o período de chuvas favorece a geração no 2º e 3º trimestres.

Além disto, os efeitos na contabilização das receitas das PCHs são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada, a qual é registrada na CCEE. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada por uma tarifa denominada “Tarifa de Energia de Otimização” - TEO, que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será mensalmente contabilizada para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório

das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, este efeito é definido como GSF (“Generation Scaling Factor”). Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas não possuíam nenhuma usina fora do MRE.

Repactuação do risco hidrológico (GSF) e Liminar APINE: Desde o final de 2013, a geração das usinas hidrelétricas participantes do MRE tem sido inferior ao total de suas garantias físicas, provocando custos decorrentes de GSF inferior a 1 (um).

Em junho de 2015, a APINE ajuizou uma ação com vistas à proteção dos seus geradores hidráulicos associados no que tange ao GSF. A liminar, estipulando que não fosse aplicado o GSF, foi deferida em julho de 2015.

Entre os meses de maio e outubro de 2015, a ANEEL discutiu o tema por meio da Audiência Pública nº 32 (AP 32/2015), com vistas a obter subsídios e informações adicionais para a discussão conceitual do GSF. Diversos agentes e associações do setor contribuíram, apresentando propostas de estruturação e mitigação do risco do GSF.

Como resultado das negociações que aconteceram ao longo de 2015, a ANEEL criou uma metodologia para permitir que os geradores troquem o risco de não conseguirem gerar o equivalente às suas garantias físicas por um "bônus de risco" a ser calculado para cada usina.

Concomitante ao andamento da AP 032/2015, foi publicada, em agosto de 2015, a MP 688, que dispunha sobre os critérios de repactuação do risco hidrológico (GSF). A Lei 13.203/2015, sancionada e publicada em dezembro de 2015, foi resultado da conversão da referida MP e permitiu que os geradores hidrelétricos repactuassem o risco de seus contratos decorrentes dos anos de baixa hidrologia.

Dessa forma, a ANEEL - por meio dos despachos nº 4.122 de 24 de dezembro de 2015 e nº 4.132 de 28 de dezembro de 2015 - concedeu anuência à repactuação do risco hidrológico (GSF) das seguintes usinas da CPFL Renováveis: PCH Arvoredo, PCH Salto Góes, PCH Varginha, PCH Santa Luzia, PCH Plano Alto, PCH Alto Irani, PCH Cocais Grande, PCH Figueirópolis e PCH Ludesa, conforme demonstrado na tabela abaixo:

PCH	Garantia Física (MW médios)*	MW médios repactuados	Produto**
Arvoredo	7,4	7,0	SP100
Salto Góes	11,1	11,1	SP100
Varginha	5,4	4,0	SP100
Santa Luzia	18,4	14,0	SP100
Plano Alto	9,3	9,3	SP100
Alto Irani	12,4	12,4	SP100
Cocais Grande	4,6	4,6	SP100
Figueirópolis	12,6	12,2	SP100
Ludesa	21,2	16,7	SP100
TOTAL	102,4	91,3	

* Valores de garantia física conforme Portaria ANEEL nº 30.

** SP 100 é o produto no qual o gerador transfere o risco hidrológico (GSF) e a energia secundária para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, conforme especificando pela REN 684/2015. Esse termo significa que a Companhia repactuou 100% do risco hidrológico (GSF) das usinas no ACR ao prêmio R\$ 9,50/MWh.

Os geradores que aderiram à repactuação do risco hidrológico (GSF) das usinas tiveram que cancelar processos judiciais em curso e quitar o passivo de GSF de maio a dezembro de

2015, e assim, passar a ter direito ao ressarcimento do GSF de 2015 líquido do prêmio pactuado, reconhecendo este montante como receita para os ativos negociados no PROINFA e como redutor de custo para os outros ativos do mercado regulado.

Em dezembro de 2017, a PCH Mata Velha aderiu ao processo de repactuação do risco hidrológico, válido a partir de janeiro de 2018.

Com relação às usinas no Ambiente de Contratação Livre (ACL), a Companhia decidiu pela não adesão à proposta de repactuação do risco hidrológico (GSF), conforme estabelecido na Lei nº 13.203/2015 e Resolução ANEEL nº 684/2015.

Portanto, as 29 PCHs da CPFL Renováveis, num total de 131,2 MW médios, com contratos negociados no ACL, permaneceram protegidas pela liminar concedida à APINE.

Em fevereiro de 2018, a liminar foi cassada, porém os saldos devidos do passado foram preservados. Dessa forma, as empresas teriam que aportar recursos apenas para o risco posterior à vigência da liminar.

Em abril de 2018, a APINE entrou com medida cautelar pedindo restabelecimento da liminar e em maio de 2018, o pedido foi deferido em favor da APINE, restabelecendo seus efeitos originais, onde preserva o passado e não se aplica nenhum ajuste de GSF.

Em 23 de outubro de 2018, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) revogou a liminar que protegia os associados da APINE dos efeitos do risco hidrológico (GSF) na liquidação do mercado de curto prazo. A decisão do STJ veio em um recurso da ANEEL.

Na decisão, manteve-se a suspensão do ajuste do MRE entre 1º de julho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. O pagamento das liquidações posteriores ao período mencionado foi realizado em novembro de 2018.

Importante ressaltar que tal decisão não gera impactos no resultado da Companhia, tendo em vista o provisionamento do montante de GSF já realizado.

Diante dos insucessos nas alternativas encontradas para equacionar o GSF, o Projeto de Lei do Senado 209/2015 se tornou mais uma estratégia para resolução do problema.

Esse Projeto de Lei do Senado estava tramitando desde abril de 2015 nesta Casa e previa uma alteração na Lei nº 9.427/1996. Assim, em outubro de 2018, foi submetido para apreciação da Comissão um substitutivo que incluía uma emenda que trata dos termos da repactuação do GSF. O substitutivo foi aprovado e seguiu para a deliberação da Câmara dos Deputados e renumerado para PL 10.985/2018, onde tramita sob regime de urgência.

Recursos humanos

A Companhia encerrou o exercício de 2018 com 446 colaboradores (479 colaboradores em 2017). A taxa de rotatividade foi de 24,64%, um pouco acima do ano anterior de 22,91%.

Os benefícios oferecidos a todos os colaboradores em tempo integral segue o que é previsto na legislação brasileira, incluindo seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, complementação de auxílio previdenciário, licença parental, vale transporte, vale combustível, estacionamento (elegíveis conforme política interna), vale alimentação, vale refeição, auxílio moradia, auxílio creche e gratificação de férias.

Conjuntura econômica

Após três anos de forte contração entre 2014 e 2016, período marcado por diversas turbulências políticas, a economia brasileira engrenou uma recuperação lenta e irregular em 2017 e 2018. Porém, diversas denúncias de corrupção e a greve dos caminhoneiros de maio de 2018 travaram a pauta de reformas e limitaram a velocidade da recuperação econômica.

Ademais, a demanda externa, que vinha ajudando na recuperação da economia doméstica até o começo de 2018, registrou perda de fôlego relevante. Alguns dos principais parceiros comerciais do Brasil, como a China e a União Europeia, vêm registrando significativa desaceleração, ao passo que a Argentina, principal destino de nossas exportações de manufaturados, tem enfrentado um período de expressiva contração econômica. Nesse cenário, a produção da indústria brasileira encerrou o ano passado praticamente estagnada.

Apesar da morosidade da recuperação econômica e da ainda elevada vulnerabilidade fiscal, diversos fundamentos macroeconômicos brasileiros registraram melhora ao longo do biênio 2017-18. O principal destaque foi a desaceleração da inflação e a ancoragem das expectativas inflacionárias. O cumprimento confortável das metas de inflação, num contexto em que a ociosidade de nossa economia continua muito elevada, sobretudo no mercado de trabalho, permitiu ao Banco Central reduzir a taxa básica de juros para níveis historicamente baixos, ajudando a destravar o mercado de crédito.

O ano de 2019 se inicia com expectativas mais auspiciosas, como sugere a melhora de diversos indicadores financeiros. Com efeito, o risco-Brasil vem recuando ante a expectativa de que as reformas, sobretudo a previdenciária, serão retomadas no novo governo; e a bolsa de valores brasileira vem registrando ganhos significativos, na contramão dos movimentos de correção observados nas bolsas internacionais.

Num contexto de acomodação da cotação cambial, as expectativas inflacionárias têm permanecido ancoradas às metas: a mediana das projeções das instituições de mercado para a alta do IPCA, índice que baliza as metas de inflação, encontra-se ao redor de 4% para 2019¹, um pouco abaixo da meta de 4,25% estabelecida para este ano. Com isso, a expectativa é de que o Banco Central manterá a política monetária em terreno expansionista por um bom tempo. A mediana das projeções de mercado para a taxa básica Selic no encerramento deste ano encontra-se na casa de 7%¹ ao ano.

O impulso que a política monetária expansionista dará ao mercado de crédito, somado à tendência (ainda que lenta e irregular) de redução dos níveis de desemprego e de recuperação da massa de rendimentos, tenderá a amparar o consumo das famílias, que deverá continuar em moderada aceleração ao longo de 2019. Já a melhora da confiança empresarial, apoiada na expectativa de retomada das reformas, poderá conferir maior dinamismo à retomada do investimento – que, por ora, recuperou uma parte muito modesta da forte contração observada durante da recessão.

Apesar das expectativas mais alvissareiras, o cenário para 2019 continua a enfrentar riscos nada desprezíveis. O principal deles continua a ser de natureza política: uma eventual

¹ Dados da pesquisa Focus do Banco Central do Brasil, referentes à 18/01/19.

frustração com a retomada das reformas tenderia a provocar forte recrudescimento da volatilidade cambial e deterioração da confiança privada, com impactos sobre o consumo e o investimento. O ambiente externo, por sua vez, tende a seguir desafiador, com as principais economias mundiais atravessando um período de esfriamento.

Assim, as expectativas para o crescimento da economia brasileira continuam apontando para uma recuperação em ritmo ainda moderado. A mediana das projeções das instituições de mercado antecipa uma aceleração do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,1% em 2018, conforme divulgado pelo IBGE, para cerca de 2,5% em 2019¹. A demanda externa enfraquecida e as medidas de ajuste fiscal, que pesam sobre o consumo do governo e sobre o investimento público, tendem a limitar a velocidade da recuperação no curto prazo. Assim, a expectativa é que o PIB recupere o nível real do começo de 2014 apenas em meados de 2020¹.

Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas auditadas.

Demonstrativo de Resultados

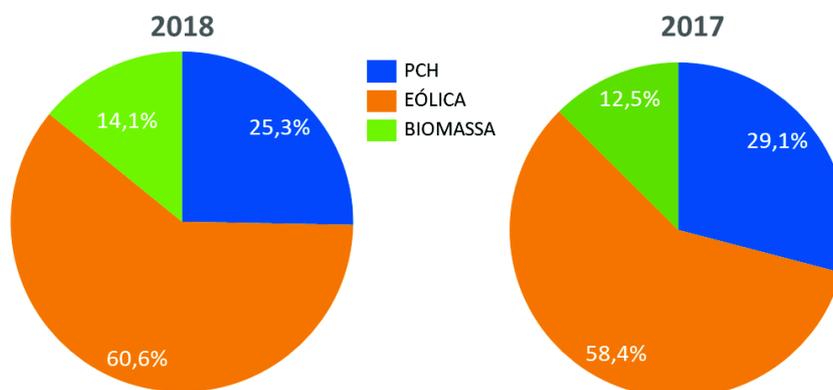
(R\$ mil)	2018	2017	2018 vs 2017
Receita Líquida	1.936.318	1.959.084	-1,2%
Custo de geração de energia elétrica	(526.519)	(551.971)	-4,6%
Depreciação e amortização	(456.232)	(454.657)	0,3%
Lucro Bruto	953.567	952.456	0,1%
Despesas gerais e administrativas	(201.036)	(185.499)	8,4%
Amortização do direito de exploração	(157.649)	(155.323)	1,5%
Depreciação & amortização	(9.226)	(7.038)	31,1%
Lucro operacional	585.656	604.596	-3,1%
Resultado Financeiro	(504.125)	(510.825)	-1,3%
IR e CS	37.275	(74.125)	-150,3%
Resultado líquido	118.806	19.646	504,7%
Ebitda	1.208.763	1.221.614	-1,1%
Margem Ebitda	62,4%	62,4%	0,1 p.p

¹ O EBITDA segundo disposições da Instrução CVM no. 527 expedida em 04 de outubro de 2012, que dispõe sobre a forma de divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou

IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos.

Receita líquida

Composição da receita líquida por fonte¹



¹ A participação da fonte solar foi de 0,02% em 2017 e 2018.

Em 2018, a receita líquida atingiu R\$ 1.936,3 milhões, queda de 1,2% em comparação com a de 2017 (-R\$ 22,8 milhões). Essa variação é explicada principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) Aumento de R\$ 29,0 milhões na receita das eólicas devido principalmente: a) ao efeito positivo de R\$ 46,1 milhões do leilão de energia nova por meio do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD), uma vez que o preço do contrato firmado no mercado livre foi superior ao preço do contrato no mercado regulado para os oito parques eólicos que participaram desse leilão; b) à entrada em operação comercial do complexo eólico Pedra Cheirosa em junho de 2017 (R\$ 29,3 milhões); e c) reajuste dos contratos de venda. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelos seguintes itens: d) menor geração dos complexos eólicos no Rio Grande do Norte (R\$ 38,1 milhões); e) baixa de R\$ 11 milhões nos contratos do Proinfa, decorrente do reconhecimento de benefício fiscal, que não se materializou (efeito não recorrente); f) efeito positivo do ajuste anual e quadrianual dos contratos de algumas eólicas em 2017, que não se repetiu em 2018 (R\$ 8,8 milhões); e g) ressarcimento pela menor geração das usinas do Proinfa.
- (ii) Redução de R\$ 79,7 milhões na receita das PCHs e da Holding devido, principalmente, às operações de swap de empresas intercompany - complexo eólico de Pedra Cheirosa no 4T17 liquidadas a PLD na Holding, com contrapartida na compra de energia e que não se repetiram em 2018. Tal efeito foi parcialmente compensado pelo menor GSF das PCHs do Proinfa e pelo reajuste de preço dos contratos de venda de energia.
- (iii) Aumento de R\$ 28,0 milhões na receita das biomassas devido à liquidação à PLD do excedente da geração de algumas usinas e ao reajuste de preço dos contratos de venda de energia.

Custo de geração de energia

(R\$ mil)	2018	2017	2018 vs 2017
Custo de compra de energia	(230.979)	(248.339)	-7,0%
Amortização de prêmio do risco hidrológico – GSF	(3.869)	(2.359)	64,0%
Encargos de uso de sistema	(89.368)	(99.690)	-10,4%
PMSO ⁽¹⁾	(202.303)	(201.583)	0,4%
Custo de geração de energia elétrica	(526.519)	(551.971)	-4,6%
Depreciação e amortização	(456.232)	(454.657)	0,3%
Total dos custos com geração de energia elétrica + depreciação e amortização	(982.751)	(1.006.628)	-2,4%

¹ Pessoal, material, serviços de terceiros e outros.

Em 2018, os custos de geração de energia, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 526,5 milhões, queda de 4,6% em relação a 2017 (-R\$ 25,4 milhões).

Custo de compra de energia

Em 2018, o custo com compra de energia apresentou redução de 7,0% em relação a 2017 (-R\$ 17,3 milhões). O resultado no ano foi influenciado principalmente pelas compras de energia para atender à exposição no mercado de curto prazo, hedge e recomposição de lastro em 2017 e pela menor compra de energia para atender GSF. Para 2018 as compras foram majoritariamente para cobrir exposição das eólicas do mercado livre.

Encargos de uso de sistema

No ano de 2018, o custo com encargos de uso de sistema totalizou R\$ 89,4 milhões, diminuição de 10,4% em relação a 2017 (-R\$ 10,3 milhões). Esses desempenhos devem-se, principalmente, ao efeito positivo da recuperação retroativa de créditos de PIS e Cofins (efeito não recorrente) no 2T18, parcialmente compensados pelo reajuste de preço dos encargos de conexões e tarifas de uso e conexão do sistema de distribuição e transmissão.

PMSO

Em 2018, o custo com PMSO totalizou R\$ 202,3 milhões, ligeiro aumento de 0,4% (+R\$ 0,7 milhões) em relação ao custo de 2017.

Depreciação e Amortização

Em 2018, o custo com depreciação e amortização totalizou R\$ 456,2 milhões, um leve aumento em relação a 2017 (R\$ 1,6 milhões) devido à entrada em operação do complexo eólico Pedra Cheirosa em junho de 2017 e da PCH Boa Vista 2 em novembro de 2018.

Despesas gerais e administrativas

(R\$ mil)	2018	2017	2018 vs 2017
Despesas com pessoal	(74.076)	(69.696)	6,3%
Serviços de terceiros ⁽¹⁾	(59.617)	(62.363)	-4,4%
Outros	(67.343)	(53.440)	26,0%
Despesas gerais e administrativas	(201.036)	(185.499)	8,4%
Depreciação & Amortização	(9.226)	(7.038)	31,1%
Amortização do direito de exploração	(157.649)	(155.323)	1,5%
Total das despesas gerais e administrativas + depreciação e amortização	(367.911)	(347.860)	5,8%

¹ Considera despesas de ocupação, material e serviços profissionais

Em 2018, as despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação e amortização, somaram R\$ 201,0 milhões, aumento de 8,4% (+R\$ 15,5 milhões) em relação às de 2017. Esse resultado é explicado principalmente por:

- (i) Aumento no montante de provisões para perdas e registro de baixa de ativos em 2018 em relação a 2017, conforme quadro abaixo. A baixa e a provisão de perda de ativos de projetos é decorrente da incerteza de investimento. Adicionalmente, ocorreram baixas de saldos de contas a receber, em função de decreto de autofalência de fornecedor (Suzlon) e provisões para perda de ativos em 2017.

Provisões e baixas de ativos

2018	2017	2018 vs 2017
(61.827)	(45.872)	34,8%

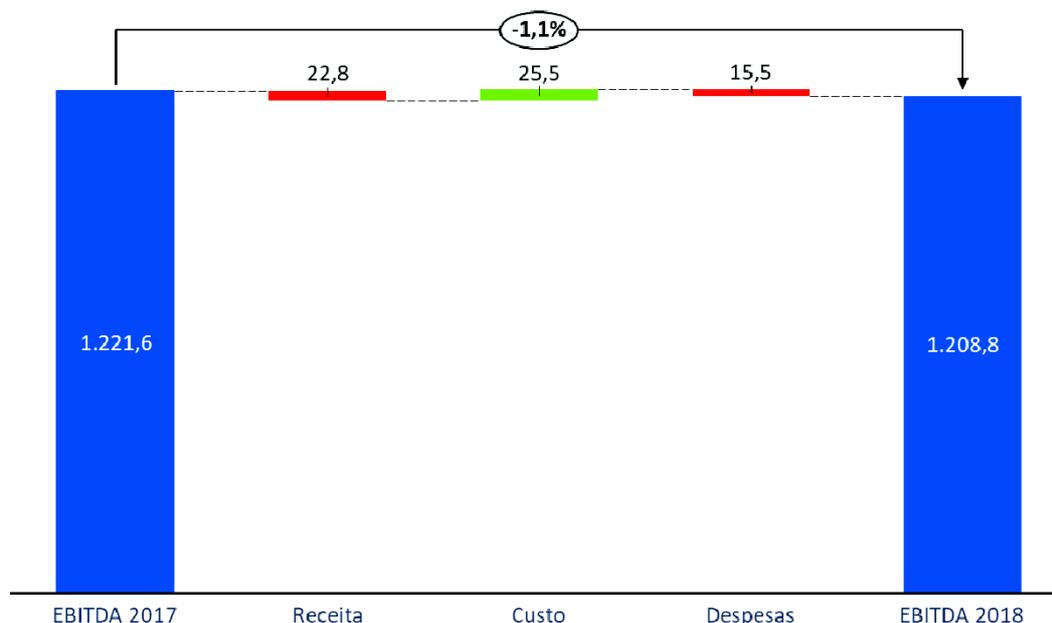
No ano também houve redução na linha de serviços de terceiros em função de menores gastos com consultoria.

Ebitda

Em 2018, o Ebitda totalizou R\$ 1.208,8 milhões, 1,1% inferior ao de 2017 (R\$ 1.221,6 milhões). A margem Ebitda atingiu 62,4% em 2018 estável em relação a de 2017.

Esse resultado deve-se principalmente à (i) menor receita líquida; (ii) maior volume de provisões e baixa de ativos. Tais itens foram parcialmente compensados pelo menor custo com compra de energia.

Evolução do Ebitda – 2018 versus 2017 (R\$ milhões)



Resultado Financeiro

(R\$ mil)	2018	2017	2018 vs 2017
Receitas Financeiras	131.695	137.746	-4,4%
Despesas Financeiras	(635.820)	(648.571)	-2,0%
Resultado Financeiro	(504.125)	(510.825)	-1,3%

A CPFL Renováveis registrou o resultado financeiro líquido negativo de R\$ 504,1 milhões, 1,3% inferior ao de 2017 (-R\$ 6,7 milhões).

Receitas financeiras

Em 31 de dezembro de 2018, as disponibilidades e aplicações financeiras da CPFL Renováveis somavam R\$ 1.457,6 milhões ante R\$ R\$ 1.664,4 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Em 2018, as receitas financeiras totalizaram R\$ 131,7 milhões, 4,4% inferior às de 2017 (-R\$ 6,0 milhões). Essas variações são decorrentes principalmente da menor taxa média do CDI nos períodos (6,47% no 2018 vs 10,07% no 2017), parcialmente compensadas pela maior receita com atualização de valores a receber na CCEE (+R\$ 25,9 milhões).

Despesas financeiras

As despesas financeiras somaram R\$ 635,8 milhões em 2018, 2,0% inferior às de 2017 (-R\$ 12,7 milhões). Essas variações são explicadas principalmente pela queda do CDI médio e da TJLP, parcialmente compensadas pelo aumento nas despesas de dívidas de projetos, que

com a entrada em operação, deixam de ser capitalizadas e passam a impactar o resultado e atualização da provisão do GSF.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para suas controladas em operação, com exceção das SPEs Bio Energia e Mata Velha que adotam o regime de tributação com base no lucro real. Com o objetivo de buscar maior eficiência operacional e simplificação da estrutura organizacional, em agosto de 2018 houve a aprovação da incorporação pela Companhia da controlada direta: SIIF Energies do Brasil Ltda. e das controladas indiretas: SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda.; Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A. e Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A. Adicionalmente, em novembro de 2018 houve a aprovação da incorporação pela Companhia da controlada direta: T-15 Energia S.A.; e das controladas indiretas: PCH Participações S.A.; BVP S.A. e BVP Geradora de Energia S.A.

Em decorrência da reestruturação societária realizada pela CPFL Renováveis mencionada no parágrafo acima, e de acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro e a Instrução CVM nº 371/2002 - art. 2º, a Companhia avaliou o reconhecimento do ativo fiscal diferido referente a prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social de exercícios anteriores.

Para essa avaliação, foi realizado um estudo técnico utilizando o orçamento plurianual da Companhia, no qual verificou-se que com o resultado das companhias incorporadas pela CPFL Renováveis (controladora), a qual antes não detinha ativos operacionais, terá lucros tributáveis nos próximos 10 anos (a partir de 2023) e fará uso do prejuízo fiscal acumulado, o que suporta o registro dos créditos tributáveis diferidos.

Com base no estudo realizado e na expectativa de realização, foi registrado em 31 de dezembro de 2018, no não circulante, o ativo fiscal diferido no montante R\$ 87,2 milhões, sendo R\$ 64,1 milhões referente a imposto de renda e R\$ 23,1 milhões referente a contribuição social, sobre os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social de exercícios anteriores.

Adicionalmente, também foram registrados o montante de R\$ 5,8 milhões, sendo R\$ 4,3 milhões para imposto de renda e R\$ 1,5 milhões para contribuição social, referente às provisões com realização futura.

Em 2018, a rubrica de imposto de renda e contribuição social teve um efeito positivo de R\$ 37,3 milhões ante uma despesa de R\$ 74,1 milhões em 2017.

Resultado líquido

Em 2018, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 118,8 milhões ante lucro líquido de R\$ 19,6 milhões em 2017. Esse desempenho reflete principalmente o reconhecimento dos ativos fiscais diferidos que impactou positivamente a linha de imposto de renda e contribuição social diferidos e a melhora do resultado financeiro, parcialmente compensados pela piora do Ebitda.

Destinação dos resultados

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Para o exercício de 2018, a Administração da Companhia apurou que o lucro líquido do exercício

findo em 31 de dezembro de 2018, era decorrente do resultado positivo de equivalência patrimonial (não realizado), desta forma, resolveu constituir o montante que corresponde aos dividendos mínimos obrigatórios (25%) para reserva de lucros a realizar, conforme abaixo:

31/12/2018	R\$ Mil
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	109.264
(+) Realização da conta de ajuste de avaliação patrimonial	3.745
Lucro líquido (prejuízo) ajustado	113.009
(-) Reserva legal (baseada no lucro líquido ajustado)	(5.650)
Base de cálculo dos dividendos	107.359
Dividendos mínimos obrigatórios pelo Estatuto Social - 25%	26.840
Ajuste pela aplicação do artigo 202 item II	(26.840)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos - 25%	-
Constituição de reserva de lucro a realizar	26.840
Constituição de reserva de reforço de capital de giro	80.519

Investimentos

A CPFL Renováveis investiu R\$ 223,0 milhões em 2018 direcionados, basicamente, a PCH Boa Vista 2.

Após a venda de dois projetos no último leilão de energia nova realizado em agosto de 2018, a Companhia possui em seu portfólio uma PCH e um complexo eólico em implantação que adicionarão 97,3 MW de capacidade nos próximos anos:

Projetos	Fonte	U.F.	Município	Capacidade (MW)	Entrada em operação
PCH Cherobim	PCH	PR	Lapa	28,0	2024
Complexo Eólico Gameleira	Eólica	RN	Touros	69,3	2024
Total				97,3	

Endividamento

A Companhia encerrou 2018 com endividamento bancário total de R\$ 5.558,8 milhões, montante 14,6% inferior ao endividamento registrado ao final do 2017 (R\$ 6.510,8 milhões). Considerando os empréstimos ponte (que serão quitados com as captações de dívida de longo prazo), as dívidas da Companhia possuem prazo médio de 4,97 anos e custo médio nominal de 8,74% a.a. (136,52% do CDI de 31 de dezembro de 2018).

As captações realizadas nos últimos doze meses, em sua grande parte, tiveram objetivo de reforçar o caixa da Companhia e fazer frente aos investimentos necessários para a construção dos projetos em curso.

Endividamento com partes relacionadas

Em 26 de março de 2018, a Companhia celebrou com sua controladora CPFL Geração um contrato de mútuo com vencimento em 13 de julho de 2018, no valor global total de R\$ 600 milhões, à taxa de juros de 107% do CDI, com desembolsos realizados até o dia 30 de setembro de 2018 no valor total de R\$ 394,4 milhões (atualizado até 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 407,7 milhões). Os recursos foram destinados para o reforço do caixa da Companhia.

Em 06 de agosto de 2018, a Companhia celebrou um segundo contrato com sua controladora CPFL Geração com vencimento em 26 de março de 2020, no valor global total de R\$ 405,6 milhões, à taxa de juros de 107% do CDI, sem desembolsos realizados até o dia 30 de setembro de 2018.

Os desembolsos ocorridos estão dentro do limite de crédito de até R\$ 800 milhões aprovado com a controladora, restando assim, o saldo de R\$ 405,6 milhões que pode ser acessado.

Governança Corporativa

A CPFL Renováveis é listada no segmento de mais alto nível de governança – Novo Mercado da B3 – e seu capital social é composto exclusivamente por ações ordinárias, totalmente integralizadas.

A estrutura de governança corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, que pode ser assessorado por Comitês de Assessoramento, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e Auditoria Interna.

Quatro princípios são seguidos por seus executivos para que a gestão da CPFL Renováveis seja realizada de forma ética, com respeito integral aos órgãos públicos e às comunidades onde seus empreendimentos estão localizados: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

O Conselho de Administração da Companhia é um órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das políticas e diretrizes gerais de negócios da Companhia, incluindo a estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização do desempenho da Companhia. É responsável também pela supervisão da gestão da Diretoria Executiva, dentre outras competências que lhe são atribuídas pela lei e pelo estatuto social da Companhia.

O Conselho de Administração é composto por sete conselheiros, sendo um conselheiro independente, com prazo de mandato unificado de um ano, permitida a reeleição. O referido conselho se reúne ordinariamente uma vez a cada dois meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo presidente do Conselho, por iniciativa própria ou mediante provocação de qualquer membro.

A CPFL Renováveis também possui um Conselho Fiscal em permanente funcionamento, que é composto por três membros efetivos, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária seguinte a de sua eleição, podendo ser reeleitos.

A Diretoria Executiva é formada por até sete diretores estatutários, com prazo de mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. Compete à Diretoria Executiva representar a Companhia e gerir seus negócios sociais de acordo com as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração.

As diretrizes e o conjunto de documentos relativos à governança corporativa estão disponíveis no *website* de Relações com Investidores www.cpfrenovaveis.com.br/ri.

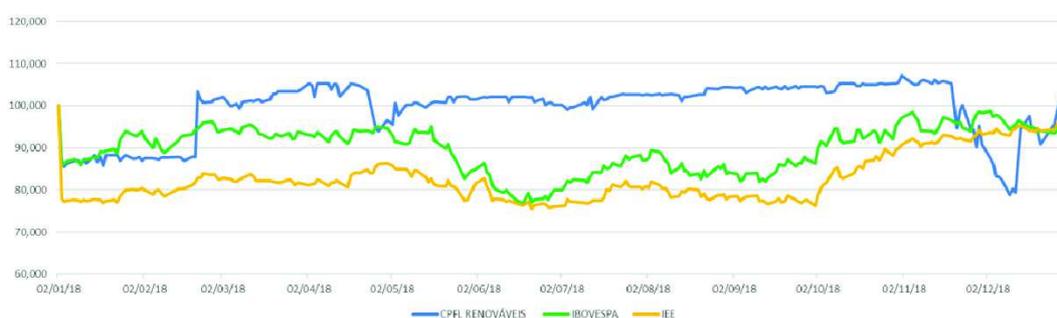
Oferta Pública de Aquisição de Ações por Alienação de Controle – OPA

No dia 22 de outubro de 2018 foi publicado o Edital da OPA. No dia 06 de novembro de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de parecer favorável à aceitação da oferta pública e o Leilão ocorreu no dia 26 de novembro de 2018. O preço por ação ordinária foi de R\$ 14,60 (R\$ 16,85 preço final da OPA atualizado pela Selic). Com a liquidação financeira das ações, no dia 29 de novembro de 2018, a State Grid Brazil Power Participações S.A. adquiriu 243.771.824 ações ordinárias da CPFL Renováveis, passando a deter, em conjunto com a CPFL Geração de Energia S.A. (controlada indiretamente pela State Grid), 503.520.623 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, 99,95% do seu capital social total.

Mercado de capitais

As ações da CPFL Renováveis (CPRE3) encerraram o ano de 2018 cotadas a R\$ 16,15, o que representa valorização de 17,1% em relação à cotação do final exercício de 2017. No mesmo intervalo de comparação, o índice Bovespa (IBOV) apresentou variação positiva de 12,8% enquanto o índice de Energia Elétrica (IEE) teve valorização de 23,6%.

Desempenho CPRE3 vs. IBOV e IEE: 01/01/2018 até 31/12/2018



Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

A CPFL Renováveis, em suas atividades de gestão de empreendimentos, tem como estratégia incluir a variável socioambiental, visando garantir a sustentabilidade de longo prazo de suas atividades. Para que esta estratégia se torne realidade, a Companhia possui uma política socioambiental que tem como compromissos:

1. Compromisso com o desenvolvimento sustentável: Planejar, projetar e desenvolver continuamente suas atividades, aplicando tecnologias, processos e insumos que contribuam para a qualidade socioambiental, sempre referenciados com as melhores práticas aplicáveis ao setor.
2. Gerenciamento de emissões e resíduos. Controlar e mitigar os impactos decorrentes de suas atividades com programas e medidas práticas de conservação, promovendo alternativas para prevenir e reduzir as emissões, bem como reaproveitando, reciclando e destinando corretamente os resíduos gerados.
3. Conscientização de fornecedores. Atuar em parceria com seus contratados e fornecedores, orientando-os e estabelecendo critérios para uma melhor qualidade ambiental na prestação de serviços e divulgando amplamente às partes interessadas os compromissos com o desenvolvimento sustentável.
4. Recursos naturais. Usar de forma racional os recursos naturais no processo de geração de energia, promovendo o uso de fontes alternativas, de modo a contribuir de maneira positiva com o quadro de mudanças climáticas e a conservação da biodiversidade brasileira.
5. Respeito às comunidades. Apoiar iniciativas que promovam o desenvolvimento sustentável das comunidades locais, em especial, ações que promovam o desenvolvimento educacional e sanitário das populações abrangidas.
6. Comunicação e transparência. Fomentar programas de comunicação e educação ambiental junto à comunidade na qual está inserida, mantendo diálogo constante, amplo e aberto com as partes interessadas durante todas as fases dos empreendimentos.

A Companhia possui Código de Ética que contempla os elementos essenciais que devem estar presentes nas relações de suas controladas com as demais empresas do Grupo CPFL Energia e com os seus diferentes públicos – acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços, concorrentes, governos, comunidade e sociedade. O Código de Ética está disponível em nosso website institucional (www.cpflrenovaveis.com.br).

A excelência na gestão socioambiental da CPFL Renováveis foi reconhecida em 2018 com a indicação entre as cinco empresas mais lembradas em Gestão Ambiental e Sustentabilidade pelo 22º Top of Mind de RH, promovido pela editora Fênix. No mesmo ano, com o Programa Raízes – Projeto Segurança Hídrica no Semiárido do Rio Grande do Norte – a Companhia conquistou o 14º Prêmio Brasil Ambiental da Amcham-Rio na categoria Responsabilidade Socioambiental e mereceu menção honrosa na categoria de mesmo nome do 24º Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental.

Audidores Independentes

A KPMG Auditores Independentes foi contratada pela CPFL Renováveis para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da sociedade.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria prestou, durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços relacionados à auditoria:

<u>Natureza</u>	<u>Data dos Contratos</u>	<u>Duração</u>	<u>Valor - R\$</u>	<u>Percentual do total do contrato de auditoria</u>
Revisão da Escrituração Contábil Fiscal - ECF			344.131	11%
Relatórios de asseguarção sobre covenants financeiros	Setembro de 2016	3 anos	<u>245.938</u>	<u>16%</u>
			590.069	27%

Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Agradecimentos

A Administração da CPFL Renováveis agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades das áreas de atuação de seus projetos, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2018. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação ao cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
NIRE 3530033581-3 – CVM 20540
CNPJ/MF nº 08.439.659/0001-50

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL Nº01/2019 REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2019.

Data, Hora e Local: Aos 19 dias do mês de março de 2019, às 10h00, na sede social da CPFL Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), localizada na Avenida Dr. Cardoso de Melo, 1184, 7º andar, Vila Olímpia, CEP 04548-004, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

Presença: Presentes a totalidade dos membros do Conselho Fiscal: Srs. Yeuhui Pan; Andre Ricardo Toledo Saretta e Jia Jia. Presentes também o Sr. Alessandro Gregori Filho, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia e os Srs. Thiago Rodrigues de Oliveira e Fabio Antônio, representantes da KPMG Auditores Independentes. Ainda, como ouvintes, compareceram os Srs. Zhou Kebing, Sergio Ribeiro, Flávia Carvalho e Daniela Mendes.

Convocação: Realizada via correio eletrônico.

Mesa: Yuehui Pan, Presidente do Conselho Fiscal e Sra. Adrienne Frias, Secretária.

Ordem do Dia: Examinar e deliberar sobre as contas da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Deliberações:

Após apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, foi apresentado aos Conselheiros o resultado dos trabalhos de auditoria independente sobre as demonstrações financeiras citadas e o respectivo parecer de auditoria sem ressalvas. Após apreciação da matéria, com base nos esclarecimentos prestados pela administração da Companhia e pelos representantes da auditoria externa e, considerando ainda, o parecer dos auditores independentes da KPMG Auditores Independentes, datado de 11 de março de 2019, o Conselho Fiscal opinou e decidiu, por unanimidade de votos dos membros presentes, e sem ressalvas que as demonstrações financeiras e demais documentos estabelecidos no artigo 133 da Lei nº 6.404/1976, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, estão em condições de serem apreciados pela AGO da Companhia, conforme parecer anexo (Anexo I).

ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada.

Para efeitos legais, a versão válida é a redigida na língua portuguesa.

São Paulo, 19 de março de 2019.

Mesa: Yuehui Pan, Presidente do Conselho Fiscal e Sra. Adrienne Frias, Secretária.

Conselheiros Presentes: Srs. Yeuhui Pan; Andre Ricardo Toledo Saretta e Jia Jia.

ANEXO I - PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros abaixo assinados do Conselho Fiscal da CPFL Energias Renováveis S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, conforme previsto nos incisos II, III e VII, do artigo 163 da Lei 6.404/76, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras e do Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, levando em consideração os esclarecimentos prestados pela Administração e o parecer sem ressalvas da KPMG Auditores Independentes, opinam, por unanimidade dos presentes à Reunião do Conselho Fiscal realizada em 19 de março de 2019, e sem nenhuma observação, que os documentos aqui mencionados estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Para efeitos legais, a versão válida é a redigida na língua portuguesa.

São Paulo, 19 de março de 2019.

Yuehui Pan
Presidente do Conselho Fiscal

Andre Ricardo Toledo Saretta
Membro do Conselho Fiscal

Jia Jia
Membro do Conselho Fiscal

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em entendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução da CVM nº 408, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da CPFL Energias Renováveis S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1184 - 7º andar - Vila Olímpia - São Paulo-SP - Brasil, inscrita no CNPJ sob nº 08.439.659/0001-50, declaram que: a) reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer sem ressalvas da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da CPFL Energias Renováveis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; e b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da CPFL Energias Renováveis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 11 de março de 2019.

Diretoria:

Fernando Mano da Silva
Diretor Presidente

Futao Huang
Vice Diretor Presidente

Adriano Martins Vignoli
Diretor de Operação e Manutenção

Alberto dos Santos Lopes
Diretor de Engenharia e Obras

Alessandro Gregori Filho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Diretor de Novos Negócios (Interino)